

UFAC

# UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

ISSN: 2675-4088



PPG  
MGe 

V. 4, N. 2, 2022

# UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

---

## ORGANIZADORES

Rodrigo Otavio Peréa Serrano  
Karina Furini da Ponte

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Karina Furini da Ponte  
Heyk Oliveira Sphiel  
Rodrigo Otavio Peréa Serrano  
Silvio Simione da Silva  
Victor Régio da Silva Bento

## CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO

Ariovaldo Umbelino de Oliveira  
Arlete Moyses Rodrigues  
Antonio Thomaz Junior  
Brian Gerard Garvey  
Carlos Walter Porto-Gonçalves  
Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin  
Eguimar Felício Chaveiro  
Héctor Ávila-Sánchez  
João Osvaldo Rodrigues Nunes  
Miguel Ibáñez Sánchez  
Rosemeire Aparecida da Almeida

## COMISSÃO CIENTÍFICA DE PARECERISTAS

Antonio Thomaz Junior	Isis do Mar Marques Martins
Alexsande de Oliviera Franco	João Márcio Palheta da Silva
Anderson Azevedo Mesquita	José Alves
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	José Genivaldo do Vale Moreira
Arivaldo D'Avila de Oliveira	Julia Lobato Pinto de Moura
Brian Gerard Garvey	Juliano Strachulski
Carlos Estevão Ferreira Castelo	Karina Furini da Ponte
Cleilton Sampaio de Farias	Karla da Silva Rocha
Cristovão Henrique	Lucilene Ferreira de Almeida
Denise Cristina Bomtempo	Maria de Jesus Morais
Denis Richter	Natacha Cintia Regina Aleixo
Dinamares Aparecida Antunes	Rodrigo Otavio Peréa Serrano
Edwin Andrés Mancilla Rico	Silvio Simione da Silva
Elder Andrade de Paula	Victo Hugo Nedel Oliveira
Elisandra Moreira de Lira	Victor Régio da Silva Bento
Fernanda Lima e Silva	Waldemir Lima dos Santos
Frank Oliveira Arcos	

## EDITORIAL REVISTA UÁQUIRI

O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal do Acre (Ufac) tem o prazer de apresentar à comunidade científica o resultado de um esforço coletivo ao lançar a Revista Uáquiri em seu volume 4, número 2, do ano de 2022.

A Revista Uáquiri trata-se de uma ferramenta de divulgação dos resultados de pesquisa sobre a produção do espaço geográfico e estudos temáticos que envolvam a região amazônica e discussões teórico-metodológicas geográficas.

Na perspectiva de suscitar o debate, a Revista Uáquiri (v.4, n.2, ano 2022) apresenta dez trabalhos entre artigos e relatos de experiência das mais variadas temáticas, mas sempre com o compromisso teórico-metodológico na abordagem do tema, com apresentação de dados quantitativos, qualitativos e análises de modo a oferecer ao leitor informações e questionamentos sobre o papel da ciência geográfica na análise espacializada dos processos, fatos e fenômenos que contemplam a realidade da Amazônia Sul-Occidental.

Os nove artigos que compõe este volume da Revista Uáquiri nos trazem importantes reflexões cada qual com seu enfoque teórico-metodológico, porém todos a partir do recorte espacial da região Amazônica. Nesse sentido, há dois artigos que nos trazem algumas problemáticas sobre ensino e Geografia, sendo que o primeiro artigo aborda sobre a educação das relações étnico-raciais em Geografia a partir da Lei n.º 11.645/2008, traçando um paralelo com a análise do Currículo de Referência Único do Acre no componente curricular de Geografia, anos finais do ensino fundamental. O segundo artigo que compõe este número da revista nos envolve no mundo das novas tecnologias de informação e comunicação e tem o objetivo de discutir quais os desafios das TICs no ensino de Geografia.

A área da Geografia da Saúde e suas interfaces também está presente neste número da Revista Uáquiri com três artigos sendo, o terceiro com o objetivo de fazer uma revisão de literatura sobre a contribuição da categoria paisagem para Geografia da Saúde; o quarto artigo permite contribuir com reflexões acerca da dengue durante a pandemia da COVID-19 com uma revisão bibliográfica a partir do Mapeamento sistemático de literatura no Google Acadêmico com os termos “Coronavírus” e “Dengue”. Já o artigo quinto, realiza uma análise a partir do período decorrente da pandemia da COVID-19 com um enfoque para a influência do contexto sanitário nos fluxos migratórios internacionais a partir de uma análise teórica-bibliográfica.



Dentre outras pesquisas e discussões na forma de artigo científico que compõem a Revista Uáquiri estão o sexto artigo, com uma análise centrada no mundo do trabalho e de como é possível compreender os impactos do trabalho na (re)produção do espaço geográfico; o sétimo artigo com a temática sobre questão agrária também compõe esta publicação a partir das contribuições de José de Souza Martins sobre a questão agrária mundial e brasileira; o oitavo artigo que, sob o crivo da Geografia Humanística e ancorado no método da análise do discurso, bem como nos conceitos de topofobia e topofilia, busca analisar o livro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana” de autoria da professora doutora Maria de Jesus Moraes; e por fim, o último artigo nesta seção nos traz uma análise espaço temporal das alterações de uso e cobertura da terra na Bacia do Igarapé São Francisco em Rio Branco/AC no período entre 2001 a 2021 a partir de imagens dos satélites LANDSAT 5/TM e LANDSAT 8/OLI e ferramentas de geoprocessamento com uso do software Qgis 3.22.10 para o mapeamento.

A outra seção da Revista Uáquiri é destinada aos relatos de experiência que são formas mais livres de contribuição científica. Nesta seção são apresentados relatos de trabalho de campo e experiências vividas a partir de projetos.

Dessa forma, a Revista Uáquiri apresenta um Relato de Experiência a partir do desenvolvimento de um trabalho de campo realizado numa das áreas de extração de açaí no município de Atalaia do Norte, localizado no extremo oeste do estado do Amazonas, na fronteira com o Peru, cuja finalidade é conhecer as técnicas e práticas da extração do açaí, bem como reafirmar a importância do extrativismo para a garantia da segurança e soberania alimentar da população local, bem como o potencial na diversificação do uso da palmeira do açaí, aumentando o uso sustentável da floresta.

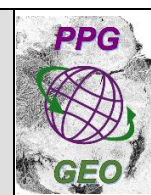
Então, convidamos os leitores a navegar nas discussões e contribuições da geografia acreana trazidas pela Revista Uáquiri, v.4, n.2 do ano de 2022.

Os editores

Sumário

<b>EDITORIAL REVISTA UÁQUIRI</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGOS</b>	<b>6</b>
<b>EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS EM GEOGRAFIA: IDENTIFICAÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS PRESENTES NO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA ÚNICO DO ACRE DA ÁREA DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II</b>	<b>7</b>
<b>TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS NO ENSINO DE GEOGRAFIA E SEUS DESAFIOS</b>	<b>24</b>
<b>A CONTRIBUIÇÃO DA CATEGORIA GEOGRÁFICA PAISAGEM PARA A GEOGRAFIA DA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>40</b>
<b>A DENGUE EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>52</b>
<b>A IMIGRAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>66</b>
<b>OS IMPACTOS DO TRABALHO NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA</b>	<b>81</b>
<b>A ÓTICA DA QUESTÃO AGRÁRIA SOB A PERSPECTIVA MUNDIAL E DO BRASIL</b>	<b>99</b>
<b>TOPOFILIA E TOPOFOBIA EM “ACREANIDADE: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA”</b>	<b>120</b>
<b>ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DAS ALTERAÇÕES DE USO E COBERTURA DA TERRA NA BACIA DO IGARAPÉ SÃO FRANCISCO, RIO BRANCO – ACRE – BRASIL (2001 – 2021)</b>	<b>139</b>
<b>RELATOS DE EXPERIÊNCIAS</b>	<b>152</b>
<b>CONHECENDO O EXTRATIVISMO DO AÇAÍ EM ATALAIA DO NORTE – AM</b>	<b>153</b>

## **ARTIGOS**



## **EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS EM GEOGRAFIA: IDENTIFICAÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS PRESENTES NO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA ÚNICO DO ACRE DA ÁREA DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Lic. Karolayne Almeida de Souza<sup>1</sup>, Dra. Lucilene Ferreira de Almeida<sup>2</sup>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8498-5315>, <https://orcid.org/0000-0002-2567-9983>

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>2</sup> Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre. Brasil.

[karolayne.souza@sou.ufac.br](mailto:karolayne.souza@sou.ufac.br)

Recebido em: 27/07/2022; Aceito em: 25/10/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-1>

### **RESUMO**

O objetivo desse trabalho é discutir como a Geografia pode contribuir para o desenvolvimento do ensino a respeito da diversidade racial, mais especificamente, o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas a partir do que é assegurado na Lei n.º 11.645/2008, traçando um paralelo com a análise do Currículo de Referência Único do Acre no componente curricular de Geografia, anos finais do ensino fundamental, com o intuito de identificar como essa temática é proposta no currículo dessa disciplina. A partir dos apontamentos feitos sobre a educação das relações étnico-raciais em Geografia é possível afirmar que a disciplina tem instrumentos necessários, de acordo com as temáticas que aborda, para a promoção, junto a outras áreas do conhecimento, da educação para as relações étnico – raciais. No Currículo de Referência Único do Acre, os objetos de conhecimento que dão margem para abordar a temática étnico-racial, encontram-se evidenciados de forma ampla. Os que estão mais específicos encontram-se no quadro organizador curricular do oitavo ano, a partir da temática sobre o continente africano. Dessa forma, entende-se que o professor de Geografia, mais atento as questões étnico-raciais e empenhado na educação que envolva desenvolver relações étnico-raciais positivas e respeitadas, trabalhará de forma aprofundada essas temáticas no ambiente da sala de aula.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia; Relações Étnico-Raciais; Currículo de Referência Único do Acre.

### ***EDUCATION FOR ETHNO-RACIAL RELATIONS IN GEOGRAPHY: IDENTIFICATION OF SOME ASPECTS PRESENT IN THE SINGLE REFERENCE CURRICULUM OF ACRE FOR THE AREA OF GEOGRAPHY IN ELEMENTARY SCHOOL II***

### **ABSTRACT**

The objective of this paper is to discuss how Geography can contribute to the development of teaching about racial diversity, more specifically, the teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and

culture from what is ensured in Law 11.645/2008, drawing a parallel with the analysis of the Single Reference Curriculum of Acre in the curriculum component of Geography, final years of elementary school, to identify how this theme is proposed in the curriculum of this discipline. From the notes made about the education of ethnic-racial relations in Geography, it is possible to affirm that the subject has the necessary instruments, according to the themes it approaches, for the promotion, together with other areas of knowledge, of education for ethnic-racial relations. In the Single Reference Curriculum of Acre, the objects of knowledge that give room for addressing the ethnic-racial theme are highlighted extensively. Those that are more specific are found in the curricular organizing chart of the eighth grade, starting with the theme of the African continent. Thus, it is understood that the Geography teacher, more attentive to ethnic-racial issues and committed to education that involves developing positive and respectful ethnic-racial relationships, will work on these issues in depth in the classroom environment.

**Keywords:** Teaching of Geography; Ethnic-Racial Relations; Single Reference Curriculum of Acre.

***EDUCAÇÃO PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN GEOGRAFÍA:  
IDENTIFICACIÓN DE ALGUNOS ASPECTOS PRESENTES EN EL CURRÍCULO ÚNICO DE  
REFERENCIA DE ACRE EN EL ÁREA DE GEOGRAFÍA PARA LA EDUCACIÓN PRIMARIA***

**II**

**RESUMEN**

El objetivo de este trabajo es discutir cómo la Geografía puede contribuir al desarrollo de la enseñanza de la diversidad racial, más específicamente, la enseñanza de la historia y la cultura de los afro-brasileños y los pueblos indígenas de lo que se garantiza en la Ley N ° 11.645/2008, trazando un paralelo con el análisis del Plan de Estudios Único de Referencia de Acre en el componente curricular de Geografía, los últimos años de la escuela primaria, con el fin de identificar cómo este tema se propone en el plan de estudios de esta disciplina. A partir de los apuntes realizados sobre la educación de las relaciones étnico-raciales en Geografía, es posible afirmar que la asignatura cuenta con instrumentos necesarios, según las temáticas que aborda, para la promoción, junto con otras áreas de conocimiento, de la educación para las relaciones étnico-raciales. En el Currículo Único de Referencia de Acre, se destacan de manera amplia los objetos de conocimiento que dan cabida al tratamiento de la cuestión étnico-racial. Los que son más específicos se encuentran en el marco organizativo curricular del 8° grado, empezando por el tema sobre el continente africano. Así, se entiende que el profesor de Geografía, más atento a las cuestiones étnico-raciales y comprometido con una educación que implique el desarrollo de relaciones étnico-raciales positivas y respetuosas, trabajará en profundidad estas cuestiones en el ámbito del aula.

**Palabras clave:** Enseñanza de la Geografía; relaciones étnico-raciales; currículo Único de Referencia de Acre.

## **1. INTRODUÇÃO**

O ambiente escolar é repleto de pluralidade, relacionadas as vivências e conhecimentos dos indivíduos que integram seu cotidiano. Por ser a escola um espaço não só de formação para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, de formação para o exercício da cidadania, da vida em coletividade em uma sociedade plural, o compartilhamento de experiências, saberes, conhecimentos, se faz necessário nesse ambiente que é acima de tudo um ambiente formativo e que exerce uma importância significativa na vida dos indivíduos.

A perspectiva eurocêntrica no Brasil não se difundiu apenas na esfera econômica, como forma de dominação para a exploração de mão-de-obra, recursos e estabelecimento de um mercado mundial, tendo como centralidade as nações da Europa Ocidental, como declara Aníbal



Quijano (2005). Mas se difundiu também no saber, na dominação do conhecimento e assim desqualificação de conhecimentos não europeus para assim se tornar o novo padrão de poder mundial, no que Quijano (2005) denomina de “colonialidade do poder”. Esse colonialismo da Europa ocidental estava fundamentado na classificação da população não europeia na ideia de “raça” e na disseminação do capitalismo para articulação de um mercado mundial. (QUIJANO, 2005).

A classificação dos povos não europeus pela ideia de raça foi base para subjugar povos como africanos e indígenas como “inferiores” ou “não civilizados”, conforme os padrões europeus e por isso passíveis de serem dominados ou então escravizados, para servirem aos desígnos e ambições de nações europeias. Como declara Coelho (2021), os saberes dos povos afrodescendentes e indígenas desde o período colonial vêm sendo “subalternizados” pelas classes dominantes, principalmente sob o prisma da busca pelo “conhecimento verdadeiro” (COELHO, 2021, p.126), transformação que ocorreu em consequência das mudanças pós-Idade Média, que dava uma nova perspectiva sobre o mundo à população da Europa ocidental, através da revolução em relação ao conhecimento e dissociação do homem e natureza. Porém, esse mesmo conhecimento e “poder”, não legitimou, referenciou ou reconheceu a existência de outros conhecimentos, de outros saberes, nas palavras de Coelho (2021) “alteridades” que, mesmo diferentes da racionalidade europeia ocidental, eram conhecimentos, organizações, modos de vida e sustentavam sociedades. Esses conhecimentos, que não faziam parte da construção europeia, foram excluídos, silenciados, foram marginalizados e tratados como inferiores desde o período colonial na América Latina e, conseqüentemente no Brasil.

O não reconhecimento das “alteridades” (COELHO, 2021), a não legitimação dos saberes de outros povos não europeus, como no caso de indígenas e africanos, deram base para a desvalorização desses povos ao longo da história da América Latina, se configurando como uma “violência” contra as tradições e cultura desses povos em prol da difusão de um conhecimento, cultura e tradição construídos segundo a perspectiva europeia colonizadora. (COELHO, 2021).

A “subalternização”, a desvalorização que foram submetidas as populações afrodescendentes e indígenas na sociedade brasileira ao longo da história, também refletiu no ensino, na desvalorização no âmbito educacional da diversidade, em valorização a um conhecimento eurocêntrico, porém essa desvalorização não foi tratada com passividade. Os movimentos sociais fizeram frente a imposição de um único conhecimento e construção de

esteriótipos que desvalorizavam as populações afrodescendentes e indígenas, instituídos por consequência da colonização e racialização de povos não europeus. Como evidenciado no trabalho de Lima e Lira (2018) sobre a educação para as relações étnico-raciais no âmbito da legislação brasileira, a escola além de ser vista como “uma instância privilegiada pelo seu papel de transformação (LIMA; LIRA,2018,p.2), ela também deve ser vista como “um espaço com mecanismos próprios que conduzem ao reforço da reprodução da superioridade cultural de determinados grupos.” (LIMA; LIRA,2018, p.2). Nessa perspectiva, os movimentos sociais, como o Movimento Negro, vêm lutando pela implementação de uma educação que privilegia a diversidade no ambiente escolar, por acreditarem que a escola é “[...] um instrumento fundamental para proporcionar a inclusão social.[...]” (LIMA; LIRA, 2018, p.2).

Nesse sentido, pode-se observar a implementação de leis como Lei n.º 10.639/2003 que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, a Lei n.º 11.645/2008 que acrescenta a obrigatoriedade do ensino a respeito da história e cultura dos povos indígenas, além dos afrodescendentes já instituídos na Lei de 2003, e outros dispositivos legais que instituem, no ensino escolar, a diversidade como: o parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP n.º 3 de 2004 e a resolução CNE/CP n.º 1 de 2004 que instituem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais.

Nessa perspectiva, o objetivo desse trabalho é discutir como a Geografia pode contribuir para o desenvolvimento do ensino a respeito da diversidade racial, mais especificamente, o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas a partir do que é assegurado em lei, traçando um paralelo com a análise do Currículo de Referência Único do Acre, no componente curricular de Geografia, anos finais do ensino fundamental, para observar e relacionar com a legislação existente e identificar se a temática racial encontra-se assegurada no currículo do estado a partir dos conteúdos e propostas de atividades, que estão presentes em cada ano analisado, haja vista que esse documento é o principal condutor na elaboração dos planejamentos escolares do estado.

Para cumprir com os objetivos traçados, o trabalho se encontra organizado em duas partes, a primeira, debate o ensino de Geografia e suas contribuições para a educação das relações étnico-raciais e a segunda evidencia a análise do componente curricular de Geografia no Currículo de Referência Único do Acre, com o foco para conteúdos e propostas de atividade que asseguram no currículo deste Estado o ensino acerca da temática étnico-racial, indígena e afrodescendente.

## 2. ENSINO DE GEOGRAFIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A temática a respeito da diversidade racial no ensino, além de ser algo assegurado por lei, se caracteriza como um processo de formação para o desenvolvimento da cidadania, que abrange usufruir de direitos e cumprir deveres na sociedade, sem distinções de cor, gênero, credo religioso ou cultura, como evidenciado nas palavras de Silva (2007, p.490):

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. [...]

Está relacionada também com uma formação para o exercício da vida pública, de posicionamento frente as políticas públicas para reivindicação de direitos a todos os indivíduos, sem discriminação de qualquer espécie, assim como valorização histórica dos povos que fazem parte da construção da sociedade brasileira, do reconhecimento das várias contribuições na cultura, no conhecimento, no modo de vida dos brasileiros. Nessa perspectiva, o parecer CNE/CP n.º 3 de 2004, destaca três princípios a serem seguidos para a efetivação da educação para as relações étnico-raciais, sendo eles: Consciência política e histórica da diversidade; Fortalecimento de identidades e de direitos; Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações (BRASIL, 2004). Esses princípios devem ser cumpridos, segundo a determinação do parecer, para a inclusão no ensino acerca da diversidade racial presente em nossa sociedade, com objetivo de combater o racismo, a discriminação e os preconceitos enraizados no decorrer da história.

A educação para as relações étnico-raciais requer que se enfatize não apenas as diferenças no âmbito econômico, cultural, étnico-racial, mas aprofunde questões a respeito das “tensas relações étnico-raciais”, que nas palavras de Silva (2007, p. 492), estão presentes no cotidiano dos indivíduos. Busca conduzir o indivíduo a reconhecer em sua realidade a presença de situações que o desqualifique ou exalte em decorrência de seu pertencimento étnico-racial, respeitar as diferenças de pensamento, opinião, religião que integram seu convívio social, auxiliar o indivíduo na construção do conhecimento, na perspectiva de encorajá-lo a combater situações de discriminação que ocorreram em seu cotidiano e entre outras ações que podem ser desenvolvidas no sentido de promover uma educação que conduza ao respeito, compreensão e valorização da diversidade étnico-racial na sociedade. Como também é evidenciado nas

## Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p.1).

A educação das relações étnico-raciais requer essas experiências de trocas de conhecimentos e atenção no trato da temática para evitar a reprodução de estereótipos, narrativas, preconceitos que há alguns anos vêm sendo denunciados pelos movimentos sociais, por estudiosos, pesquisadores e militantes que estão à frente das lutas por igualdade racial no Brasil.

É sabido que aprender-ensinar-aprender, processo em que mulheres e homens ao longo de suas vidas fazem e refazem seus jeitos de ser, viver, pensar, os envolve em trocas de significados com outras pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, grupos sociais e étnico-raciais, experiências de viver. Tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder. (SILVA, 2007, p. 491).

É nessa perspectiva de ensino, para a construção de uma educação para as relações étnico-raciais, que se faz pensar o papel da Geografia, mesmo não estando citada na Lei n.º 11.645/2008, como um componente curricular que “especialmente” necessita incluir a temática a respeito da história e cultura afrodescendente e indígena em seu corpo curricular, encontra-se permeada de oportunidades de se trabalhar essas questões, principalmente por sua área de atuação que abrange aspectos físicos/naturais e sociais. Porém, é necessário haver um cuidado no trato da questão étnico-racial na Geografia, como destaca o professor Ferracini (2022)<sup>1</sup>, que trabalha com foco no ensino a respeito da África na Geografia. Em sua palestra intitulada “A África na Geografia escolar: Inserir não é contemplar,” destaca que existem alguns cuidados que devem ser tomados no trato da questão a respeito da África no ensino de Geografia, como, por exemplo, ter cuidado para não “cair no exótico,” representar a África apenas a partir da “paisagem exuberante”, ter cuidado para não apresentar a África como uma homogeneidade.

---

<sup>1</sup> Palestra publicada no canal do Youtube, para o curso de extensão “Ensino de Geografia e Relações étnico – raciais: Lugar de Negro”, realizado pelo Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia na Perspectiva do Ser Humano Integral (GPEGPSHI), Laboratório de Geografia e Educação Popular (LAGEPOP), Instituto de Geografia (IG), e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

“De que África queremos falar?”, “de que parte do continente?” ter cuidado com o que vamos e queremos trabalhar a respeito da África nos conteúdos da Geografia (Informação verbal)<sup>1</sup>.

[...] Muitas vezes cai no exótico, no bonito, na paisagem, nas roupas, nas vestimentas, nas questões naturais, nas festas, ou mesmo em outras questões relacionadas à fome e à pobreza, como se à fome e à pobreza não existisse em outras partes do mundo. [...]. (Informação Verbal).<sup>2</sup>

Podemos pensar nessa perspectiva também em relação as populações indígenas, ter cuidado para não reproduzir um ensino atrelado ao “exótico”, as demonstrações de tradições isoladas de tribos ou populações indígenas específicas e findar passando uma imagem de homogeneidade, uma imagem de que todas as populações indígenas vivem da mesma forma, têm os mesmos costumes, quando na verdade há uma gama de diferenciações entre as populações indígenas que, de maneira nenhuma podem ser negligenciadas por uma concepção de totalidade, de homogeneidade.

Dessa forma, Ferracini (2022) alerta sobre a importância de se ter cuidado na maneira como trabalha as questões relacionadas ao continente africano, as populações africanas, para não reproduzir os erros do passado em relação aos estereótipos construídos sobre a África, assim como é destacado em sua fala: “Não basta falar da África, temos que desconstruir as narrativas.”. Ou seja, a temática étnico-racial relacionada as populações Afro-brasileiras, Africanas e indígenas, assegurada na Lei n.º 11.645/2008, está pautada na intenção de uma mudança no trato das questões históricas e culturais relacionadas a essas populações. Não ter o devido cuidado de tratá-las de uma forma que desarticule com as narrativas construídas ao longo da história sobre esses povos, levará a reproduzi-las e não as combater, como é preconizado pela lei e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais.

O Parecer CNE/CP n.º 3 de 2004, deixa nítido que o princípio “Fortalecimento de identidades e de direitos” (BRASIL, 2004, p.10), orienta para justamente romper com as imagens negativas forjadas contra os negros e os povos indígenas, além de orientar para o “esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal.” (BRASIL, 2004, p.10). Trata-se de valorização das culturas afrodescendentes, africanas e indígenas, principalmente focando na desconstrução da homogeneização para valorização das identidades intrínsecas de cada povo.

---

<sup>1</sup> Fala do professor doutor Rosemberg Ferracini na palestra: A África na Geografia Escolar: Inserir não é contemplar do curso de extensão - “Ensino de Geografia e Relações Étnico Raciais: Lugar de Negro”, Youtube, 05 de julho de 2022.

<sup>2</sup> Idem, Youtube, 05 de julho de 2022.

Ferracini (2022) destaca ainda a importância de a Geografia romper com a ideia da África como uma “totalidade – mundo”, que se relaciona com a perspectiva de abordar a África como uma homogeneidade. Nesse sentido, o professor declara que se o ensino de Geografia pretende trabalhar nessa perspectiva de desconstrução de preconceitos em relação a África e os povos africanos. É preciso ressignificar esse ensino, ou seja, apresentar uma nova visão, algo diferente do que já vem sendo trabalhado, é preciso que haja comunicação com outras áreas do conhecimento como a história, a antropologia, trazer novas reflexões que rompam com o que já tem sido trabalhado, que rompam com a perspectiva colonizadora de abordar a África como uma singularidade. Mais uma vez, a fala do professor nos leva a também relacionar suas ponderações a respeito do ensino de Geografia da África as questões indígenas, que também enfrentam o problema da homogeneidade e assim, o desrespeito as diversas identidades indígenas e, conseqüentemente a reprodução de preconceitos. A Geografia como uma ciência que também trabalha com a questão da escala, do território, da população, da paisagem, necessita ressignificar essas categorias em se tratando da África, dos afrodescendentes e das populações indígenas. É nessa perspectiva que a fala do professor se estrutura no decorrer da palestra, principalmente voltada a questão do continente africano, mas que também se aplica as questões indígenas no ensino de Geografia. As palavras de (SILVA, 2007, p. 501) se relacionam com as questões aqui pontuadas:

O desconhecimento das experiências de ser, viver, pensar e realizar de índios, de descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, faz com que ensinemos como se vivêssemos numa sociedade monocultural. Isto nos torna incapazes de corrigir a ilusão da democracia racial, de vencer determinações de sistema mundo centrado em cosmovisão representativa de uma única raiz étnico-racial.

A Geografia, pela sua capacidade de trabalhar uma variedade de aspectos do âmbito social e se relacionar com outros componentes curriculares, como a história, é um forte instrumento para a educação das relações étnico-raciais, com o foco para a desconstrução de preconceitos, construção de uma visão crítica a respeito da temática racial e das situações que ocorrem no cotidiano social, e compartilhamento de variados conhecimentos presentes na sociedade brasileira para valorização da diversidade cultural, questões presentes nas Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

O trabalho de Souza e Santos (2020) sobre a Geografia escolar e o ensino das relações étnico-raciais a partir de apontamentos sobre o Currículo de Referência do estado de Goiás, também aborda essa questão a respeito da Geografia promover a educação das relações étnico-



raciais, com base nos estudos sobre sociedade, paisagem e território, usando a seu favor instrumentos como a escala, o estudo a respeito da urbanização, migração e entre outros, nas palavras das autoras elas destacam:

[...] quando procuramos trazer o ensino das relações raciais na sociedade brasileira para a geografia escolar estamos nos referindo ao desafio desta disciplina em apresentar um elemento interseccional – no caso, a raça – como fator para o desmantelamento dos direitos sociais e políticos de uma parcela da população, para a segregação socioespacial, para a situação de refúgio e migração para o trabalho, para a violência doméstica e policial, em suma, para a desigualdade social em todos os aspectos. Nesse sentido, é compreender que as relações raciais estão presentes nos mais variados temas e conteúdos problematizados e pensados pela Geografia na escola. (SOUZA; SANTOS, 2020, p. 276).

A partir dessas palavras, podemos compreender que o ensino da Geografia escolar pode contribuir de forma significativa para a educação das relações étnico-raciais, a partir das temáticas próprias da Geografia. A prática de ensino da disciplina, que não abrange as questões étnico-raciais, mesmo com a abertura desse componente curricular para tal discussão, é uma prática que negligencia o que já está firmado em lei e não trabalha dentro de uma perspectiva de combate ao racismo e a discriminação presente na sociedade, além de negligenciar o caráter crítico da Geografia, de análise da sociedade, de suas relações interpessoais, relações com o meio em que vivem e análise da dinâmica natural do espaço.

Os caminhos da educação parecem apontar no sentido de cultivar a heterogeneidade, a flexibilidade e a diferença, princípios estruturantes na sociedade atual, no entanto, as relações étnico-raciais são encaradas, muitas vezes, como tabus no espaço escolar, sobretudo devido à incipiente formação docente para o tratamento das diferenças, a falta de acesso a materiais didáticos e paradidáticos que abordam a questão e, no caso da geografia escolar, a dificuldade em relacionar a ciência geográfica em seu corpus teórico - conceitual, ao tratamento destas temáticas. (SOUZA; SANTOS, 2020, p. 277).

Dessa forma, para que a Geografia seja um componente curricular que também contribua na educação para as relações étnico-raciais, no ambiente escolar, existe a necessidade de entrelaçar a temática étnico-racial na formação de professores, no currículo e na prática docente na sala de aula. Esses fatores devem trabalhar em conjunto para o desenvolvimento de uma educação que auxilie a construção do conhecimento a partir da diversidade. Mesmo acreditando que todos esses fatores devam estar entrelaçados para a educação das relações étnico-raciais em Geografia, propomos uma análise apenas na perspectiva do currículo, mais especificamente do Currículo de Referência do Acre, na busca por analisar como as questões a

respeito da diversidade étnico-racial principalmente focadas na cultura afrodescendente e indígena são propostas no documento que é o principal condutor na construção dos planejamentos e das práticas de ensino escolares do estado.

### **3. A GEOGRAFIA E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA ÚNICO DO ACRE**

O Currículo de Referência Único do Acre do ensino fundamental foi construído no intuito de seguir a perspectiva de uma educação comum ou básica a todos os indivíduos, além do atendimento as características intrínsecas de cada lugar, no caso o estado do Acre, sua história e cultura. Ele encontra-se dividido por áreas de conhecimento: Área de Linguagens que abrange os componentes curriculares – Arte, Educação Física, Língua Espanhola, Língua Inglesa e Língua Portuguesa; Área de Matemática que abrange o componente curricular – Matemática; Área de Ciências da Natureza que corresponde ao componente curricular – Ciências e a Área de Ciências Humanas que abrange os componentes curriculares – Geografia e História; além da Área de Ensino Religioso.

Como já evidenciado anteriormente, o Currículo de Referência do Acre encontra-se em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dessa forma, esse currículo segue a estrutura da BNCC que, a nível nacional conduz a construção dos demais currículos a nível estadual e municipal. No intuito de analisar a presença da temática étnico-racial, mais precisamente afrodescendente e indígena, segundo a Lei n.º 11.645/2008, destacamos a análise dos “objetos de conhecimento” /conteúdos e propostas de atividades em que a temática étnico-racial se faça presente no currículo de Geografia dos anos finais do Ensino Fundamental.

No sexto ano, foi possível identificar alguns conteúdos ou “objetos de conhecimento” que dão margem para a diversidade étnico-racial afrodescendente e indígena: “Identificação de características culturais, econômicas e ambientais do espaço vivido.” (ACRE, 2019, p. 1666). Dentro desse objeto de conhecimento, o professor tem a oportunidade de trabalhar a questão da diversidade cultural que existe na sociedade brasileira, destacando que cada cultura teve um papel importante na construção dos costumes e gostos populares. Outro objeto de conhecimento que pode ser destacado neste ano escolar é: “reconhecimento e análise do trabalho de vários povos na construção do território e das paisagens”. (ACRE, 2019, p. 1667). Nesse objeto de conhecimento é possível trabalhar o papel de cada modo de vida e construção cultural, entre eles africanos, afrodescendentes e indígenas, materializados no espaço, destacando que muitas

culturas, principalmente aquelas silenciadas na história, não foram apenas vítimas no processo histórico de construção da sociedade e espaço brasileiro, mas tiveram um papel importante na construção dos costumes e arranjos espaciais que temos na atualidade.

Nesse sentido, trabalhando na perspectiva da valorização da diversidade a partir do objeto de conhecimento citado no parágrafo anterior, o princípio “consciência política e histórica da diversidade”, destacado no parecer CNE/CP n.º 3 de 2004, pode ser desenvolvido a partir do ensino de Geografia. Esse princípio além de outras questões, assegura que a educação das relações étnico-raciais deve conduzir: “à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história” (BRASIL, 2004, p.9).

Outro ponto interessante no quadro organizador do sexto ano é a seguinte proposta de atividade: “Situações de conversa sobre modos de viver e sentir as influências culturais que recebemos de outros povos (na alimentação, linguagem, modo de se vestir, festas, etc.)” (ACRE, 2019, p. 1666). Essa proposta dá margem para o desenvolvimento de um momento de interação e troca de conhecimento entre os alunos, assim, um aprende com o outro, dando a oportunidade de conhecer diferenças e semelhanças entre eles, além da oportunidade de proporcionar um debate acerca da diversidade cultural, presente na sociedade brasileira e mais especificamente na sociedade acreana, relacionando fatos históricos e evidências da realidade presentes na vida dos alunos. Sendo assim, pode-se relacionar essa proposta de atividade ao princípio de “fortalecimento de identidades e de direitos”, evidenciado no parecer CNE/CP n.º 3 de 2004, que entre outras questões, deve conduzir “a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais.” (BRASIL, 2004, p.10).

É interessante destacar que no Currículo de Referência Único do Acre, a temática étnico-racial, afrodescendente e indígena, não é evidenciada de forma profunda nesses conteúdos até então citados. Estes se encontram evidenciados de uma maneira ampla, dando margem para diversas interpretações no momento do planejamento na escola propriamente dito, e deixando mais a cargo dos coordenadores e professores a maneira e a profundidade de como abordar essa temática no ambiente escolar e da sala de aula. Um exemplo disso é o objeto de conhecimento do quadro organizador do sétimo ano: Identificação de características ético-culturais, econômicas e ambientais do Brasil e suas regiões naturais.” (ACRE, 2019, p.1681). Esse objeto

de conhecimento, pensado de forma ampla pode levar a privilegiar o desenvolvimento de discussões apenas sobre as contribuições de um determinado povo, de uma determinada cultura a respeito das características do Brasil, mas, se o professor e a coordenação trabalharem de uma forma a promover uma educação das relações étnico-raciais, com foco na valorização das contribuições dos povos africanos e indígenas para a sociedade brasileira, aprofundará essas questões no ambiente da sala de aula e de certa forma, estará contribuindo para a efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais que em seu Art. 2º parágrafo dois, ressalta:

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (BRASIL,2004, p.1).

Outro objeto de conhecimento que podemos destacar no quadro organizador do sétimo ano é: “Pesquisa de campo sobre territorialidade e diversidade étnico cultural.” (ACRE, 2019, p.1681). Mais uma vez, de forma ampla, a diversidade étnico cultural é evidenciada no currículo do Acre, mas não menciona especificamente a história e cultura indígena ou afrodescendente, porém, dá margem para que os estudos possam se aprofundar nessas questões e os próprios alunos reconheçam ou conheçam um pouco mais a fundo suas ancestralidades. Outro objeto de conhecimento que pode ser citado dentro dessa perspectiva é: “Conhecimento e análise dos processos migratórios e da formação socioespacial, que deu origem a sociedade mestiça que somos.” (ACRE, 2019, p.1683). Através desse conteúdo é possível trabalhar as questões migratórias no Brasil e as consequências disso para a miscigenação que caracteriza a sociedade brasileira e, conseqüentemente a trajetória da população africana no país, suas contribuições para a cultura brasileira, para a religiosidade, para literatura, para os costumes, para o conhecimento, para organização de resistência contra o sistema escravista, entre outras questões, além da possibilidade de identificação nos costumes cotidianos, da influência da cultura dos povos indígenas e africanos, mas se atentando para a questão da escala, especificando de qual povo indígena, de qual parte da África estão debatendo. Esse aspecto é relevante para combater a perspectiva homogeneizadora em relação aos povos indígenas e africanos e que leva a reprodução de preconceitos raciais.

Ainda no quadro organizador do sétimo ano, temos o seguinte conteúdo: “Conhecimento e análise sobre a influência dos fluxos econômicos e a distribuição da

população no espaço brasileiro considerando os diferentes grupos étnicos que constituem o país.” (ACRE, 2019, p.1683). Dentro deste conteúdo, podem ser abordadas diversas questões relacionadas aos povos indígenas no Brasil e os afrodescendentes, fazendo relação com a história, no sentido de analisar a situação desses povos quanto as suas distribuições e localizações no território brasileiro ao longo do período colonial, até a situação atual dessas populações, como os direitos conquistados e desigualdades ligadas a questão étnico-racial e muitos outros aspectos que podem ser evidenciados a partir desse conteúdo.

No quadro organizador curricular do oitavo ano, destacamos a seguinte proposta de atividade:

Atividade de rodas de conversas, relacionando o tema de migrações vistas na habilidade anterior com as histórias familiares dos alunos para que este compreenda a dinâmica de ocupação do lugar e a importância da diversidade, na formação territorial e populacional do Brasil. (ACRE, 2019, p.1699).

Essa proposta de atividade diz respeito a discussão acerca da diversidade, em todos os aspectos, onde, mais uma vez, cabe a intenção do professor em evidenciar a temática da diversidade cultural e étnico-racial, dando ênfase a questão afrodescendente e indígena para o compartilhamento de saberes diversificados, além de se caracterizar como uma atividade “diferente” do convencional praticado na sala de aula. Se relaciona com o conceito de lugar, um conceito/categoria importante na Geografia e incitando ao conhecimento e busca pelas histórias que remetem as raízes ancestrais dos alunos, através das trajetórias de suas famílias, dando oportunidade para que o cotidiano adentre o espaço formativo da sala de aula.

Um dos objetos de conhecimento que possibilita o debate e ensino acerca da diversidade cultural no quadro curricular do oitavo ano é o seguinte: “Análise, compreensão e avaliação crítica do trabalho das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica em relação a realidade da América e da África.” (ACRE, 2019, p.1702). Um conteúdo onde há possibilidade de ensinar acerca do papel das organizações sociais, além de fazer uma relação cultural acerca da América e África. O professor, atento às questões raciais, tem a oportunidade de desmistificar pré-conceitos acerca dos povos africanos, dentro desse objeto de conhecimento, principalmente em relação a sua cultura. Essa também é uma questão abordada no parecer CNE/CP n.º 3 de 2004, no que trata sobre a importância das escolas e demais instituições de ensino trabalharem em uma perspectiva de “desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos[...].” (BRASIL, 2004, p. 6).

Outro objeto de conhecimento que é importante destacar, dentro do quadro organizador curricular do oitavo ano, também diz respeito a América e a África: “Compreensão e análise crítica dos países da América Latina, incluindo Brasil, e países do continente africano frente à nova ordem mundial (globalização – meio técnico-científico-informacional).” (ACRE, 2019, p.1703). Neste, o professor tem a oportunidade de ensinar acerca das riquezas, potencialidades, e evidentemente, problemas que existem tanto no continente Americano, quanto no continente Africano, podendo desmistificar os pré-conceitos em relação a uma “África pobre”, de mazelas sociais e mostrar que nesse continente há também riquezas e potencialidades, fugindo da demonstração do “exótico”, especificando de qual parte do continente africano a aula está sendo trabalhada e valorizando os conhecimentos, as inovações, a cultura e as características de cada parte do continente africano com objetivo de combater estereótipos que não convergem com a realidade.

A temática étnico-racial, mais voltada para o continente africano se encontra evidenciada no oitavo ano. Resolvemos destacar mais uma proposta de atividade, também direcionada as temáticas a respeito da África: “Leitura e análise de mapas temáticos dos países que integram o continente africano, identificando área, população, língua e capital.” (ACRE, 2019, p.1703). Como já evidenciado anteriormente, deixar nítido no ensino a respeito da Geografia da África qual parte do continente está sendo trabalhada é de extrema importância para desconstruir a imagem de singularidade empregada ao continente pela falta de destaque ao estudo de sua história e geografia ao longo do tempo.

No nono ano, destacamos o seguinte objeto de conhecimento: “Situações de problematização, pelo professor, sobre a pluralidade cultural, a partir de imagens, leitura de notícias em jornais e outros periódicos.” (ACRE, 2019, p.1721). É uma proposta de atividade que possibilita ao professor, juntamente com os alunos, identificarem diversas manifestações culturais, compartilhando experiências e aprendendo acerca de outras culturas, um espaço que proporciona a quebra de preconceitos, que muitas vezes são formados por falta de conhecimento acerca “do outro”, das demais culturas e modos de vida presentes na sociedade. Esse objeto de conhecimento, se trabalhado de acordo com uma perspectiva que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial, estará cumprindo o que é evidenciado no princípio “ações educativas de combate ao racismo e a discriminações” (BRASIL, 2004, p. 10), que entre outras questões também orienta “o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes



grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais. (BRASIL, 2004, p. 11).

Outro objeto de conhecimento importante para ser citado nesse trabalho, do quadro organizador curricular do nono ano, é: “Identificação e reconhecimento da pluralidade cultural e os diferentes modos de viver na região e em outras partes do mundo, defendendo o princípio do respeito às diferenças.” (ACRE, 2019, p.1721). Esse conteúdo trabalhado seguindo essa perspectiva de reconhecimento, identificação da pluralidade cultural e respeito à diferença, torna-se essencial no combate ao preconceito dentro do ambiente da sala aula, podendo proporcionar momentos de debates e descobertas, além de identificação de conceitos equivocados acerca dos diversos modos de vida presente na sociedade, tanto local, regional e até mesmo mundial.

Através da análise dos quadros organizadores dos anos finais do ensino fundamental, do componente curricular de Geografia, foi possível identificar alguns conteúdos ou objetos de conhecimento, além de propostas de atividades que dão margem para um ensino diversificado, não necessariamente com a temática indígena e afrodescendente bem especificados, o que se torna um problema, pois abre margem para trabalhar ou não a temática da forma proposta pela Lei n.º11.645/2008 e os demais aparatos normativos como o parecer CNE/CP n.º 3 de 2004 e as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Porém, acreditando no empenho das instituições de ensino em seguir o que é assegurado pela lei, além de acreditarmos que na formação inicial e continuada, que os professores tenham tido contato com a temática e a importância de desenvolvê-la no ambiente escolar, o trabalho esteve focado em destacar os possíveis conteúdos/objetos de conhecimento e propostas de atividades contidas no Currículo de Referência Único do Acre, que a temática afrodescendente e indígena poderá ser trabalhada.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos apontamentos feitos sobre a educação das relações étnico-raciais em Geografia, é possível afirmar que a disciplina tem instrumentos necessários, de acordo com as temáticas que aborda, para a promoção, junto a outras áreas do conhecimento, da educação para as relações étnico-raciais. Dessa forma, foi possível identificar que no Currículo de Referência do Acre, no componente curricular de Geografia, a temática étnico-racial se faz presente, estando assim o documento concernente com a perspectiva de abordar a diversidade na

sociedade e as contribuições dos diversos povos para a construção do conhecimento, da cultura, dos costumes e entre outras características que fazem parte da vida dos brasileiros.

Como já evidenciado anteriormente nesse trabalho, a educação para as relações étnico-raciais é um trabalho que deve ser realizado em conjunto: a formação de professores, o currículo e a prática no ambiente escolar e na sala de aula devem estar em conformidade para o sucesso de uma educação focada em evidenciar a diversidade nos mais diferentes aspectos do conhecimento. Nesse artigo só evidenciamos o currículo e a importância de que temáticas que abordem a pluralidade, estejam presentes nele, mas compreendemos e compactuamos com a perspectiva de que a educação para as relações étnico-raciais envolve o alinhamento desses aspectos educacionais, para que ela possa se efetivar no ensino e mais especificamente na escola.

No Currículo de Referência Único do Acre, os objetos de conhecimento que dão margem para abordar a temática étnico-racial encontram-se evidenciados de forma ampla, os que estão mais específicos encontram-se no quadro organizador curricular do oitavo ano, a partir da temática sobre o continente africano. Dessa forma, entende-se que o professor de Geografia, mais atento as questões étnico-raciais e empenhado na educação que envolva desenvolver relações étnico-raciais positivas e respeitadas, trabalhará de forma aprofundada essas temáticas no ambiente da sala de aula. Porém, há que se destacar que o desenvolvimento ou não dessas questões também estará relacionado ao empenho da coordenação escolar, a existência de bons materiais didáticos e a influência da formação desse professor na sua prática pedagógica. A Lei n.º 11.645/2008 está em vigor e o currículo já abrange a questão, mas a prática tanto na escola, quanto na formação de professores é algo ainda a ser analisado e se distante do que já está afirmado teoricamente, necessita ser repensada e ressignificada.

## 5. REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado de Educação do Acre. **Currículo de Referência Único do Acre**. Ensino Fundamental. SEE/AC: Rio Branco, 2019.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 1 de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 003** de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para

o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf). Acesso em: 08 de junho de 2022.

COELHO, Rogério Mendes. Saberes ausentes da "Cidade Letrada". Por um Iluminismo mestiço. **Literatura: teoria, história, crítica**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 121-159, 2021. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/lthc/article/view/90597/77633>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

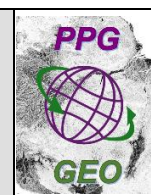
GPEGPSHI – Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia na Perspectiva do Ser Humano Integral. A África na Geografia escolar: Inserir não é contemplar. Youtube, 05 de julho de 2022. Disponível em: [https://youtu.be/W\\_wNkn2VzI4](https://youtu.be/W_wNkn2VzI4)

LIMA, Valeska Nogueira De et al. **A educação para as relações étnico-raciais no âmbito da legislação brasileira**. Anais III Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44223>. Acesso em: 19/07/2022 18:43

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf) Acesso em: 03 de maio de 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SOUZA, Lorena Francisco de; SANTOS, Camila da Conceição Reis. A Geografia Escolar e o Ensino das Relações Étnico-Raciais: Apontamentos a partir do Currículo Referência do Estado de Goiás. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 273-291, abr. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/865>. Acesso em: 19 jul. 2022.



## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS NO ENSINO DE GEOGRAFIA E SEUS DESAFIOS

Ludmila Silva de Lima Barros<sup>1\*</sup>; Victor Régio da Silva Bento<sup>2</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4654-8894>; <https://orcid.org/0000-0002-5167-3964>

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>2</sup> Doutor em Geografia – Propgeo/UECE, Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil.

[\\*ludmila.barros@sou.ufac.br](mailto:ludmila.barros@sou.ufac.br)

Recebido em: 22/07/2022; Aceito em: 23/11/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-2>

### RESUMO

O trabalho apresentado busca fazer uma reflexão sobre a metodologias da disciplina de Geografia no Ensino Fundamental, com o apoio de ferramentas tecnológicas, as chamadas TICs e sua relação com as reformas curriculares mais recentes. Para tanto, demonstra o papel da tecnologia, na evolução do conhecimento geográfico e a importância que o instrumental técnico passa a ter no trabalho docente, os quais estão evidenciados nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Ademais, frisa as potencialidades e limitações do uso dessas tecnologias no ensino. Entende-se que a escola no seu papel social precisa buscar acompanhar essa nova realidade, para melhor atender a sua clientela, estando atenta aos níveis de desenvolvimento cognitivo de cada etapa da Educação Básica. A partir dessa análise, verificou-se que o uso de ferramentas tecnológicas no campo educacional está em crescente transformação, e que, apesar das carências de acesso à internet e dispositivos eletrônicos, estas não podem ser um impedimento para que o professor ministre conteúdos com caráter tecnológico, mesmo que recorra a ferramentas analógicas como livros, globos e mapas.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia; TICs; Recursos didáticos.

### *INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES - ICTs, GEOGRAPHY TEACHING AND ITS BARRIERS*

### ABSTRACT

The work presented seeks to reflect on the methodologies of the discipline of Geography in Elementary Education, with the support of technological tools, the so-called ICTs and their relationship with the most recent curricular reforms. To this end, it demonstrates the role of technology in the evolution of geographic knowledge and the importance that technical instruments have in teaching work, which are evidenced in the National Curricular Parameters – PCN and in the National Common Curricular Base – BNCC. Furthermore, it emphasizes the potentialities and limitations of the use of these technologies in teaching. It is understood that the school, in its social role, needs to seek to keep up with this new reality, to better serve its clientele, being attentive to the levels of cognitive development of each stage of Basic Education. Based on this analysis, it was verified that the use of technological tools in the educational field is in a growing transformation, and that, despite the lack of access to the internet and electronic

devices, these cannot be an impediment for the teacher to teach content with a character technology, even if it resorts to analogue tools such as books, globes, and maps.

**Keywords:** Teaching Geography; ICTs; Didactic Resources.

## ***TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LA COMUNICACIÓN - TIC, LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA Y SUS DESAFÍOS***

### ***RESUMEN***

El trabajo presentado busca reflexionar sobre las metodologías de la disciplina Geografía en la Educación Básica, con el apoyo de las herramientas tecnológicas, las denominadas TIC y su relación con las reformas curriculares más recientes. Para ello, demuestra el papel de la tecnología en la evolución del conocimiento geográfico y la importancia que los instrumentos técnicos tienen en el trabajo docente, que se evidencian en los Parámetros Curriculares Nacionales – PCN y en la Base Curricular Común Nacional – BNCC. Además, enfatiza las potencialidades y limitaciones del uso de estas tecnologías en la enseñanza. Se entiende que la escuela, en su rol social, necesita buscar estar a la altura de esta nueva realidad, para atender mejor a su clientela, estando atenta a los niveles de desarrollo cognitivo de cada etapa de la Educación Básica. A partir de este análisis se verificó que el uso de herramientas tecnológicas en el ámbito educativo se encuentra en una transformación creciente, y que, a pesar de la falta de acceso a internet y dispositivos electrónicos, estos no pueden ser un impedimento para que el docente imparta contenidos. con una tecnología de carácter, aunque recurra a herramientas analógicas como libros, globos terráqueos y mapas.

**Palabras clave:** Enseñanza de la Geografía; TIC; Recursos didácticos.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo busca fazer uma reflexão sobre o ensino de Geografia, no desafio de trabalhar no ambiente escolar, a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs. No mundo globalizado dos dias atuais e com as ferramentas digitais disponíveis é possível dinamizar as metodologias usadas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Este trabalho vem nessa proposta de diálogo entre como trazer a favor da construção do conhecimento, utilizando-se dos recursos tecnológicos dentro das limitações estruturais da escola e da realidade dos alunos.

Para entender a relação entre Geografia e tecnologia, parte-se para análise das reformas curriculares mais recentes, na figura dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Esse material institucional serve como um suporte para dialogar com os conhecimentos já produzidos sobre as TICs.

As TICs podem ser utilizadas nas mais diversas áreas e chegaram ao ambiente escolar trazendo um leque de possibilidades metodológicas. A educação, pelo seu papel social, pode/deve fazer uso do que tem disponível dentro de cada realidade escolar, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e na relação professor-aluno.

A simples existência dessa ferramenta metodológica não garante acessibilidade a todos os envolvidos no campo educacional, pois existem barreiras de cunho democrático e social como a carência de internet e dispositivos eletrônicos, ou mesmo a falta de experiência do professor no manuseio dessas ferramentas. Em alguns casos é possível amenizar esses problemas e trazer para dentro da sala de aula, em outros, o formato analógico dos livros didáticos e do quadro, ainda são fundamentais.

É preciso trazer uma dinâmica mais interativa na produção do conhecimento em todos os arranjos disciplinares. Pensando especificamente na Geografia e em seus conteúdos, como por exemplo a alfabetização cartográfica, temos diversos conteúdos que podem ter o apoio das TICs como o conceito de escala, sistemas de posicionamento global, mapeamento temático entre outros. Há também a possibilidade de utilizar diversos recursos visuais (mapas, fotografias, imagens de satélite) para entender a relação do homem com o meio em que vive, que este é um agente ativo na transformação do espaço geográfico.

## **2. AS TICS E O ENSINO DE GEOGRAFIA**

A sociedade evolui diariamente, esse movimento é constante, e com acesso a ferramentas digitais, a maneira como o ser humano se relacionava socialmente entre seus pares e como este consome e produz modificações no meio em que vive, passa por transformações quase que irreversíveis, o termo “quase” por entender que não é possível agregar um valor absoluto de certeza.

É surpreendente observar a aceleração exponencial da mudança e da evolução dos seres humanos; a hominização durou vários milhares de anos; a pré-história nômade quase um milhão de anos; a época agrícola e pecuária já sedentária, cerca de sete mil anos; a era industrial não chega a 300 anos; e a era digital ainda temos apenas quatro décadas. O desenvolvimento simbólico e a gestão da informação são os responsáveis por este efeito exponencial e acumulativo da evolução dos seres humanos. A força física humana foi substituída pela força física animal; esta, por sua vez pela energia; e a última pela gestão digital da informação como fonte de satisfação de necessidades, desenvolvimento sobrevivência e poder. (PEREZ GOMEZ, 2015. p. 15).

A vida social ao adquirir novos significados, também vai exigir mudança na postura daqueles que estão inseridas nelas, existe uma necessidade de acompanhar a nova realidade, imersa no mundo digital. O ambiente escolar é muito dinâmico e as mudanças sociais acabam tendo reflexos também na didática. As metodologias construtivistas que favorecem o protagonismo dos alunos ganharam espaço no aprendizado. Essa ruptura com o ensino tradicional, no qual o professor é o único detentor do conhecimento se fez necessária para



compreender, aprender e se adequar a essa realidade educacional do século XXI (CAVALCANTI, 1998).

Com a diversidade de métodos de aquisição do conhecimento para além dos muros da escola, o docente passa a ser visto como um aliado na apreensão dos conceitos e na maneira de abordar um conteúdo, fazendo com que os alunos consigam ser atuantes nas análises e compreendam a realidade posta de forma mais autônoma e atuante.

Atualmente, o papel e a importância do ensino não se limitam às regras de metodologias tradicionais que eram vistas em outros tempos. A velocidade da informação, a acessibilidade e a produção do conhecimento acontecem numa velocidade exponencial e atinge uma dimensão global. Não mais se pensa em apenas absorver e reproduzir conhecimento, sem questionar as múltiplas facetas dos fenômenos analisados, a partir de uma leitura correta, crítica e consciente do mundo.

As TICs ampliam as possibilidades de analisar pontos diferentes de uma mesma abordagem curricular (STÜRMER, 2011). Cabe à equipe pedagógica escolher aquelas que melhor auxiliam para serem utilizadas de acordo com o que a escola pode oferecer de suporte como internet, computador ou tablet.

Na segunda metade do século XX o mundo presenciou uma verdadeira revolução tecnológica que foi oriunda da corrida espacial, a qual aprimorou as técnicas de Sensoriamento Remoto e o desenvolvimento de Sistemas de Posicionamento Global por Satélite. Além disso, os avanços na computação e na informática possibilitaram a criação de softwares para organização de dados em planilhas eletrônicas e mapeamento, os quais contribuíram para formar os primeiros Sistemas de Informação Geográfica – SIGs (CÂMARA, et al., 2004). Essas inovações ampliaram a capacidade de exploração da superfície terrestre, incidindo em novas formas de organização espacial da produção e consumo em escala global. Tais transformações adentraram no ambiente educacional, redefinindo os currículos escolares e ampliando a aplicação das TICs como recursos didáticos em Geografia.

Existindo essa necessidade de mudança para se adequar a esta realidade posta, a escola não fica de fora e acaba agregar novas possibilidades de trabalhar conceitos com um grau maior de complexidade, quando usado apenas metodologias descritivas. O papel da geografia socialmente e dentro da escola que é um espaço social, pelo menos em tese democrático, a possibilidade de que todos possam ter acesso aos conhecimentos produzidos nas universidades e deles construir suas percepções sociais.

Há diversas possibilidades que as TICs trazem para uma aula, auxiliando como linguagem visual e permitindo fazer a ligação entre o teórico e o prático. No caso do sistema de ensino brasileiro, os primeiros passos para o uso tecnológico começaram na década de setenta, em algumas universidades federais, sendo aprimorado nas décadas seguintes, sendo a base para as reformas curriculares pós Constituição de 1988.

A busca por materiais didáticos que garanta maior dinamicidade e ludicidade ao aprendizado é um dos objetivos já previstos Lei 9.394/1996, que aborda as Diretrizes e Bases de Educação – LDB. Esse documento afirma, em seu artigo 32, dentre os objetivos para o ensino fundamental “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, 1996, p. 11). Mais adiante, em seu artigo 35, a referida lei destaca a necessidade de aliar a teoria e a prática com o apoio da tecnologia, com finalidade educacional para o ensino médio: “– a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (BRASIL, 1996, p.12).

A partir da LDB 9.394/1996 foram instituídos os nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que traçam os fundamentos, objetivos e competências das disciplinas escolares. Este documento destaca a utilização de tecnologias nas aulas de Geografia:

É importante que os alunos tenham os recursos tecnológicos como alternativa possível para a realização de determinadas atividades. Por isso, a escola deve possibilitar e incentivar que os alunos usem seus conhecimentos sobre as tecnologias para comunicar-se e expressar-se, como utilizar imagens produzidas eletronicamente na ilustração de textos e trabalhos; pesquisar assuntos; confeccionar folhetos, mapas, gráficos (BRASIL, 1998, p. 144).

Com a mais recente reforma educacional, foi implantada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018). Este documento recomenda para que alunos tenham acesso ao aprendizado relacionado com as tecnologias, adequados ao nível de conhecimento de seu ano escolar. Para a área de Geografia, são destacadas habilidades que envolvem as TICs com a utilização e produção de: “mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais” (BRASIL, 2018, p. 387).

E necessário compreender que as tecnologias passam por um rápido processo de transformação. Os PCNs foram elaborados em uma época que a computação e a internet ainda estavam se popularizando nos ambientes educacionais. Nesse período a televisão com o videocassete/DVD eram recursos bastante utilizados para apresentação de documentários e

leitura de CD-ROM com conteúdos geográficos, assim como havia poucas plataformas na internet com materiais que pudessem ser utilizados pela Geografia.

Já a BNCC é implementada em um período dominado pela internet e sua presença em diversos dispositivos móveis como computador, notebook, tablet e smartphones. Atualmente existem diversas plataformas virtuais com conteúdo geográficos, permitindo observar o mundo por imagens de satélite (Google Maps), Portal de mapas e plataforma SIDRA do IBGE, além de diversos softwares como Quantum GIS e Google Earth. Toda essa gama de informações consiste em um rico arsenal a ser utilizado pelos professores para tornar a aula de Geografia mais dinâmica e lúdica. A tabela 1, traz alguns exemplos de TICs abordadas nos PCN de Geografia e sugere algumas alternativas tecnológicas que podem ser adaptadas às propostas da BNCC.

**Tabela 1:** Exemplos de TICs adequadas ao ensino de geografia, no PCN e BNCC

<sup>1</sup> TICs sugeridas pelos PCN	<sup>2</sup> TICs que podem ser usadas na BNCC
<b>Atlas Universal em CD-ROM:</b> fonte de pesquisa de informações geográficas	<b>IBGE-Educa:</b> portal do IBGE voltado para a educação: com conteúdos atualizados e lúdicos sobre o Brasil.
<b>Maps and Facts/PC Globe:</b> ferramenta de referência multimídia, que inclui mapas geográficos, estatísticas e informações sobre países em todo o mundo	<b>Google Earth:</b> excelente ferramenta para trabalhar os princípios do raciocínio geográfico como localização (sistemas de coordenadas), análise de paisagens, comparação entre diferentes áreas, criação de polígonos, marcadores e caminhos.
<b>Almanaque Abril/Internet:</b> oferecem muitas informações por meio de textos, mapas, filmes históricos, documentários e filmes ficcionais	<b>Wikipedia:</b> útil para extração de informações quantitativas (área, população), aquisição de imagens e mapas.
<b>Arquivo de Fichas, Access e similares:</b> para criação de banco de informações.	<b>Plataforma SIDRA/IBGE:</b> importante para a aquisição de dados das mais diversas pesquisas socioeconômicas. Gera tabelas e cartogramas temáticos.
<b>SimCity:</b> simulador de cidades que permite construir cada rua, quarteirão e bairro da cidade, desenvolvendo e/ou aplicando conceitos de planejamento, administração e cidadania.	<b>Drive and Listen:</b> Site permite passeio de carro virtual por várias cidades do mundo.
<b>Internet (chat, correspondência eletrônica), BBS:</b> permitem criar situações de comunicação sobre temas da Geografia, com interlocutores diversos. outras escolas, instituições, grupos de pessoas etc.	<b>WhatsApp:</b> permite a criação de grupos para envio de arquivos PDF, animações, vídeos, podcasts relacionados ao conteúdo de Geografia
<b>Creative Writer, Photo Shop, Fine Artist, Student Writing Center, PageMaker, Ventura:</b> oferecem recursos de editoração (criação de imagens, caixas de texto, letras diferenciadas, diagramação em vários formatos)	<b>PowerPoint e Paint:</b> programas computacionais destinados à edição de imagens. Servem para a construção de variadas metodologias para o ensino de Geografia, como blocos-diagrama, esquemas ilustrados, animações e jogos
<b>Word e similares:</b> permitem a leitura e produção escrita de diferentes tipos de textos	

**Excel:** pode ser utilizado em para cálculo de formas geográficas (taxa de natalidade, densidade demográfica, razão de sexos), produção de gráficos tradicionais: barras, setores e linhas) e gráficos temáticos (pirâmides etárias e climogramas) e tabelas, mapas coropléticos,

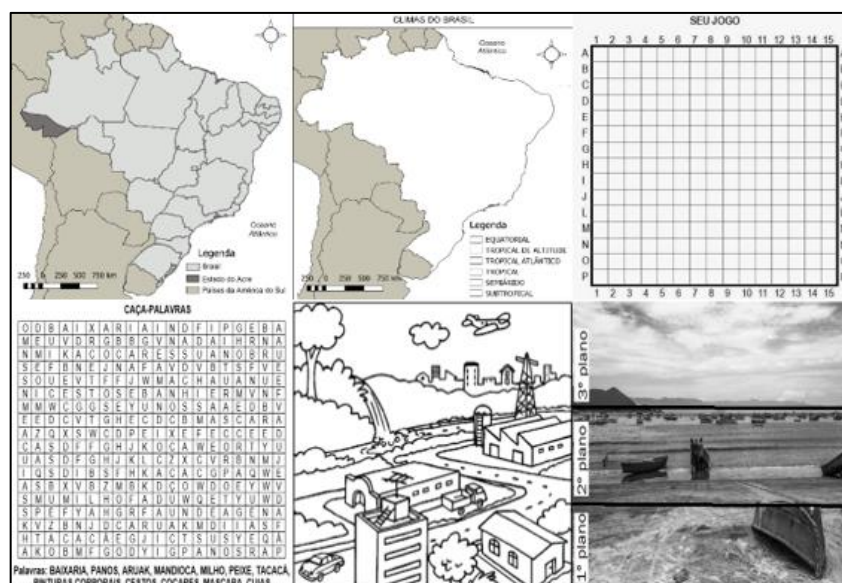
**Fonte:** <sup>1</sup>Parâmetro Curriculares Nacionais de Geografia (BRASIL, 1997); <sup>2</sup>Sugestões propostas pelos autores.

Os elementos destacados como alternativas metodológicas nos currículos nacionais e suas possibilidades de utilização para o aprendizado geográfico promove uma transformação nos métodos de ensino. Estes trazem ao professor de Geografia uma visão mais ampla dos conteúdos de sua disciplina a partir da inserção de objetos das mais várias linguagens, desde recortes textuais e músicas, passando pelos recursos essenciais (mapas, atlas e globo), até a utilização de vídeos, animações, simuladores de realidade e programas computacionais.

Na percepção de Braga e Menezes (2014), as animações interativas se constituem em Objetos de Aprendizagem - OAs digitais, ou seja, são elementos catalogados em repositórios da internet e reutilizáveis em contextos educacionais. Tais recursos podem se enquadrar nas seguintes tipologias: 1) imagem – representação visual estática de um objeto; 2) áudio – tipo de linguagem baseada em sons; 3) vídeo – gravação de imagens em movimento; 4) animação – sequências de imagens individualmente concebidas, acompanhadas ou não de sons; 5) simulação – representação da realidade a partir de modelos; 6) hipertexto – organização textual onde partes do documento estão conectadas com outros documentos; 7) softwares – programas computacionais que auxiliam na execução de tarefas.

Os OAs podem se tornar ferramentas didáticas valiosas para o ensino de Geografia, na produção de cadernos de atividade, avaliações e jogos (Figura 1). Para isso: “é necessário, para isso, que o professor tenha clareza dos objetivos que deseja alcançar e, em seguida, pesquise, selecione e defina boas estratégias de utilização dos OAs em suas aulas, de forma a atender aos seus objetivos” (BRAGA; MENEZES, 2014, p. 20).

**Figura 1:** Exemplo de Objetos de Aprendizagem utilizados no Ensino de Geografia



Elaborado pelos autores

Tarouco (2014) traz uma perspectiva de construção didática a partir dos OAs, indicando que estes devem passar por um tratamento, partindo de meros objetos isolados para ganharem significado no ensino-aprendizagem. Para essa autora, os elementos audiovisuais como músicas, animações, ilustrações e imagens são considerados “recursos crus”, ou seja, dados elementares que podem ser aplicados em diversas metodologias e que devem passar para um segundo nível de tratamento, para construir “blocos de informação”. Nessa segunda fase, os objetos de aprendizagem são associados à conceitos e procedimentos, por exemplo: uma imagem sobre um rio será utilizada para conceituar a bacia hidrográfica. Esses objetos podem ser empregados em diversas atividades que envolvam a aprendizagem, desde a explicação do conteúdo, até a produção de atividades, sendo viabilizadores de procedimentos didáticos.

Só a partir da relação dos objetos individuais com conceitos e procedimentos, estes podem vir a ser considerados OAs: “Os Objetos de Aprendizagem são elaborados em formas variadas de apresentação conceitual como textos, imagens, animações, simulações, podendo ser distribuídos pela Internet” (TAROUCO, 2014, p. 15). Estes devem possuir objetivos pedagógicos, conteúdos instrucionais e possibilidade serem utilizados em atividades práticas.

Esses OAs podem ser adquiridos, transformados e combinados mediante o emprego de softwares e consultas em sites. As plataformas digitais na internet como por exemplo o Youtube traz uma enorme quantidade de vídeos ensinando como aplicar conteúdos utilizando aplicativos e programas que ajudam a dinamizar a aula. Power point, Canva, site de Quizz entre outros são

exemplos de suportes que podem auxiliar e complementar na construção do conhecimento na sala de aula.

Pensando na Geografia, os programas computacionais, como por exemplo o Google Earth é uma excelente opção para fazer uma demonstração das possibilidades de transformações do espaço social de uma cidade, para demonstração do crescimento desordenado em direção às manchas urbanas. A aula com esse elemento visual, onde é possível associar o conteúdo trazido pelo livro didático com a realidade local, ou de um outro espaço que seja interessante abordar.

A utilização de jogos é uma metodologia que abre portas para além do conhecimento didático, das matérias trabalhadas na escola. Esse recurso promove o exercício cognitivo que se estende para o questionamento de situações sociais locais, e o estímulo à curiosidade, que é algo pertinente para aqueles que estão na fase de construção, como é o caso dos alunos do Ensino Fundamental.

Breda (2013) faz uma análise da contribuição de jogos e outras ferramentas no processo de ensino aprendizagem dos alunos. Ela faz um apontamento importante, quando afirma que o uso das imagens nos jogos é útil para além de uma compreensão visual, pois têm o papel de causar questionamentos dos alunos, de criar curiosidade em conhecer, interpretar, fazer uma leitura do que é trazido através de uma imagem, seja de satélite, uma carta por exemplo.

Nas escolas de difícil acesso, onde esta realidade digital ainda é algo distante, também é possível trazer para a sala de aula jogos manuais, como por exemplo, jogo da memória, quebra – cabeça, dominó com temáticas existentes dentro das categorias geográficas. Com uso de imagens e textos previamente trazidos pelo mediador/professor. A não inclusão na era digital não anula as possibilidades de usar meios em que seja possível aprender fazendo.

### **3. ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA E TICS**

A alfabetização acontece nos mais variados campos disciplinares ao longo da Educação Básica. Os alunos vão conhecendo as letras e números para progressivamente ir formando palavras, frases, fórmulas e equações. A partir de Guerrero (2012), entende-se que a educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem como atribuição principal alfabetizar os alunos por meio de desenhos, leitura, representação de histórias e outras atividades lúdicas. Da mesma forma que a língua portuguesa e a matemática precisam passar por um processo de aprendizagem do simples ao mais complexo, a Geografia também recorre à essa estruturação para o desenvolvimento da concepção de espaço pelos alunos.



Desde os primeiros anos na escola a cartografia escolar é trabalhada com os alunos, respeitando seus limites cognitivos. Esse nível vai aumentando de acordo com a etapa da Educação Básica. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a cartografia é trabalhada de uma concêntrica, partindo das escalas geográficas de menor abrangência (rua, bairro) e direcionando-se a escalas mais amplas como (estado, região e país). Os princípios da localização e diferenciação são bastante utilizados para o entendimento geográfico nessa fase escolar, para interpretar e localizar objetos espaciais, como por exemplo: diferenciar tipos de moradia, paisagens, estações do ano, situar os pontos cardeais, verificar o posicionamento do Sol, elaborar trajetos casa-escola analisando o arranjo dos elementos, entre outros.

Nos anos finais do Ensino Fundamental que se inicia com o sexto ano, os conceitos da Geografia começam a ser aprimorados, pois os alunos já têm contato com o que de fato é o espaço geográfico, e a relação do homem com o meio natural. A paisagem, o lugar, a região e o território são categorias espaciais que contribuem para a organização das temáticas e conceitos desse campo disciplinar. Ademais, as técnicas de Cartografia, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, tão afins às TICs são essenciais para fazer uma boa leitura cartográfica, e como ferramentas úteis para o conhecimento da realidade por parte dos alunos.

O professor deve levar o aluno a estender os conceitos adquiridos sobre o espaço, localizando-se e localizando elementos em espaços cada vez mais distantes e, portanto, desconhecidos. A apreensão desses espaços é possível como foi visto, através de sua representação gráfica, a qual envolve uma linguagem própria – a da cartografia -, que a criança deve começar a conhecer. Cabe, pois, ao professor introduzir essa linguagem e através do trabalho pedagógico, levar o aluno à penetração cada vez mais profunda na estruturação e na extensão do espaço a nível de sua concepção e representação. (PASSINI; ALMEIDA. 2009. p.27)

A partir do sétimo ano os conteúdos geográficos se direcionam para a formação territorial brasileira e, nos anos seguintes, amplia-se para a escala continental e global. Para que ocorra um melhor aprendizado nesses anos escolares é necessário que exista uma competência visual da totalidade do espaço geográfico e dos recortes espaciais que estejam sendo trabalhados naquele momento. Assim, o aluno deve completar sua alfabetização cartográfica, conseguindo compreender a realidade a partir da abstração proposta nos mapas.

O oitavo e nono ano já possibilitam um protagonismo maior do aluno na produção cartográfica, tendo em vista a faixa etária e a maior complexidade de Geografia. Os PCN já indicavam o uso da tecnologia para o aprimoramento cartográfico do quarto ciclo do Ensino Fundamental.

O aluno poderá, na medida do possível e do acesso, aprender a utilizar a tecnologia como ferramenta intermediária da Geografia, a exemplo do computador como armazenador e organizador de dados empíricos, ou para construir simulações simples da realidade. Na cartografia, podem-se ampliar as possibilidades do trabalho com os seus pressupostos básicos da representação espacial: a localização, a proporção, a distância, a perspectiva, a linguagem gráfica, o trabalho com mapeamento consciente, cartas analíticas e de síntese etc. (BRASIL, 1997, p. 96).

A linguagem cartográfica ajuda a reconhecer e interpretar os elementos presentes dentro de um mapa, com auxílio da escala, legenda, simbologias e projeções. Uma leitura correta e adequada vai trazer bons resultados no desenvolvimento de competências e habilidades previstas para cada ano escolar. Um exemplo é a apresentação da Rosa dos Ventos, aplicada ao cotidiano do aluno, ao solicitar que tenha como ponto de observação a sua residência, verificando onde o sol nasce e põe. Feito isto, é explicado os pontos cardeais e colaterais, para que ele desenvolva a noção de como sua casa está localizada no espaço geográfico. Tais atividades devem respeitar o tempo de acomodação que cada aluno tem para absorver esse conceito.

Há uma complexidade existente dentro da cartografia enquanto conhecimento necessário e que deve ser trabalhado durante boa parte da vida escolar. Existe uma contextualização histórica do surgimento e da importância do conhecimento cartográfico, desde a Antiguidade Clássica, com as primeiras medições e intuições sobre o formato da Terra, passando pela contribuição das grandes navegações com a descoberta de novas terras, detecção de rotas comerciais, localização de portos, direção das correntes marítimas e aplicação da projeção de Mercator.

No século XV com o início do período das Grandes Navegações, o conhecimento cartográfico retomou a sua importância em função da necessidade de garantir a segurança dos navegantes e de se representarem os espaços recém-descobertos. Portugal se destacou no desenvolvimento de instrumentos, técnicas e formas de representação da Terra com a escola de Sagres. o tipo de mapa mais comum desse período é chamado de *carta portulana* ou *portulano*. A sua característica mais importante é a representação da rosa dos ventos usada no estabelecimento de rotas e na orientação espacial dos navegantes. (GUERRERO, 2012. p. 67).

Com a evolução do conhecimento e das ferramentas disponíveis, a estética das imagens produzidas que representavam a distribuição espacial dos continentes e países, por exemplo, foram conseguindo chegar cada vez mais próxima da realidade, trazendo assim uma informação mais precisa com o apoio dos sistemas de coordenadas. Na atualidade já é possível trazer para a sala de aula imagens bidimensionais e tridimensionais produzidas com técnicas de

Sensoriamento Remoto, Cartografia Digital e Modelo Digital de Elevação - MED. Assim, o leque de possibilidades que se tem disponível para trazer informações através da cartografia é significativo e diversificado. É possível trabalhar dados qualitativos, quantitativos, fluxos entre outros. E a busca para os docentes e mediar esse conhecimento para que seus alunos consigam alcançar esta habilidade.

As reformas curriculares mais recentes incentivam a aplicação da cartografia como instrumento necessário para o desenvolvimento de habilidades da Geografia, conforme observado na Base Nacional Comum Curricular - BNCC:

Espera-se que, no decorrer do Ensino Fundamental, os alunos tenham domínio da leitura e elaboração de mapas e gráficos, iniciando-se na alfabetização cartográfica. Fotografias, mapas, esquemas, desenhos, imagens de satélites, audiovisuais, gráficos, entre outras alternativas, são frequentemente utilizados no componente curricular (BRASIL, 2018. p. 361).

Não é possível avançar com um assunto geográfico com uma complexidade maior sem que as habilidades cartográficas estejam consolidadas, como o entendimento da produção territorial do espaço global, associando questões sociais e econômicas. No entanto, deve-se ressaltar que nem todos os espaços escolares possuem condições estruturais de provimento de uma educação consonante ao mundo digital, fator que leva a limitações no uso das TICs.

#### **4. LIMITAÇÕES NO USO DAS TICs**

Hoje estamos no século XXI e, apesar das iniciativas previstas em nas reformas curriculares mais recentes, pouco se avançou do ponto de vista do suporte estrutural para mediação com o uso de ferramentas tecnológicas, especialmente nas escolas públicas, nas zonas rurais e em regiões de difícil acesso. O fato dessas tecnologias existirem não necessariamente significou a modernização do ambiente escolar. Esse ainda é um processo que caminha lentamente. Tal assertiva é observada nos dados estatísticos organizados pelo CGI (Comitê Gestor da Internet no Brasil) de responsabilidade do Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Esse comitê constatou que entre as escolas públicas e privadas 94% têm meios de acesso à internet, mas dessas apenas 45% disponibilizam para seus alunos (CGI, 2020).

Ter a ferramenta tecnológica (computador, notebook, smartphone, tablet) e não ter acesso a internet, limita este equipamento. O interessante é que seja possível pesquisas que agreguem valor ao ambiente educacional. É necessário um ajuste na defasagem da oferta de

internet, não limitando-a apenas ao administrativo da escola e que o professor seja capacitado para o seu uso, levando-a para dentro da sala de aula.

As diferentes realidades dos espaços escolares, também causam desigualdades na distribuição de equipamentos básicos de multimeios, como computador e data show, afetando principalmente as escolas situadas em áreas distantes do núcleo urbano da cidade. E pensando nas cidades amazônicas onde em algumas localidades o acesso se dá pelos rios e em alguns pontos esse trajeto pode durar dias, não é de se surpreender com a precariedade estrutural de algumas escolas.

A disparidade da velocidade de como os equipamentos e as plataformas evoluem, com suas constantes atualizações, não conseguem ser acompanhadas pelo sistema burocrático, no qual o dinheiro de recurso público precisa passar por processos licitatórios. Em alguns casos, a tecnologia já chega defasada nas escolas rurais. Além disso, há o tempo gasto para que estes equipamentos cheguem ao espaço físico das escolas fora das áreas urbanas.

A transposição didática dos conceitos e temas de Geografia numa sala de aula não é totalmente dependente da presença de ferramentas tecnológicas. Essa disciplina pode ser trabalhada e apreendida pelos alunos utilizando metodologias consideradas analógicas, como mapas, globos e atlas. No entanto, na conjuntura atual, com o mundo globalizado tecnologicamente, as TICs contribuem para uma ampliação do conhecimento geográfico.

Lançar mão de metodologias consideradas analógicas na era informacional pode ser uma saída para conseguir executar um planejamento das sequências didáticas de forma inovadora e atraente para o aprendizado dos alunos. Por exemplo, através de imagens de satélite, fotografias e mapas previamente impressos pode-se fazer análises de uma categoria geográfica que esteja sendo trabalhada e extrair informações, que podem se desdobrar em diversas atividades: classificação dos usos do solo, análise de paisagem e trabalho de campo.

A pandemia atingiu o mundo de forma abrupta e, por medida de contenção epidemiológica, foi necessário o isolamento social. O distanciamento atingiu todos os setores sociais e a educação foi uma delas. O que a princípio seriam quinze dias acabou se estendendo para o ano de 2020 e boa parte de 2021. No Acre as escolas voltaram num modelo intercalado em outubro de 2020. Iniciou em 2021 de maneira 100% presencial, mas com as orientações devidas como o uso de máscaras e álcool. Na tentativa de voltar à normalidade pré-pandêmica

Na fase em que o ensino remoto estava sendo a única opção para não perder o ano letivo, as ferramentas tecnológicas tiveram participação essencial para tentar minimizar os efeitos das

perdas de aprendizado. Para aqueles que dispunham de condições para acompanhar via aplicativo de WhatsApp e acessar a links sugeridos como complementação ao conteúdo, a tecnologia usada através da internet deu um suporte indispensável. Obviamente esta não foi uma possibilidade disponível a todos, e estes tiveram como apoio o livro didático e um roteiro produzido pelos professores com os conteúdos do plano de curso.

As TICs foram importantes na fase de ensino remoto, tornando possível esse contato virtual entre professor e aluno. Mesmo com o retorno presencial ainda continua com sua relevância, assumindo um papel de coadjuvante na área educacional, onde o professor pode mesclar as metodologias analógicas e digitais para potencializar o aprendizado geográfico.

Os professores, juntamente com a gestão escolar terão sempre no seu caminhar o desafio de tentar romper as dificuldades, buscando trazer aos seus alunos um bom trabalho, associando sempre as questões da realidade, já que a Geografia é também um canal de reflexão da sociedade, permitindo assim não apenas observar e compreender, mas buscar medidas que minimizem as diferenças existentes.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dessa análise observou-se com as TICs se fazem presente como importante instrumental para o ensino de Geografia. A reformas curriculares mais recentes ratificam se uso como recurso didático, incentivando os professores a adotarem metodologias que insiram o aluno nesse universo tecnológico e digital, tão essencial para o cotidiano além da sala de aula.

Na sua composição holística não há como pensar em Geografia sem associar a construção de mapas, sem a leitura de tabelas e imagens. As TICs ampliam as análises geográficas, independente da categoria a qual esteja sendo objeto de reflexão, contribuindo para que os professores e alunos consigam adquirir habilidades para fazer uso do potencial desse instrumental para leitura do mundo.

A associação entre TICs e Geografia expande as perspectivas para o aprendizado das temáticas desse campo de conhecimento. É um novo mundo que se abre, onde a sensibilidade de perceber as intenções existentes nas diversas relações sociais, desde um nível local ao mundial, são associadas ao progresso da tecnologia.

As ferramentas tecnológicas da atualidade vieram depois da Geografia, mas não se deve depreciar o potencial agregador que esse instrumental trouxe, aumentando a velocidade de análises, seja ela nos conteúdos geográficos de caráter físico ou humano, permitindo enxergar

mais ainda as suas inter-relações. Com a dinamicidade na produção de dados e a disponibilidade de informações no mundo digital, está sendo possível gerar novos conhecimentos geográficos, novos debates e apontar novas soluções que reforçam a importância dessa disciplina escolar.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O Espaço Geográfico: Ensino e Representação**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAGA, Juliana. **Objetos de aprendizagem, volume 1: introdução e fundamentos**. Santo André: Editora da UFABC, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) com acesso em 20 de julho de 2022.

BRAGA, Juliana Cristina; MENEZES, Lilian. **Objetos de aprendizagem, volume 1: introdução e fundamentos**. Juliana Cristina Braga (Org.) Santo André: Editora da UFABC, 2014.

BREDA, Thiara Vichiato. **O uso de jogos no processo de ensino aprendizagem na geografia escolar**. 2013. Tese (Dissertação em Ensino e história das ciências da terra) - Instituto de Geociências da Unicamp. Universidade Estadual de Campinas. 2013.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

CÂMARA, Gilberto; DRUCK, Suzana.; CARVALHO, Marília Sá; MONTEIRO, Antônio Miguel. **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília, EMBRAPA, 2004. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/>. Acesso em 15 ago. 2022.

CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2020: edição COVID-19: metodologia adaptada**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo: CGI, 2021. Disponível em :<https://porvir.org/so-45-das-escolas-liberam-acesso-a-internet-sem-fio-aos-alunos/#:~:text=Segundo%20dados%20da%20mais%20recente,liberam%20essas%20redes%20aos%20alunos>. Acesso em 31.07.2022

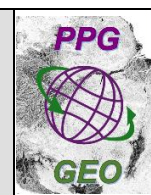
GUERRERO, Ana Lúcia de Araújo. **Alfabetização e letramento cartográfico na geografia escolar**- São Paulo: Edições SM, 2012.

OLIVEIRA, Livia de Oliveira. **Percepção do meio ambiente e Geografia**: estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar. MARANDOLA JR., Eduardo; CAVALCANTE, Tiago Vieira (Orgs.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

PÉREZ GÓMES, Ángel Ignacio. **Educação na era digital: a escola educativa**. Trad. de Marisa Guedes. Porto Alegre: Penso, 2015.

STÜRMER, Arthur Breno. As TICs nas escolas e os desafios no ensino de geografia na educação básica. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 2, n. 4, p. 3-12, 2011.

TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach. **Objetos de Aprendizagem**: teoria e prática. Porto Alegre: Evangraf, 2014.



## **A CONTRIBUIÇÃO DA CATEGORIA GEOGRÁFICA PAISAGEM PARA A GEOGRAFIA DA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Jackson Rosas da Silva <sup>1</sup>, Jamaica Kelle Matias de Souza <sup>2</sup>, Dr Cleiton Sampaio de Farias <sup>3</sup>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8572-9006>; <https://orcid.org/0000-0002-4482-308X>;  
<https://orcid.org/0000-0003-1783-3175>

<sup>1</sup> Mestrando da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>2</sup> Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>3</sup> Professor da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil; 3Professor do Instituto Federal do Acre, Rio Branco Brasil.  
[Jackson.silva@ufac.br](mailto:Jackson.silva@ufac.br); [jamaicakelle@gmail.com](mailto:jamaicakelle@gmail.com); [cleilton.farias@ifac.edu.br](mailto:cleilton.farias@ifac.edu.br)

Recebido em: 22/07/2022; Aceito em: 25/10/2022; Publicado em: 22/12/2022  
DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-3>

### **RESUMO**

A Geografia da Saúde é um ramo da Geografia que se preocupa em analisar a ação dos fatores geográficos dos quais contribuem diretamente para as questões de Saúde e Doença da população. Também atua na gestão dos recursos da saúde. Nessa perspectiva, a mesma se utiliza das Categorias Geográficas (Lugar, Território, Região e Paisagem) elementos basilares para compreensão da ciência geográfica. Desse modo, vamos elencar o conceito de Paisagem caracterizada a partir de elementos físico-naturais e sociais indo além do visível, por exemplo, o cheiro, som entre outros que ajudam a descrevê-la. Contudo, encontramos como problema a falta de continuidade nos trabalhos da Paisagem na análise Saúde e Doença. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma revisão de literatura sobre a contribuição da Categoria Paisagem para Geografia da Saúde. Os procedimentos metodológicos se deram através das pesquisas bibliográficas em sites confiáveis utilizando o Google Acadêmico. O método indutivo se apresentou como o mais capaz para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, selecionamos dez textos capazes de trabalhar com o assunto em questão. O mapeamento sistemático mostrou que a categoria Paisagem oferece grandes contribuições para o desenvolvimento da temática, Saúde e Doença.

**Palavras-chaves:** Paisagem, Geografia da Saúde, Saúde e Doença.

### ***THE CONTRIBUTION OF THE GEOGRAPHIC CATEGORY LANDSCAPE TO THE GEOGRAPHY OF HEALTH: A LITERATURE REVIEW***

#### **ABSTRACT**

Health Geography is a branch of Geography that is concerned with analyzing the action of geographical factors that directly contribute to the population's Health and Disease issues. It also works in the management of health resources. In this perspective, it uses the Geographical Categories (Place, Territory, Region and Landscape) basic elements for understanding geographic science. In this way, we will list the concept of Landscape characterized from physical-natural and social elements going beyond



the visible, for example, the smell, sound, among others that help to describe it. However, we found as a problem the lack of continuity in the works of Landscape in the analysis of Health and Disease. Therefore, the present work aims to review the literature on the contribution of the Landscape Category to Health Geography. The methodological procedures were carried out through bibliographic research on reliable sites using Google Scholar. The inductive method was presented as the most capable for the development of the research. Thus, we selected ten texts capable of working with the subject in question. The systematic mapping showed that the Landscape category offers great contributions to the development of the theme, Health and Disease.

**Keywords:** Landscape, Geography of Health, Health and Disease.

## ***LA CONTRIBUCIÓN DE LA CATEGORÍA GEOGRÁFICA PAISAJE A LA GEOGRAFÍA DE LA SALUD: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA***

### ***RESUMEN***

La Geografía de la Salud es una rama de la Geografía que se ocupa de analizar la acción de los factores geográficos que contribuyen directamente a los problemas de Salud y Enfermedad de la población. También trabaja en la gestión de los recursos sanitarios. En esta perspectiva, utiliza las Categorías Geográficas (Lugar, Territorio, Región y Paisaje) elementos básicos para comprender la ciencia geográfica. De esta manera, enlistaremos el concepto de Paisaje caracterizado a partir de elementos físico-naturales y sociales que van más allá de lo visible, por ejemplo, el olor, el sonido, entre otros que ayudan a describirlo. Sin embargo, encontramos como problema la falta de continuidad en los trabajos de Paisaje en el análisis de la Salud y la Enfermedad. Por lo tanto, el presente trabajo tiene como objetivo revisar la literatura sobre la contribución de la Categoría Paisaje a la Geografía de la Salud. Los procedimientos metodológicos se realizaron a través de búsqueda bibliográfica en sitios confiables utilizando Google Scholar. El método inductivo se presentó como el más apto para el desarrollo de la investigación. Así, seleccionamos diez textos capaces de trabajar con el tema en cuestión. El mapeo sistemático mostró que la categoría Paisaje ofrece grandes contribuciones para el desarrollo del tema Salud y Enfermedad.

**Palabras clave:** Paisaje, Geografía de la Salud, Salud y Enfermedad.

### **1. INTRODUÇÃO**

A Geografia da Saúde surgiu no Brasil na década de 1970, a partir da concepção de espaço geográfico com o surgimento da Geografia Crítica da qual adota o Materialismo Histórico e Dialético para explicação de tema complexo da sociedade, em que o Método Positivista não estava dando conta de explicar com fórmulas prontas e acabadas. Nessa visão, a Geografia da Saúde rompe com Geografia com o modelo determinista em que atribuía o meio como uma das principais causas do surgimento de doenças. (DUTRA, 2011).

Desse modo, a Geografia da Saúde passa a estudar os elementos e fatores espaciais (naturais, sociais, culturais, econômicos e políticos) dos quais interferem diretamente no processo saúde-doença das populações (MENDONÇA *et al.*, 2014).

Diante disso, o campo de conhecimento da Geografia Saúde se divide em dois: a Nosogeografia abordagem mais tradicional que tem por objetivo analisar os padrões de distribuição espacial de doenças, a partir dos determinantes e condicionantes do processo saúde-

doença de populações, já a Geografia de Atenção Médica a mais recente, se preocupa com as questões de distribuição e planejamento dos componentes de infraestruturas e dos recursos humanos de Atenção Médica. (MENDONÇA *et al.*, 2014).

Nesse entendimento, a Geografia da Saúde também se utiliza de outras categorias. Com isso, investigamos como a categoria geográfica Paisagem tem a contribuir com a Geografia da Saúde? Desse modo, este artigo parte de uma discussão sobre o referencial teórico da questão Saúde e Doença, em seguida os conceitos da categoria Paisagem para a Geografia da Saúde. Por fim, um Mapeamento Sistemático de Literatura de dez publicações em língua Portuguesa, nos anos de 2019 a 2021, que possibilitará construir quadros temáticos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Essa parte da pesquisa destina-se a discorrer sobre as seguintes temáticas: as questões de Saúde e Doença, em seguida a contribuição da Categoria Paisagem para a Geografia da Saúde, a partir da contribuição de vários teóricos.

Para tentarmos compreender a questão Saúde e Doença é necessário mencionar de forma sucinta a teoria da Unicausalidade bastante aceita na metade do século XIX do qual considerava os agentes etiológicos como: vírus, bactérias e os protozoários como os únicos causadores de doenças. Guimarães (2014) descreve:

Com a revolução microbiológica, podiam-se ver os micro-organismos e identificar aqueles que seriam incriminados como agentes etiológicos. Inaugurou-se a era em que o enigma do adoecer e morrer estava “decifrado”. Bastava olhar para a lente do microscópio para descobrir a causa das doenças. Bastava descobrir o micro-organismo patógeno para eliminá-lo. Estava formatado o modelo biomédico de saúde, que logo tornou-se hegemônico, e com ele a Teoria da Unicausalidade. (GUIMARÃES, 2014, p. 66).

Sobre essa perspectiva a teoria da Unicausalidade ignorava totalmente os aspectos da Paisagem, indo ao encontro com a teoria dos miasmas proposta. De acordo Mastromauro (2011):

A teoria miasmática consiste basicamente em limpar o espaço urbano, desinfetar, praticar uma higiene “desodorizante” que tenta proteger o ar das emanações e fedores provenientes das coisas. O miasma podia estar presente em tudo: multidões, excrementos humanos e animais, solos úmidos, pântanos, habitações mal construídas, cadáveres, hospitais, gente doente, doenças, água suja etc. Na referida teoria, quando um solo era denunciado como insalubre (perigoso) ele deveria logo ser drenado a fim de torná-lo inofensivo para os seus arredores. As ruas deveriam ser pavimentadas para isolar a sujeira e para que a lavagem do solo fosse facilitada. Limpar significa muito mais do que

simplesmente lavar, drenar. O ideal era assegurar o escoamento, a evacuação, a eliminação da imundice. (MASTROMAURO, 2011, p.3).

Com a teoria dos miasmas poderíamos interpretar a possibilidade compreensão da categoria Paisagem, incluindo até mesmo a conceituação de Milton Santos ao mencionar a questão do olfato como um possível elemento que identifica uma Paisagem em um determinado local.

Hoje, entendemos que essas duas concepções fazem parte do estudo da Geografia da Saúde. Houve aprimoramentos tanto para as definições da Unicausalidade como para a teoria dos miasmas. Busca-se dessa maneira a construção de uma ponte sólida entre prática médica e conhecimento sobre o ambiente.

Para Guimarães (2014), o entendimento do conceito de saúde por uma ótica geográfica teria três categorias principais:

O primeiro termo (extensão) refere-se à dimensão do espaço e, ao mesmo tempo, implica a habilidade de localização dos objetos geográficos na superfície terrestre. Por sua vez, ordem é um atributo espacial relacionado à distribuição dos elementos geográficos no espaço, enquanto o termo conexão diz respeito ao elo existente entre os objetos e as ações humanas num sistema de relações no qual nenhum elemento é isolado dos outros. (GUIMARÃES, 2014, p. 81).

Perante o exposto, ficará mais fácil discutir a questão Saúde e Doença da qual aborda todas as variáveis possíveis como: os fatores biológicos, econômicos, sociais e culturais e como adquirir informações de possíveis adoecimentos. Em 1946, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a saúde como o estado completo de bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença ou enfermidade.

Diante disso, como categoria de análise da Geografia da Saúde será analisado o estudo da Paisagem já que é possível a análise tanto dos aspectos sociais como a do ambiente. Para Santos (1991, p. 66), “a paisagem se organiza segundo os níveis destes (produção, distribuição e consumo), na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes”.

Santos (2002), a compreende também da seguinte maneira:

A paisagem passa, assim, a ser entendida como a materialização de um instante do movimento da sociedade no espaço. É o momento, o instante registrado e analisado, mas “sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social” (SANTOS, 2002, p. 108).

Todavia, a Paisagem Geográfica já recebeu outras interpretações a partir dos conceitos de outras conceituações, os geógrafos clássicos compreendiam a paisagem levando em conta

apenas o visível, atrelado aos aspectos físicos naturais (solo, vegetação, relevo, etc.). Essas concepções muitas vezes estavam atreladas às questões deterministas.

Atualmente, a Geografia da Saúde quando trabalha com as questões da paisagem, muitos teóricos abordam sobre a perspectiva ambiental, outros apesar do número reduzido conseguem escrever abordando os dois elementos tanto, os aspectos físicos como o humano. Assim, abordaremos alguns artigos que apresentaram de alguma forma a possibilidade de trabalhar a Categoria Paisagem dentro da Geografia da Saúde.

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa de cunho bibliográfica do qual Marconi e Lakatos (2019) a compreende com uma parte da pesquisa que coloca o cientista em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto. Obtendo, desse modo, um entendimento mais aprofundado do assunto em discussão.

Nessa concepção a produção do artigo amparou-se no quadro teórico indutivo do qual o classificamos como o mais indicado. Trata-se de um exercício metódico do conhecer, afirma uma posição indutiva do sujeito em relação ao objeto, na qual a investigação científica é uma questão de generalização provável, a partir dos resultados obtidos por meio das observações e das experiências. Francis Bacon foi o “sistematizador do Método Indutivo, pois a técnica de raciocínio da indução já existia desde Sócrates e Platão” (LAKATOS; MARCONI, 2019, p. 71).

Desta forma, a pesquisa realiza uma abordagem qualitativa a fim de compreender um objeto particular em que se investiga focaliza sua atenção no específico no peculiar, seu interesse não é explicar, mas interpretar os fenômenos dentro dos contextos em que aparecem. (LAKATOS; MARCONI, 2019).

Assim os procedimentos para a coleta de dados foram:

1 Mapeamento sistemático de literatura da qual entende-se como “uma possibilidade de criação de uma massa crítica de entendimento sobre trabalhos similares ou de norteadores gerais para aplicação na pesquisa de uma determinada área” (COSTA *et al.*, 2019, p. 9). Deste modo o MSL buscará no Google Acadêmico os termos “Geografia da Saúde” e “Paisagem”, em artigos na língua portuguesa, no período de 2019 a 2021;

2 Análise de conteúdo dos resumos de dez artigos que englobam tanto Geografia da Saúde como a Paisagem.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta inicial era trabalhar os textos mais citados, contudo verificou-se que esses não contemplavam o objeto de estudo, sendo assim foram escolhidos aqueles que após analisados contemplam tanto a Geografia da Saúde como a Paisagem, ao todos foram selecionados dez textos no período de 2019 a 2021

**Quadro 1:** Informações sobre os dez artigos mais citados sobre a Geografia da Saúde e a categoria Paisagem

Textos	Título
1	O ensino de Geografia, a partir do conceito de paisagens de risco, na cidade de Juarez Távora - PB
2	A escola como espaço de promoção da saúde em assentamentos rurais sob pressão de contaminantes agroquímicos na região do Pontal do Paranapanema - SP
3	Análise geoespacial da leishmaniose tegumentar americana no estado de São Paulo: uma contribuição à Geografia da Saúde
4	Geografia da Saúde: um estudo sobre a malária na zona urbana de São João da Baliza-Roraima
5	A interface entre saúde, mudanças climáticas e uso do solo no Brasil: uma análise da evolução da produção científica internacional entre 1990 e 2019
6	Geografia da Saúde: distribuição espacial da leishmaniose visceral na área urbana do município de Virgem da Lapa, Minas Gerais
7	Considerações sobre as áreas verdes na promoção da saúde mental nos espaços urbanos
8	Geografia, meio ambiente e saúde: a relação entre cisternas e fossas no povoado Lagoa Verde, no município de Carira/Sergipe
9	Aterro controlado em Presidente Prudente (SP)
10	Territorialização da saúde: determinantes ambientais e o cotidiano das equipes de saúde da família – Lagarto (SE)

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no Google Acadêmico.

Após a escolha desses trabalhos será necessário contextualizar estes temas a partir de três quadros teóricos, contendo os resumos das respectivas pesquisas das quais oferecem grandes contribuições. Diante disso, as seleções destas temáticas foram baseadas no contexto do estudo da Paisagem a partir da interação entre o homem e o ambiente.

Percebemos que algumas produções do estudo da Categoria Paisagem foram voltadas para as questões do ensino básico, visando a possibilidade de o aluno enxergar a dinâmica do estudo da Geografia relacionando com a questão Saúde e Doença.

**Quadro 2:** A dinâmica da Categoria Paisagem nos estudos da Geografia da Saúde dentro do contexto escolar

Textos	Título	Resumo
1	O ensino de Geografia, a partir do conceito de paisagens de risco, na cidade de Juarez Távora - PB	A partir dessa perspectiva, a paisagem de risco indica a vulnerabilidade e o perfil das condições de saúde de determinado espaço geográfico. Através do ensino de geografia, a conceituação de paisagem pode corroborar

		para a contextualização das paisagens que o aluno está inserido, proporcionar a identificação de áreas de risco, compondo, assim, a iniciativa de prevenção à saúde e educação ambiental. (ARAÚJO E SILVA, 2021, p. 1).
2	A escola como espaço de promoção da saúde em assentamentos rurais sob pressão de contaminantes agroquímicos na região do Pontal do Paranapanema - SP	O trabalho tem o intuito de discutir formas de envolvimento comunitário em escolas expostas aos agroquímicos em assentamentos rurais na defesa de suas próprias vidas. Tendo a cartografia como ferramenta geográfica, a monografia discute a possibilidade de um observatório ambiental supervisionado por estudantes de graduação dentro de escolas prioritárias. (MORENO, 2018, p.8).

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no Google Acadêmico.

Na outra abordagem, foi percebido que os pesquisadores lidam com as questões da paisagem em uma visão determinista, por exemplo, a questão da malária, o desenvolvimento da doença está ligado a um determinado tipo de clima e vegetação.

**Quadro 3:** Estudo da Categoria Paisagem a partir da visão determinista

Textos	Título	Resumo
3	Análise geoespacial da leishmaniose tegumentar americana no estado de São Paulo: uma contribuição à Geografia da Saúde	A Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) é uma doença infecto-parasitária causada pela infecção por protozoários do gênero <i>Leishmania</i> . A maioria dos casos ocorrem em áreas próximas a fragmentos de matas e em bairros rurais [...]. As taxas mais altas de incidência estão associadas espacialmente a municípios com alto percentual de população rural, alto percentual de cobertura vegetal primitiva e baixa renda per capita. (VALENTE E FERREIRA, 2021, p. 268).
4	Geografia da Saúde: um estudo sobre a malária na zona urbana de São João da Baliza-Roraima	Situado na Amazônia brasileira, o estado de Roraima possui extensas áreas maláricas, localizadas principalmente em regiões com predominância de Floresta Tropical densa. Em regiões onde predomina o Cerrado (lavrado roraimense), a endemia se concentra nas proximidades de rios e igarapés com vegetação ciliar de médio e grande porte. (SILVA E SILVA, 2019, p.76).
5	A interface entre saúde, mudanças climáticas e uso do solo no Brasil:	O objetivo deste estudo é analisar a evolução da produção científica internacional sobre a interface entre saúde,

	<p>uma análise da evolução da produção científica internacional entre 1990 e 2019</p>	<p>mudanças climáticas e uso do solo nas últimas décadas, enfatizando a compreensão da saúde em seu sentido amplo, com destaque às dimensões ambientais, sociais e climáticas, a partir das publicações indexadas na base de dados Scopus. O maior desafio ao agregar variáveis climáticas, socioambientais e epidemiológicas é a disponibilidade de dados Saúde primários e secundários em escala municipal com abrangência nacional e série temporal mínima de 20 anos. (ABREL <i>et al</i>, 2020, p. 1).</p>
--	---	---

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no Google Acadêmico.

No outro enfoque, os estudos da categoria Paisagem buscaram trabalhar a questão saúde e doença voltado à conscientização e planejamento público. Conforme o quadro a seguir:

**Quadro 4:** Análise da Categoria Paisagem na Geografia da Saúde voltada ao planejamento de possíveis medidas sanitárias

Textos	Título	Resumo
6	Geografia da Saúde: distribuição espacial da leishmaniose visceral na área urbana do município de Virgem da Lapa, Minas Gerais	[...] O principal objetivo deste estudo foi investigar a distribuição espacial da leishmaniose visceral humana e canina no período entre 2016 a 2018 na área urbana do município de Virgem da Lapa, médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. A distribuição espacial da doença apontou tendência de agrupamentos de áreas de transmissão dos casos humanos e caninos em locais próximos a bairros de ocupação recente, áreas de loteamento e com aspectos rurais. [...] O uso da Geografia da Saúde mostrou-se, portanto, relevante para auxiliar e oferecer subsídios para o planejamento de ações em saúde, prevenção e controle da doença no município. (PACHECO, 2020, p. 8).
7	Considerações sobre as áreas verdes na promoção da saúde mental nos espaços urbanos	O principal objetivo de estudos relacionados às áreas verdes urbanas na promoção da saúde mental é entender quais as influências que essas áreas têm no cotidiano das pessoas que frequentam espaços considerados verdes urbanos. [...] A implementação de áreas verdes em âmbito urbano auxilia imensamente na promoção da qualidade de vida de uma população, trazendo também grande contribuição na tomada de decisão referente aos espaços urbanos. (OLIVEIRA E MOTA, 2020, p. 1).

8	Geografia, meio ambiente e saúde: a relação entre cisternas e fossas no povoado Lagoa Verde, no município de Carira/Sergipe	O presente artigo tem como intuito analisar as consequências das construções dos sistemas de cisternas e seus riscos perante sua aproximação das fossas e como a população local é afetada, além de compreender o papel da geografia na área da saúde, a fim de relacionar o homem a seu meio. [...] Os resultados obtidos mostram os problemas de saúde relacionados à água e de como a população está desinformada sobre os riscos dessas águas possivelmente estarem contaminadas e de como é escasso o tratamento das cisternas daquele local. (SANTOS E SILVA, 2021, p. 1).
9	Aterro controlado em Presidente Prudente (SP)	[...] apresentaremos aqui uma contextualização histórica para melhor entendimento do surgimento do aterro de Presidente Prudente estabelecendo uma análise da paisagem do antigo lixão até se tornar o aterro controlado que é hoje, assim como suas consequências diretas e indiretas para a saúde pública. (OLIVEIRA <i>et al</i> , 2019, p. 203).
10	Territorialização da saúde: determinantes ambientais e o cotidiano das equipes de saúde da família – Lagarto (SE)	[...] O objetivo do presente trabalho é pesquisar como os determinantes ambientais são observados, percebidos, retratados, relacionados e trabalhados pela equipe de saúde, no município Lagarto (SE), no interior do território estabelecido como área de atuação. [...] Lagarto (SE), município pesquisado, é exemplo das iniquidades e problemas associados ao abastecimento de água e saneamento, por conta de suas características de porosidade e permeabilidade do solo, tipo aquífero granular que contaminam o lençol freático. (MACHADO, 2019, p. 8).

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no Google Acadêmico.

Diante do que foi mencionado, os quadros mostram como a Categoria Paisagem pode ser aproveitada para os trabalhos exercidos pela Geografia da Saúde na atualidade.

## 5. CONCLUSÃO

Concluimos que a pesquisa sobre a Categoria Paisagem oferece grandes contribuições para Geografia da Saúde. Tendo em vista, que essa categoria ainda é abordada, sobre o entendimento da Geografia Clássica. Contudo, os dez textos selecionados apresentaram



como resultado que é possível trabalhar com as questões Saúde e Doença de forma satisfatória. Portanto, percebemos a participação da Nosogeografia quando os autores abordaram a questão do meio como elemento definidor de doenças. Assim como, também não deixaram de elencar a participação do homem.

Na outra parte observamos a participação da Geografia da Atenção Médica em que os teóricos colocaram em pauta a possibilidade de trabalhar a questão da Categoria Paisagem no ambiente escolar abordando os temas Saúde e Doença. Além disso, os autores mostram o quanto a referida categoria pode ser eficaz para o entendimento das questões sanitárias. Com isso finalizamos o estudo demonstrando que a temática oferece grandes potenciais para futuras análises.

## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO E SILVA, Isabel Correia/ José Wellington. **O Ensino de Geografia, a partir do conceito de Paisagens de risco, na Cidade de Juarez Távora – PB.** IIICITEDI, Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO\\_EV110\\_MD4\\_S\\_A1\\_ID1829\\_11082018212930.pdf%20IIICITEDI](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD4_S_A1_ID1829_11082018212930.pdf%20IIICITEDI). Acesso em: 13 de jan. 2022.

ABREU, Alexandre Maduro et al. **A interface entre saúde, mudanças climáticas e uso do solo no Brasil: uma análise da evolução da produção científica internacional entre 1990 e 2019.** Saúde e Sociedade, v. 29, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/5Z7vSSp5wMXVFyMFMCKmtDd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2021.

DE OLIVEIRA, Lucas Manoel Cardoso; DA MOTA, Adeir Archanjo. **Considerações sobre as áreas verdes na promoção da saúde mental nos Espaços Urbanos.** In: Geosaude-2019. 2019. Disponível em: <http://inscricao.eventos.ifc.edu.br/index.php/geosaude/geosaude/paper/viewFile/1313/231>. Acesso em: 10 jan.2022.

DA COSTA, Vinícius Krüger et al. MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DE LITERATURA SOBRE ESTUDOS DE INTERFACES DE USUÁRIO EM TECNOLOGIA ASSISTIVA. **Ergodesign & HCI**, v. 5, n. 1, p. 29-37, 2017. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesign-hci/article/view/427/292>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

DUTRA, Denecir de Almeida. **Geografia da Saúde no Brasil: Arcabouço Teórico-Epistemológicos, Temáticas e Desafios.** 2011. 177 f. Tese (Doutorado em Geografia, Setor de Ciências da Terra) - Universidade Federal do Paraná, 2011.

HAILA e SILVA, de Lira dos Santos/ Daniel Almeida da. **Geografia, meio ambiente e saúde: a relação entre cisternas e fossas no povoado lagoa verde, no município de carira/sergipe**. Associação Brasileira dos Recursos Hídricos, Encontro de Recursos Hídricos em Sergipe. Disponível em: <https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/125/XIII-ENREHSE0063-1-20200314-083358.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GUIMARÃES, R. B.; PICKENHAYN, J. A.; LIMA, S. C. **Geografia e Saúde: sem fronteiras**. Uberlândia: Assis Editora. 2014.

Lakatos, Eva Maria. **Metodologia científica**/ Eva Maria Lakatos de Andrade Marconi. – 7. Ed, - [3.Reimp.]. – São Paulo: Atlas, 2019.

MACHADO, Rosângela Fátima de Oliveira. **Territorialização da saúde: determinantes ambientais e o cotidiano das equipes de saúde da família–Lagarto (SE)**. 2019. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11030/2/ROSANGELA\\_FATIMA\\_OLIVEIRA\\_MACHADO.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11030/2/ROSANGELA_FATIMA_OLIVEIRA_MACHADO.pdf). Acesso em 10 dez. 2021.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX**. XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH• São Paulo, 2011. Disponível: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300472386\\_ARQUIVO\\_Mastromauro.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300472386_ARQUIVO_Mastromauro.pdf). Acesso em: 10 dez. 2021.

MENDONÇA, Francisco *et al.* **A geografia da saúde no Brasil: Estado da arte e alguns desafios**. Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Paraná, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/308810960\\_A\\_geografia\\_da\\_saude\\_no\\_Brasil\\_Estado\\_da\\_arte\\_e\\_alguns\\_desafios](https://www.researchgate.net/publication/308810960_A_geografia_da_saude_no_Brasil_Estado_da_arte_e_alguns_desafios). Acesso em: 05 de fevereiro de 2022.

MORENO, Matheus de Carvalho. **A escola como espaço de promoção da saúde em assentamentos rurais sob pressão de contaminantes agroquímicos na região do Pontal do Paranapanema - SP**. 2019. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/203320>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

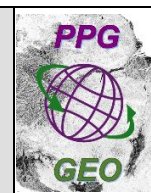
PACHECO, Dhiego Gonçalves. **Geografia da saúde: distribuição espacial da leishmaniose visceral na área urbana do município de Virgem da Lapa, Minas Gerais**. 2020. 83 p. Dissertação (Mestrado Profissional Saúde, Sociedade e Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2569>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço o Habitado**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SILVA, P. R.; SILVA, M. S. da. **Geografia da Saúde: um estudo sobre a malária na zona urbana de São João da Baliza-Roraima**. Revista Eletrônica Casa de Makunaima, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 76–90, 2019. DOI: 10.24979/makunaima.v2i3.451. Disponível em: [https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa\\_de\\_makunaima/article/view/451](https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/451). Acesso em: 16 jan. 2022.

VALENTE, Danilo Carneiro; FERREIRA, Marcos César. **Análise geoespacial da Leishmaniose Tegumentar Americana no Estado de São Paulo: uma contribuição à geografia da saúde**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 19, n. 3, p. 268-285, 2021. Disponível: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16287/12253>. Acesso em: 11 de jan. 2022.



## A DENGUE EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jamaica Kelle Matias de Souza<sup>1\*</sup>, Dr Cleiton Sampaio de Farias<sup>2</sup>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4482-308X>; <https://orcid.org/0000-0003-1783-3175>

<sup>1</sup> Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil; Professor da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>2</sup> Professor do Instituto Federal do Acre, Rio Branco Brasil.

\*[jamaicakelle@gmail.com](mailto:jamaicakelle@gmail.com); [cleilton.farias@ifac.edu.br](mailto:cleilton.farias@ifac.edu.br)

Recebido em: 12/07/2022; Aceito em: 23/11/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-4>

### RESUMO

A Dengue é uma doença febril aguda, de etiologia viral e de evolução benigna na forma clássica, e grave quando se apresenta na forma hemorrágica. A Dengue é, hoje, a mais importante arbovirose (doença transmitida por artrópodes) que afeta o homem e constitui-se em sério problema de saúde pública no mundo, especialmente nos países tropicais, onde as condições do meio ambiente favorecem o desenvolvimento e a proliferação do *Aedes aegypti*, principal mosquito vetor. A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a Geografia da Saúde e a relação saúde e doença, além de desenvolver uma revisão bibliográfica com os termos “Dengue” e “Coronavírus”, a fim de, selecionar textos que destacam a simultaneidade entre duas doenças. Os estudos voltados para a Geografia da Saúde auxiliam na compreensão dos casos de Dengue durante a pandemia da COVID-19 principalmente em áreas endêmicas como o Brasil, além de contribuir para o combate a essas doenças.

**Palavras-chaves:** Dengue, Coronavírus e Geografia da Saúde.

### DENGUE IN A TIME OF THE COVID-19 PANDEMIC: A LITERATURE REVIEW

### ABSTRACT

Dengue is an acute febrile disease, of viral etiology and of benign evolution in the classic form, and serious when it presents in the hemorrhagic form. Dengue is, today, the most important arbovirus (disease transmitted by arthropods) that affects humans and constitutes a serious public health problem in the world, especially in tropical countries, where environmental conditions favor the development and proliferation of *Aedes aegypti*, the main mosquito vector. COVID-19 is an infectious disease caused by the new coronavirus, first identified in December 2019 in Wuhan, China. This work aims to discuss the Geography of Health and the relationship between health and disease, in addition to developing a bibliographical review with the terms “Dengue” and “Coronavirus”, in order to select texts that highlight the simultaneity between two diseases. Studies focused on Health Geography help to understand Dengue cases during the COVID-19 pandemic, especially in endemic areas such as Brazil, in addition to contributing to the fight against these diseases.

**Keywords:** Dengue, Coronavirus and Geography of Health.

## ***DENGUE EN TIEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA***

### **RESUMEN**

El dengue es una enfermedad febril aguda, de etiología viral y de evolución benigna en la forma clásica, y grave cuando se presenta en la forma hemorrágica. El dengue es, hoy en día, el arbovirus (enfermedad transmitida por artrópodos) más importante que afecta al hombre y constituye un grave problema de salud pública en el mundo, especialmente en los países tropicales, donde las condiciones ambientales favorecen el desarrollo y proliferación del *Aedes aegypti*, principal mosquito vector. COVID-19 es una enfermedad infecciosa causada por el nuevo coronavirus, identificado por primera vez en diciembre de 2019 en Wuhan, China. Este trabajo tiene como objetivo discutir la Geografía de la Salud y la relación entre salud y enfermedad, además de desarrollar una revisión bibliográfica con los términos “Dengue” y “Coronavirus”, con el fin de seleccionar textos que destaquen la simultaneidad entre dos enfermedades. Los estudios enfocados en la Geografía de la Salud ayudan a comprender los casos de Dengue durante la pandemia de COVID-19, especialmente en áreas endémicas como Brasil, además de contribuir a la lucha contra estas enfermedades.

**Palabras clave:** Dengue, Coronavirus y Geografía de la Salud.

### **1. INTRODUÇÃO**

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. O Ministério da Saúde classifica a mesma como uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Os sintomas da COVID-19 podem variar de um simples resfriado até uma pneumonia severa. A transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo ou superfícies contaminadas. (BRASIL, 2020).

Durante a pandemia da COVID-19 ainda surgiu um outro problema, segundo a OPAS mais de 1,6 milhão de casos de Dengue foram registrados nas Américas nos primeiros cinco meses de 2020, chamando a atenção para a necessidade de continuar eliminando os mosquitos vetores de doenças mesmo em meio à pandemia.

A atualização epidemiológica da OPAS revelou que no de 2020 a maioria dos casos de dengue nas Américas foram registrados no Brasil, com 1.040.481 casos, representando 65% do total. A pandemia da COVID-19 está pressionando imensamente os sistemas de saúde e gestão em todo o mundo. Não obstante o impacto da COVID-19, há uma necessidade crucial de sustentar os esforços para combater a dengue (OMS, 2020).

A Dengue, por sua vez, é uma doença febril aguda, de etiologia viral e de evolução benigna na forma clássica, e grave quando se apresenta na forma hemorrágica, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. (BRASIL, 2002). Assim:

[...] a dengue, por si só, demonstra ser uma doença recorrente capaz de reduzir a qualidade de vida e demandar a busca pela assistência médica ao longo dos anos no país, principalmente quando ocorre complicações do quadro clínico, situação que agravar-se-á perante o atual contexto de pandemia da COVID-19, na medida em que ambas as enfermidades oneram o SUS. Assim, tem-se a necessidade de reformular estratégias de saúde. (FACURE, 2021, p. 75).

O trabalho fundamenta-se na Geografia da Saúde, essa exerce um papel de fundamental importância, pois vai associar o estudo do meio socioambiental, saúde e qualidade de vida da população. A mesma busca compreender o contexto em que ocorrem os problemas de saúde para poder atuar nesse espaço geográfico. Portanto, este trabalho de pesquisa busca desenvolver uma pesquisa de textos que apresentam a simultaneidade entre a Dengue e o Coronavírus.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Geografia da saúde e a relação saúde e doença**

A Geografia da Saúde teve início com a preocupação do homem pela doença e sua relação com o espaço onde vive, oscilando ao longo da história de acordo com os focos de pensamento, métodos, inovações tecnológicas e a abordagem geográfica dos problemas de saúde das populações. (DUTRA, 2011).

No começo da Geografia Médica a mesma apoiava-se nos estudos de Hipócrates através da obra “Dos ares, das águas e dos lugares” que abordava a importância da dimensão espacial, numa perspectiva empírica. Dessa maneira:

Na geografia médica, o estudo do enfermo é inseparável do seu ambiente, do biótopo onde se desenvolvem os fenômenos de ecologia associada com a comunidade a que ele pertence. Quando se estuda uma doença, principalmente metaxênica, sob o ângulo da geografia médica, devemos considerar, ao lado do agente etiológico, do vetor, do reservatório, do hospedeiro intermediário e do Homem suscetível, os fatores geográficos representados pelos fatores físicos (clima, relevo, solos, hidrografia, etc.), fatores humanos ou sociais (distribuição e densidade da população, padrão de vida, costume religioso, superstições, meios de comunicação) e os fatores biológicos (vidas vegetal e animal, parasitismo humano e animal, doenças predominantes, grupo sanguíneo da população, etc). (LACAZ, 1972, p. 1).

Na Idade Média, as causas das doenças voltam-se ao caráter religioso. Consequentemente, ocorreu uma série de epidemias reduzindo diversas populações pelo mundo. Na Idade Moderna nos séculos XVIII e XIX ocorre a sistematização de informações sobre a distribuição espacial das doenças, com os estudos conhecidos como Topografias Médicas. Nas últimas décadas do século XIX, a Geografia Médica sofreu um declínio, quando Louis Pasteur, atribuiu as causas das doenças às bactérias, deixando-se de olhar para o meio ambiente. No século XX, a Geografia Médica volta a ser valorizada, pois a saúde e a doença novamente passam a ser determinadas por uma relação com o meio ambiente, com a Teoria da Tríade Causal agente – hospedeiro – ambiente. Na década de 1970, os estudos de Geografia Médica no Brasil receberam a contribuição de Milton Santos, que priorizava analisar a interação entre o social e o meio ambiente, passando a ser denominada de Geografia da Saúde. Foi através da abordagem marxista e da análise social do espaço que Milton Santos contribuiu efetivamente, relacionando os processos de saúde-doença aos fatores socioeconômicos, as condições de trabalho, a idade, os recursos aplicados na melhoria da saúde pública, seu planejamento e a qualidade de vida, além dos fatores biológicos ou climáticos (DUTRA, 2011).

Portanto, o objeto da Geografia da Saúde é compreender os problemas de saúde e como eles se manifestam no espaço geográfico, pois é nesse que se desenvolvem as interações entre os diferentes segmentos das sociedades humanas e destas com a natureza, resultando nas condições de saúde ou doença das populações, como o surgimento de endemias e pandemias. Assim, a Geografia da Saúde, pode auxiliar nos estudos sobre o aumento dos casos de Dengue durante a pandemia da COVID-19, pois a mesma busca entender como os problemas de saúde se manifestam no espaço, de modo a subsidiar políticas de saúde, trabalhando para a identificação de riscos, gestão dos sistemas de saúde e a participação popular.

Atualmente a Geografia da Saúde encontra-se dividida em dois grandes campos de interesse: a Nosogeografia e a Geografia dos Serviços de Saúde. A Nosogeografia é considerada a abordagem mais tradicional, a que se propõe à identificação e análise de padrões de distribuição espacial das questões de saúde e doença como um todo nas relações tempo-espaciais, tratando diretamente dos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença de populações. Contudo, considerada mais atual a Geografia dos Serviços de Saúde, ou da Atenção Médica é dedicada à distribuição e planejamento dos componentes infraestruturais e dos recursos humanos do sistema de saúde. Ela também se ocupa das orientações políticas,

comparações entre os sistemas internacionais dos serviços de saúde, acessibilidade e aplicação destes (MENDONÇA, 2014).

## **2.2. A pandemia da COVID-19 e a dengue**

Como vimos, o objeto da Geografia da Saúde é compreender os problemas de saúde e como eles se manifestam no espaço geográfico, pois é nesse que se desenvolvem as interações entre os diferentes segmentos das sociedades humanas e destas com a natureza, resultando nas condições de saúde ou doença das populações, como o surgimento de endemias e pandemias.

No final de dezembro de 2019, várias pessoas que residiam na cidade Wuhan (China) apresentavam um quadro clínico de pneumonia de causa desconhecida. Após um período de investigação foi determinado que se tratava de um novo tipo de vírus da família Coronaviridae, relacionado à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). No dia 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso do novo coronavírus em São Paulo. O homem de 61 anos deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, com histórico de viagem para Itália, região da Lombardia. Em março de 2020, a COVID-19, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. A partir de então, o vírus tem se alastrado por vários estados, aumentando o número de casos e de óbitos.

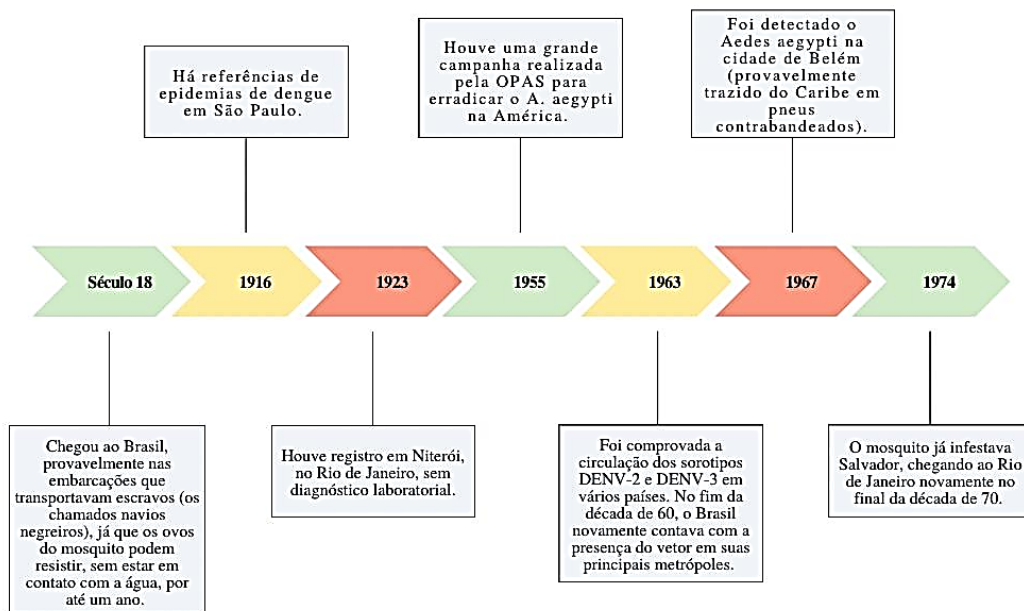
O Ministério da Saúde classifica a COVID-19 como uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Os sintomas da COVID-19 podem variar de um simples resfriado até uma pneumonia severa. A transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo ou superfícies contaminadas. (BRASIL, 2020).

Simultâneo a pandemia, o país continua a enfrentar várias doenças tropicais, como a Dengue. A Dengue por sua vez é uma doença febril aguda, de etiologia viral e de evolução benigna na forma clássica, e grave quando se apresenta na forma hemorrágica. Segundo o Ministério da Saúde a Dengue é, hoje, a mais importante arbovirose (doença transmitida por artrópodes) que afeta o homem e constitui-se em sério problema de saúde pública no mundo, especialmente nos países tropicais, onde as condições do meio ambiente favorecem o desenvolvimento e a proliferação do *Aedes aegypti*, principal mosquito vetor (BARROSO *et al.*, 2020).



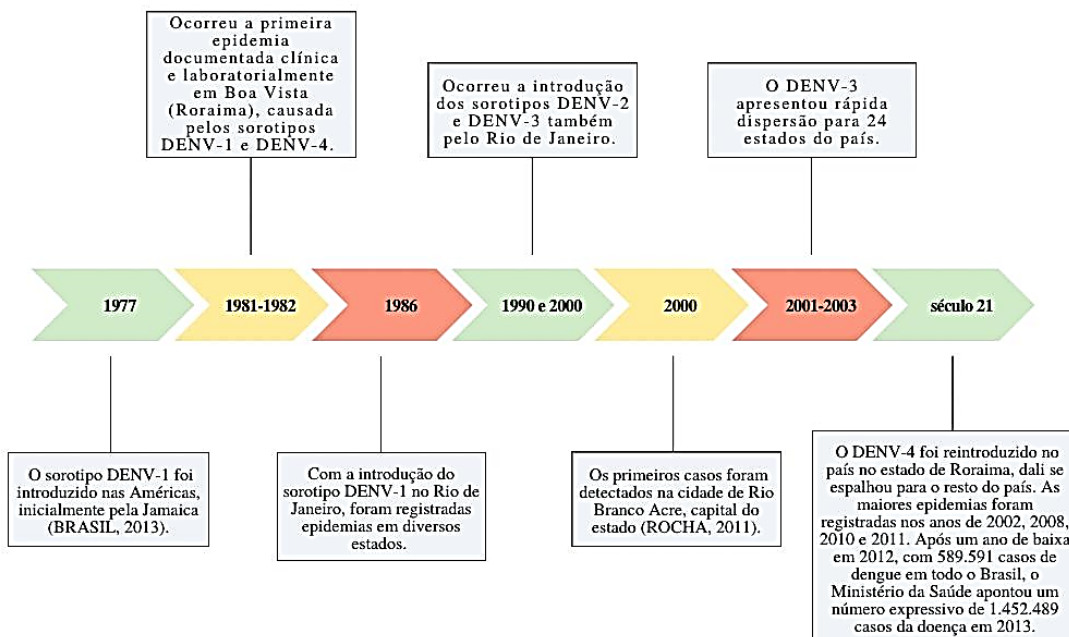
O *Aedes aegypti* surgiu na África (provavelmente na região nordeste) e de lá se espalhou para Ásia e Américas, principalmente através do tráfego marítimo (BRASIL, 2013). Como podemos observar no quadro representado a seguir:

**Figura 1: O avanço da Dengue no Brasil**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos registros da FIOCRUZ.

**Figura 2: O avanço da Dengue no Brasil**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos registros da FIOCRUZ.

Segundo Catão (2009) em seu estudo - Espaço e Dengue: uma análise miltoniana em geografia da saúde, a proliferação da dengue está relacionada às mudanças ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial em todo o globo. Pois a mesma, gerou nesses locais uma desordem ecológica, devido ao grande número de reservatórios (cidades inteiras sem os serviços e as infraestruturas essenciais, material bélico e destroços), grande migração e movimentação de tropas, criando assim, um ambiente perfeito para transmissão da dengue. Durante e após a Segunda Guerra, houve também profundas mudanças socioespaciais como: difusão mais intensa de tecnologia, aumento na velocidade e na intensidade dos transportes, aumento do número de pessoas (crescimento demográfico) assim como seu fluxo, sucateamento da saúde pública em vários países e o aumento da urbanização.

As pessoas e conseqüentemente os vírus e vetores puderam circular mais rápido e mais distante. As áreas urbanas, agora com mais pessoas e sem infraestrutura adequada, tornaram-se logo infectadas. Algumas cidades se tornaram hiperendêmicas (mais de um sorotipo de vírus circulando) o que fez emergir a Dengue Hemorrágico, a forma mais letal da doença (CATÃO, 2009).

Com base na figura 1 e 2, a Dengue chegou ao Brasil e avançou à medida que as cidades brasileiras cresciam. Dessa maneira, o modo de organização do espaço urbano é um fator determinante na proliferação do *Aedes Aegypti*.

Segundo Catão (2009) a Dengue está intimamente relacionada com o homem e com o espaço geográfico e, por meio do estudo espacial de Milton Santos esse espaço onde ocorre a maior infestação da doença pode ser classificado como um espaço “opaco”. Assim:

Essa relação entre a dengue e o espaço se torna mais nítida em locais onde os sistemas técnicos são menos densos. Essas áreas não possuem alguns sistemas técnicos básicos, tais como infra-estruturas, sistemas de saúde pública, sistemas educacionais e de informação da população. Quando existentes, os sistemas técnicos produzem um meio artificial, pensado e concebido intencionalmente, onde a existência dessa doença se torna mais difícil pela eliminação dos fatores que a causam (CATÃO, 2009, p. 9).

A partir dessa análise espacial é possível compreender os surtos de Dengue que ocorrem todos os anos no Brasil. Dessa maneira:

O manejo, vigilância e prevenção da dengue no país tem se caracterizado como uma tarefa árdua e desafiadora tanto para os serviços de saúde quanto para a população. No Brasil e na América Latina, as nossas condições precárias sócio sanitárias afetam ora qualidade de vida, ora as condições socioambientais, e ampliam o vetor agente de dispersão. No contexto sócio sanitário da pandemia

da COVID-19 tornou-se vital a importância e reconhecimento sobre a distribuição dos casos de dengue, a avaliação dos fatores socioambientais relacionados, e a identificação de áreas geográficas mais suscetíveis a essa endemia. [...] (SOARES; SILVA, 2020, p. 103 – 104).

Além disso, nas áreas endêmicas pode surgir o problema da coinfeção entre os dois vírus, ou seja, quando o corpo está combatendo uma infecção, ele fica suscetível a doenças secundárias.

Segundo Soares e Silva (2020) a territorialização em saúde é importante para o manejo e prevenção da COVID-19 nas áreas epidêmicas de Dengue, com os postos de saúde nos bairros atuando para a prevenção e atendimento primário para o diagnóstico de pacientes da COVID-19, correlacionando-se ao monitoramento da Dengue, ou seja a organização e planejamento desse território de saúde para enfrentamento da COVID-19 pela Vigilância de Saúde na Atenção Básica, possibilitam o desenvolvimento de estratégias para uma melhor atuação nas áreas críticas.

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa busca desenvolver uma revisão bibliográfica e exploratória, pautada no método indutivo, através da abordagem qualitativa e quantitativa (coleta, verificação e interpretação dos dados) com o objetivo de explorar a temática discutida. Conforme Severino:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2013, p. 76).

Visando aprofundamento teórico foram pesquisados os descritores: “Coronavírus” e “Dengue”, a busca dos textos se deu através do Google Acadêmico. A escolha dos textos foi com base na leitura crítica, de modo a assimilar partes da obra ou a obra por completo, que refletem no desenvolvimento do objeto.

Dessa maneira, o trabalho foi desenvolvido seguindo os seguintes critérios: a pesquisa dos textos através do Google Acadêmico com os termos “Coronavírus” e “Dengue”, em artigos de qualquer idioma, no período de 2019 a 2021; a data da pesquisa foi entre o dia 05 ao dia 09 de dezembro de 2021; a referida busca resultou em 10 artigos; os textos escolhidos foram agrupados em um quadro, contendo o título e a quantidade de citações em ordem decrescente,

de acordo com a quantidade de citações, os demais textos foram posicionados de acordo com o nível de importância para a pesquisa proposta, em seguida foram enumerados, ficando dessa maneira:

**Quadro 1:** Informações sobre os dez artigos mais citados sobre Coronavírus e Dengue

Textos	Títulos	Citações
1	Coinfección entre Dengue y Covid-19: necesidad de abordaje en zonas endémicas	32
2	Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam?	8
3	Na América Latina, dengue preocupa mais que coronavírus	5
4	O Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste e a pandemia de COVID-19 no Brasil	1
5	Impactos no perfil epidemiológico da Dengue em meio a Pandemia da COVID-19 em Sergipe	0
6	SARS-COV-2 e Dengue: risco de coinfeção e correlações clínicas em áreas endêmicas	0
7	Análise epidemiológica de dengue no Ceará de 2016 a meados de 2021: uma endemia em meio à pandemia de coronavírus	0
8	Técnicas de análise espacial aplicadas na atenção primária em saúde em Fortaleza no Ceará: estudo de caso da dengue no contexto sócio sanitário da pandemia	0
9	Dengue e COVID-19 em Minas Gerais: análise macrorregional dos casos, internações e investimentos na assistência à saúde durante a pandemia	0
10	A Dengue no Município de Rio Verde-GO no contexto da Pandemia de COVID-19	0

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Google Acadêmico.

A partir do quadro 1 apresentado anteriormente, os textos selecionados foram analisados e as conclusões sobre os mesmos passaremos a discutir no tópico a seguir.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O texto 1 - **Coinfección entre Dengue y Covid-19: necesidad de abordaje en zonas endémicas**, foi o mais citado com trinta e duas citações, o mesmo trata da relação entre a pandemia do Coronavírus e as doenças endêmicas como a Dengue na Amazônia peruana. Além disso, a Dengue apresenta algumas semelhanças clínicas com a infecção por COVID-19. Assim, existe a possibilidade de coinfeção entre as duas doenças, podendo contribuir para um atraso no diagnóstico da COVID-19.

O texto 2 - **Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam?** com oito citações busca informar sobre simultaneidade da pandemia da COVID-19 causada pelo novo coronavírus com a epidemia de Dengue no Estado do Piauí. Segue a análise:

[...] No Estado do Piauí, a incidência acumulada de dengue foi de 20,2/100 mil habitantes até a SE 17 de 2020, demonstrando redução de 74,5% em relação ao mesmo período de 2019 16,17. Observando a série histórica recente de dengue no estado, percebe-se que a incidência da doença em 2020 estava próxima do padrão de ocorrência demonstrado pela média do coeficiente para os anos de 2016 a 2019 17. No entanto, a partir da semana em que foram registrados os primeiros casos confirmados de COVID-19 no Piauí (SE 12) 18, verificou-se o aumento exponencial de sua incidência, simultaneamente à queda da incidência de dengue. (MASCARENHAS *et al.*, 2020, p. 2).

De acordo com o artigo a mudança ocorreu devido a subnotificação dos casos de Dengue no estado do Piauí, provavelmente em função dos sistemas de saúde mostrarem falhas assistenciais e certo desconhecimento a respeito dos efeitos da coinfeção em um mesmo indivíduo. Segundo o texto, os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), que já apresentavam deficiências no atendimento para Dengue e outras doenças, tiveram de se adaptar bruscamente para ampliar sua estrutura física para o atendimento da população. (MASCARENHAS *et al.*, 2020).

O texto 3 - **Na América Latina, dengue preocupa mais que coronavírus**, trata-se de uma Matéria do site UOL onde se fala dos desafios de combate à Dengue na América Latina em meio a pandemia da COVID-19. Segundo o texto a Dengue é a doença que mais preocupa atualmente na América Latina, que atingiu sua máxima histórica e avançou exponencialmente nas últimas décadas, nos anos de 2019 e 2020, os casos confirmados chegaram a 3.095.821. De acordo com cientistas, um dos efeitos do aquecimento global é a sobrevivência e maior proliferação do mosquito transmissor da Dengue.

O texto 4 - **O Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste e a pandemia de COVID-19 no Brasil**, faz parte de um livro que aborda o Consórcio Nordeste, formado por nove governadores de estado, que instituíram o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4), com o intuito de obter recomendações e diretrizes científicas para o combate a COVID-19. Com o objetivo de motivar debates capazes de qualificar ainda mais a gestão do SUS em meio à crise causada pela pandemia. Os boletins publicados regularmente e de um site próprio, criado imediatamente depois da posse do C4 também alertou para a necessidade de aumentar a testagem, tanto para COVID-19 como para dengue na região Nordeste, dada a dificuldade de diferenciar o quadro clínico das duas infecções na fase inicial de sintomas.

Os textos selecionados foram divididos em duas áreas da Geografia da Saúde: Nosogeografia é a Geografia dos Serviços de Saúde. Foi possível observar que em relação à Geografia da Saúde os textos 1 e 10 apresentam características da Nosogeografia, que se propõe a identificação e análise de padrões de distribuição espacial de doenças. Contudo, os textos 2,

3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, ou seja, aquela dedicada à distribuição e planejamento dos componentes infra estruturais e dos recursos humanos do Sistema de Atenção Médica.

Conclui-se que no Brasil, além da pandemia de COVID-19 transmitida pelo contato direto entre as pessoas, o país enfrenta epidemias de Dengue, sazonalmente durante o período das chuvas. A elevação no nível pluviométrico e as falhas nas ações de controle do mosquito vetor (*Aedes aegypti*) contribuem para o aumento de casos de Dengue nesse período, ocorrendo um risco elevado de surto da doença, ou seja, COVID-19 e Dengue podem estar ocorrendo simultaneamente, sendo um difícil desafio o combate dessas doenças. Portanto, os estudos voltados para a Geografia da Saúde tornam-se importantes a afim de compreender melhor essa simultaneidade, principalmente em áreas endêmicas como o Brasil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o objeto da Geografia da Saúde é compreender os problemas de saúde e como eles se manifestam no espaço geográfico, a mesma busca entender como os problemas de saúde se manifestam nos territórios de modo a subsidiar políticas de saúde, o que tem enorme importância para a identificação de riscos, a gestão dos sistemas de saúde e a participação popular. Além disso, apresenta-se como um suporte para nortear os estudos sobre a COVID-19 e a Dengue. Podendo contribuir para a compreensão das relações socioespaciais no período atual e as transformações que ocorrerão no futuro.

Além disso, contribui no desenvolvimento de estudos para controle e prevenção das doenças com a análise de estratégias governamentais dos serviços de saúde, monitoramento por meio de Sistemas e Informações Geográficas (SIG), ferramentas de estatística e informática, que possam contribuir para o mapeamento digital, agrupando e cruzando informações oficiais com insumos geográficos, facilitando a análise do problema e, conseqüentemente, auxiliando na obtenção de respostas e tomada de decisões. Contudo, a prevenção e as medidas de combate exigem a participação e a mobilização de toda a comunidade a partir da adoção de medidas simples, visando a interrupção do ciclo de transmissão e contaminação. Caso contrário, as ações isoladas poderão ser insuficientes para acabar com os focos da doença.

Foi analisado que maior parte dos artigos analisados estão inseridos na Geografia da Atenção Médica, os mesmos demonstram certa preocupação com a coincidência espaço-temporal entre a Dengue e a pandemia da COVID-19, pois os serviços do Sistema Único de

Saúde (SUS), que já apresentavam deficiências no atendimento para Dengue e outras doenças, tiveram que se adaptar para atender a demanda.

A Dengue é uma doença viral transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* que nos últimos anos se espalhou rapidamente pelo Brasil influenciada pela precipitação, temperatura e rápida urbanização não planejada. Já a pandemia da COVID-19 está pressionando imensamente os sistemas de saúde e gestão em todo o mundo. Não obstante o impacto da COVID-19, há uma necessidade crucial de sustentar os esforços para combater a Dengue. Portanto, torna-se crucial o desenvolvimento de políticas de incentivo à notificação, contenção do agente, educação populacional e medidas de higiene sanitária para ambas as doenças. Além disso, o combate a essas doenças necessita de estratégias eficazes por parte dos agentes públicos e também a conscientização por parte da população.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Dengue: aspectos epidemiológicos, diagnóstico e tratamento**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus – Linha do Tempo** [Internet]. 2020 [acesso 2020 out 04]. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/linha-do-tempo>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [acesso 2020 out 04]. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública COE-COVID-19**. Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus COVID-19 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [acesso 2020 abr 7]. 24 p. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde declara transmissão comunitária nacional** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [acesso 2020 abr 7]. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46568-ministerio-da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional>.

BRASIL. **Agência Fiocruz de Notícias: Dengue**. Fundação Oswaldo Cruz, 2013. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/dengue-0>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

CATÃO, Rafael de Castro. **Espaço e dengue: uma análise miltoniana em Geografia da Saúde**. FCT/UNESP, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE – CONASS. Planejamento e Gestão. In: NICOLELIS, Miguel A. L. **O comitê científico de combate ao coronavírus (c4) do Consórcio Nordeste e a pandemia de covid-19 no Brasil**. Planejamento e gestão. Brasília, DF: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021. 342 p – Coleção Covid-19; v 2. Disponível em: <https://www.resbr.net.br/wp-content/uploads/2021/01/covid-19-volume2.pdf#page=127>. Acesso em 09 de dezembro de 2021.

COSTA, Vinicius Kruger da *et al.* **Mapeamento sistemático de literatura sobre estudos de interfaces de usuário em tecnologia assistiva**. *PUC-Rio* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ergodesign & HCI, n.1, v.5, 2017.

DUTRA, Denecir de Almeida. **Geografia da Saúde no Brasil: Arcabouço Teórico-Epistemológicos, Temáticas e Desafios**. 2011. 177 f. Tese (Doutorado em Geografia, Setor de Ciências da Terra) - Universidade Federal do Paraná, 2011.

FACURE. Camila Gouvêa. *et al.* **Dengue e COVID-19 em Minas Gerais: análise macrorregional dos casos, internações e investimentos na assistência à saúde durante a pandemia**. Revista Thema. V. 20. Especial, 2021. <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1889>. Acesso em 07 de dezembro de 2021.

FERREIRA, Caio Roberto. **A Dengue no Município de Rio Verde-GO no contexto da Pandemia de COVID-19**. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2021 Disponível em <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33651/2/DengueMunic%c3%adpioRio.pdf>. Acesso em 06 de dezembro de 2021.

LACAZ, Carlos Silva da.; BARUZZI, Roberto.G.; SIQUEIRA JÚNIOR Waldomiro. **Introdução à Geografia Médica do Brasil**. São Paulo: Edgar Blucher Ltda. Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiro. *et al.* **Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam?** Cad. Saúde Pública 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n6/e00126520/pt/>. Acesso em 06 de dezembro de 2021.

MENDONÇA FILHO, Valder Cavalcante Maia *et al.* **Análise epidemiológica de dengue no Ceará de 2016 a meados de 2021: uma endemia em meio à pandemia de coronavírus**. Archives of Health, Curitiba, v.2, n.4, p.716-720 special edition, jul. 2021. Disponível em: <https://latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/ah/article/view/455/437>. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

MENDONÇA, Francisco *et al.* **A geografia da saúde no Brasil: Estado da arte e alguns desafios**. Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Paraná, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/308810960\\_A\\_geografia\\_da\\_saude\\_no\\_Brasil\\_Esta\\_do\\_da\\_arte\\_e\\_alguns\\_desafios](https://www.researchgate.net/publication/308810960_A_geografia_da_saude_no_Brasil_Esta_do_da_arte_e_alguns_desafios). Acesso no dia 05 de fevereiro de 2022.



NASCIMENTO, Crysônia Santos *et al.* **Impactos no perfil epidemiológico da Dengue em meio a Pandemia da COVID-19 em Sergipe.** Research, Society and Development, v. 10, n.5, e3610514544, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14544/13103>. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

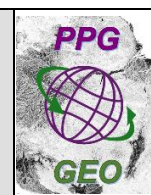
OMS. OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde. **Casos de dengue nas Américas chegam a 1,6 milhão, o que destaca a necessidade do controle de mosquitos durante a pandemia.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/23-6-2020-casos-dengue-nas-americas-chegam-16-milhao-que-destaca-necessidade-do-controle>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

PAPALEO, Cristina. **Na América Latina, dengue preocupa mais que coronavírus.** Notícias uol 04/02/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/02/04/na-america-latina-dengue-preocupa-mais-que-coronavirus.htm>. Acesso em 07 de dezembro de 2021.

SOARES, Débora Gaspar; SILVA, Ivan Paulo Bianco da. **Técnicas de análise espacial aplicadas na atenção primária em saúde em Fortaleza no Ceará: estudo de caso da dengue no contexto sócio-sanitário da pandemia da covid-19 na UAPS Maurício Mattos Dourado.** Revista Pantaneira, V.18, Edição especial IV Workshop do PPGE/CPAQ/UFMS e 3ª Mostra de pesquisa dos cursos de pós-graduação e graduação em geografia, “Olhares e lugares geográficos do ensino, saúde, ambiente e sociedade na pandemia”, UFMS, Aquidauana-MS, novembro de 2020. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/revpan/article/view/12345>. Acesso em 09 de dezembro de 2021

SOUZA. Luís Paulo Souza e. COVID-19 no Brasil: os múltiplos olhares da ciência para compreensão e formas de enfrentamento. In: BARROSO, Bruna Silveira; GIRÃO, Milena Maria Felipe; COELHO, Naara de Paiva et al. **SARS-COV-2 e Dengue: risco de Coinfecção e correlações clínicas em áreas endêmicas.** Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/37168>. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

VELASCO, Marcos Saavedra *et al.* **Coinfecção entre dengue e covid-19: necessidade de abordagem em zonas endêmicas.** Revista de la Facultad de Ciencias Médicas de Córdoba 2020; 77(1): 52-54. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/med/article/view/28031/29332>. Acesso em 07 de dezembro de 2021.



## A IMIGRAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Daiane Mendes Rodrigues<sup>1\*</sup>, Dr. Cleilton Sampaio de Farias<sup>2,3</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7836-8612>; <https://orcid.org/0000-0003-1783-3175>

<sup>1</sup> Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil., <sup>2</sup> Professor da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>3</sup> Professor do Instituto Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

[\\*daiane.rodrigues@sou.ufac.br](mailto:*daiane.rodrigues@sou.ufac.br)

Recebido em: 12/06/2022; Aceito em: 25/10/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-5>

### RESUMO

O processo migratório faz parte das integrações entre países diferentes, a qual provém de políticas públicas sociais, culturais e econômicas em prol da promoção do desenvolvimento dos povos e nações. No entanto, a pandemia da COVID-19 afetou diversas áreas, dentre elas, potencialmente, os fluxos migratórios. Nesse sentido, objetivou-se compreender os impactos na imigração para o Brasil durante a Pandemia da COVID-19. O estudo trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfica e exploratória amparada no quadro teórico do Método Dedutivo, na abordagem qualitativa, com o objetivo de explorar a temática em tela. Os resultados foram obtidos por meio do mapeamento sistemático da literatura na plataforma Google Acadêmico com os termos Coronavírus e Imigração, em artigos na língua portuguesa, no período de 2019 a 2020. A busca resultou em 1.640 artigos, selecionando os 10 mais citados. Os estudos revelam que através da aplicação de medidas preventivas de saúde pública contra a pandemia, foram realizadas contenção, mitigação e supressão entre os países para conter os indivíduos. Entretanto, houve migrações forçadas, levando a condições de precariedade e superlotação nos locais de abrigos, falta de saneamento básico e assistência à saúde, além da ausência de distanciamento social, propiciando desafios sanitários e políticos, contexto desfavorável que não revela perspectivas de melhoras de imediato. Conclui-se que existe uma necessidade urgente para implementar políticas e intervenções públicas com enfoque nos imigrantes e refugiados, garantir acesso à saúde de maior abrangência, além de prover maior assistência social, trabalhista e financeira.

**Palavras-chave:** Imigração; Coronavírus; Geografia da Saúde.

### *IMMIGRATION IN THE TIME OF THE COVID-19 PANDEMIC: A LITERATURE REVIEW*

#### *ABSTRACT*

The migratory process is part of the integrations between different countries, which comes from social, cultural, and economic public policies in favor of promoting the development of peoples and nations. However, the pandemic of COVID-19 has affected several areas, among them, potentially, the migratory flows. In this sense, the objective was to understand the impacts on immigration to Brazil during the COVID-19 Pandemic. The study is a bibliographical and exploratory research supported by the

theoretical framework of the Deductive Method, in the qualitative approach, with the objective of exploring the theme at hand. The results were obtained by systematically mapping the literature on the Google Academic platform with the terms Coronavirus and Immigration, in Portuguese language articles, from 2019 to 2020. The search resulted in 1,640 articles, selecting the 10 most cited. The studies reveal that through the application of preventive public health measures against the pandemic, containment, mitigation, and suppression were carried out among countries to contain individuals. However, there have been forced migrations, leading to precarious conditions and overcrowding in the shelters, lack of basic sanitation and health care, in addition to the absence of social distance, providing health and political challenges, unfavorable context that does not reveal prospects for immediate improvements. We conclude that there is an urgent need to implement public policies and interventions focusing on immigrants and refugees, to guarantee access to health care with greater coverage, and to provide greater social, labor, and financial assistance.

**Keywords:** Immigration; Coronavirus; Geography of Health.

## ***INMIGRACIÓN EN TIEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA***

### ***RESUMEN***

El proceso migratorio forma parte de las integraciones entre los diferentes países, que proviene de las políticas públicas sociales, culturales y económicas para la promoción del desarrollo de los pueblos y naciones. Sin embargo, la pandemia de COVID-19 afectó a varios ámbitos, entre ellos, potencialmente, a los flujos migratorios. En este sentido, se buscó entender los impactos en la inmigración a Brasil durante la Pandemia de COVID-19. El estudio es una investigación bibliográfica y exploratoria apoyada en el marco teórico del Método Deductivo, en el enfoque cualitativo, con el objetivo de explorar el tema en cuestión. Los resultados se obtuvieron a través del mapeo sistemático de la literatura en la plataforma Google Académico con los términos Coronavirus e Inmigración, en artículos en portugués, en el período 2019 a 2020. La búsqueda dio como resultado 1.640 artículos, seleccionando los 10 más citados. Los estudios revelan que, mediante la aplicación de medidas de salud pública preventivas contra la pandemia, se llevó a cabo la contención, mitigación y supresión entre los países para contener a los individuos. Sin embargo, se han producido migraciones forzadas, lo que ha provocado condiciones precarias y de hacinamiento en los albergues, falta de saneamiento básico y de atención sanitaria, además de la ausencia de distancia social, lo que supone retos sanitarios y políticos, un contexto desfavorable que no revela perspectivas de mejora inmediata. Se concluye que hay una necesidad urgente de implementar políticas públicas e intervenciones enfocadas a los inmigrantes y refugiados, para garantizar el acceso a la atención sanitaria de mayor alcance, además de proporcionar una mayor asistencia social, laboral y financiera.

**Palabras clave:** Inmigración; Coronavirus; Geografía de la salud.

### **1. INTRODUÇÃO**

Entende-se que a integração entre países diferentes provém de políticas públicas sociais, culturais e econômicas em prol da promoção do desenvolvimento dos povos e nações (SOUZA *et al.*, 2020). Dentre essas interações, temos o processo migratório que é o deslocamento demográfico de pessoas, podendo ser interno ou internacional (NIWA *et al.*, 2021).

Os estudos advindos da Geografia da Saúde associam todas as possibilidades de análise geográfica, devido variabilidades de localização e tempo. Podemos afirmar que a Geografia da Saúde se preocupa com os problemas da atualidade em âmbito global, ocupando um espaço de

inter-relações dos fenômenos naturais e sociais existentes (MENDONÇA; ARAÚJO; FOGAÇA, 2014).

A Geografia em Saúde está associada a temáticas acerca da influência geográfica no desenvolvimento de doenças e a gestão dos recursos de saúde, tendo por objetivo compreender o processo saúde-doença entre os indivíduos. Por meio desta, pode-se citar o fluxo imigrante frente a disseminação da pandemia da COVID-19, ação que tem correlação com a transmissão do vírus, bem como proporciona agravos diretos a estes cidadãos (vida social, trabalhista e saúde).

Ademais, entre dezembro de 2019 e o ano de 2020, o mundo foi marcado por um momento atípico em decorrência da pandemia da COVID-19. Sua disseminação afetou diversas áreas, dentre elas, potencialmente, os fluxos migratórios. Que abala os imigrantes devido a paralisação do processo migratório, em vistas ao fechamento das fronteiras e medidas restritivas, bem como impacto no mercado de trabalho destes indivíduos. Soma-se o crescimento da ocorrência de migrações clandestinas durante o período da pandemia, o que de fato, pode afetar diretamente na propagação do vírus colocando o país de destino em risco (NIWA *et al.*, 2021; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é compreender os impactos na imigração para o Brasil durante a Pandemia da Covid-19, buscando analisar como a pandemia da Covid-19 pode ter influenciado no cenário dos processos de imigração. Para isso realizou-se pesquisa bibliográfica na base de dados do Google Acadêmico utilizando os descritores “Coronavírus” e “Imigração” no período de 2019 e 2020, com a finalidade de escolher os dez artigos em língua portuguesa com maior número de citações para a realizar esta revisão.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e exploratória amparada no quadro teórico do Método Dedutivo que segundo Gil (2008) e de acordo com a acepção clássica é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular, partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis que nos possibilitam chegarmos a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

Corroborando desta mesma hermenêutica, Gil (2008) enfatiza que a base do raciocínio dedutivo está vinculada ao silogismo, ou seja, parte de afirmações verdadeiras para uma nova premissa também verdadeira, formando uma construção lógica, onde a partir de duas

preposições chamadas premissas retira uma terceira que nelas logicamente são denominadas de conclusão sobre algo.

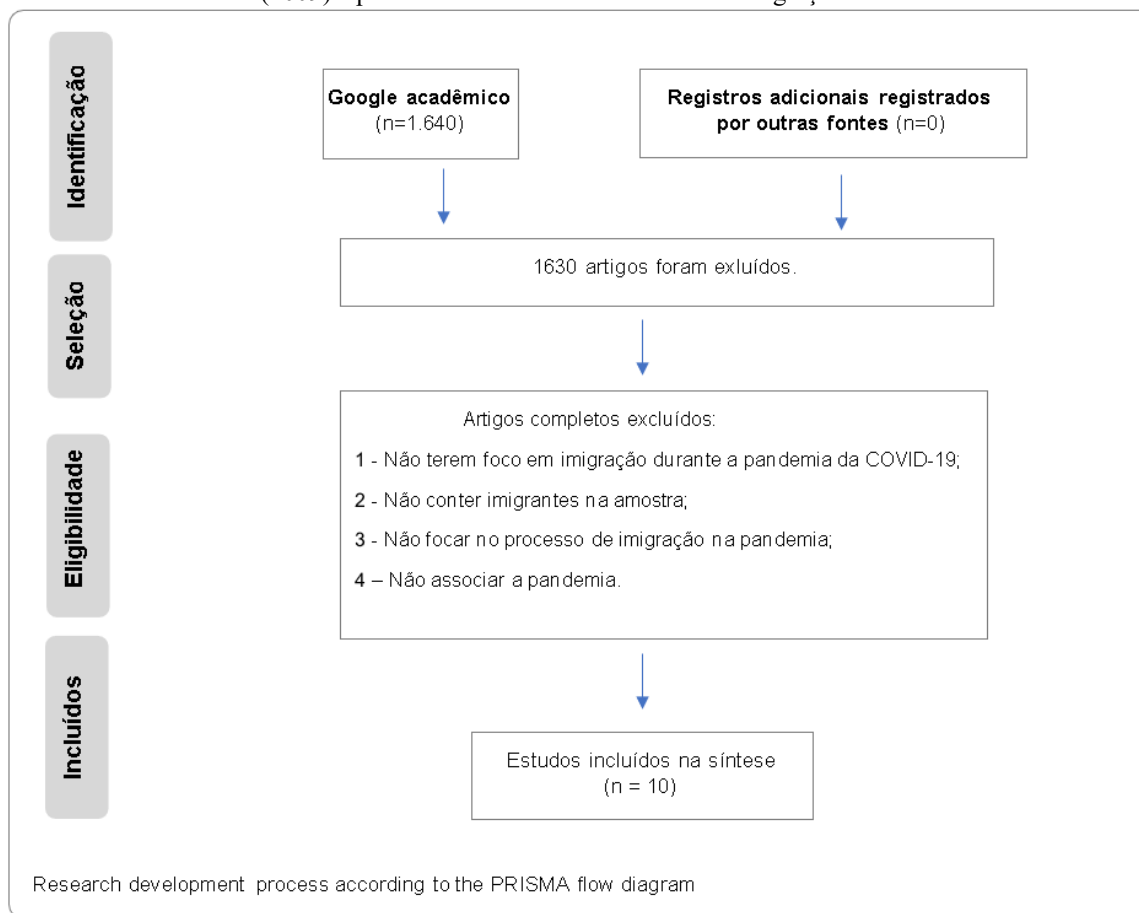
Destarte, afirmamos que o delineamento desta pesquisa tem como base uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de consulta a material já publicado, manifestando-se ao longo de todo o processo de pesquisa, sobretudo, as de cunho bibliográfico e exploratória colocando o pesquisador em contato com as produções e registros científicos a respeito do tema pesquisado (GIL, 2008), objetivando assim explorar a temática acima discutida.

Desse modo, os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram os seguintes:

1) Mapeamento sistemático da literatura (MOHER; SHEKELLE, 2015) a partir da plataforma de busca do Google Acadêmico com os seguintes descritores “Coronavírus” e “Imigração”, em artigos publicados na língua portuguesa, no período de 2019 a 2020 e;

2) Análise de conteúdo dos resumos dos dez artigos com mais citações tomando como base a metodologia de revisão integrativa de literatura elaborada a partir das seguintes etapas: estabelecimento da hipótese e objetivos da revisão; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos (seleção da amostra); definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise dos resultados; discussão e apresentação dos resultados e a apresentação da conclusão, conforme observa-se no fluxograma seguir:

**Figura 1:** Fluxograma de estratégia de busca e seleção dos artigos de acordo com a recomendação do Prisma (2009) a partir dos termos “Coronavírus” e “Imigração”.



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2017, p.1), a “mobilidade humana e a migração conectam indivíduos e fatores ambientais de saúde entre as comunidades [...] e pode ter um impacto na saúde e nos serviços relacionados no país de acolhimento, bem como na saúde e no uso dos serviços de saúde oferecido para os migrantes”. Desse modo, BELLE e colaboradores (2019) inferem que:

A migração tem repercussões sobre a saúde e representa um desafio particular para a saúde pública, seja no atendimento das necessidades especiais dos migrantes ou pela vulnerabilidade das populações locais que não foram previamente expostas a uma determinada doença, ou sua imunidade pode ser diluída com a entrada de migrantes (BELLE *et al.*, 2019, p. 4).

Boa parte dos casos de inclusão de migrantes internacionais nos sistemas oficiais de saúde não são levados em consideração dentro do sistema acolhedor/receptor no que diz respeito aos sistemas de referência e códigos próprios das suas sociedades de origem, como os

valores e tradições carregados pelos indivíduos ao longo do processo migratório (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

Essas correntes migratórias são resultantes de uma configuração do contexto mundial em que processos resultantes em sua maioria de desastres naturais, conflitos armados e até mesmo políticos, levam algumas nações a terem suas políticas públicas insuficientes perpassando a condições de extrema pobreza, acarretando as chamadas diásporas mundiais, por pessoas fazendo incursões em outros países na busca por melhores condições de vida e trabalho.

Corroborando com essa hermenêutica Oliveira (2006) afirma que:

Também nesse contexto se originam os deslocamentos compulsórios, que eminentemente são de trabalhadores, ora expropriados de suas terras, de seus postos de trabalho e emprego, ora pressionados pela falta de oportunidades etc., que se veem obrigados a migrar em busca de alternativas de sobrevivência (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Isto acarreta um desafio existencial no que diz respeito aos processos de saúde e doença, assim como na atenção e prevenção de comorbidades em decorrência dos processos interculturais arraigados ao sujeito migrante. É importante atentar para as diferenças particulares existentes nos usos e costumes, nas cosmovisões e formas de vida originárias, assim como não se deve negligenciar as diferenças entre os grupos migratórios no que diz respeito às questões culturais, religiosas e políticas, bem como seus graus de escolaridade, seus grupos de idade, uma vez que, tais “atores sociais não devem ser considerados homogêneos e monolíticos” (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018, p. 8).

Além disso, as mudanças globais atreladas a uma maior circulação de pessoas promovem o ressurgimento de novos processos de saúde-doença e/ou de certos padrões de doenças, que fortalecem as discussões das temáticas associadas à Geografia da Saúde. Portanto, o surgimento de novos paradigmas e correntes no bojo da ciência geográfica está interligado às transformações da sociedade, envolvendo os aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e de saúde, bem como sua forma de interação no espaço geográfico (DUTRA, 2011).

A globalização atinge a saúde de muitas formas, contribuindo para mudanças significativas na propagação de doenças e patógenos (FERNANDES *et al.*, 2018). A velocidade dos acontecimentos no espaço-tempo efetua alterações a nível local e mundial com algumas consequências no ambiente, na vida social, na cultura e na política, exigindo respostas imediatas de setores governamentais - como a saúde - para vigiar e prevenir problemas, assim como prestar assistência às populações, sejam elas da cidade, do campo ou da floresta.

Nesse sentido, Buss (2007) acrescenta que o processo de globalização promove impactos sociais, ambientais e sanitários graves, dentre eles: a dilatação da pobreza, as iniquidades econômicas e sociais de alguns países, o que possibilita uma transnacionalização e disseminação de velhas e novas doenças, em especial as transmissíveis que em sua maioria são desenvolvidas em decorrência do comércio sexual de pessoas, especialmente aquelas provenientes de países subdesenvolvidos.

Tais circunstâncias chamam atenção em diversos campos do saber, em especial o da Geografia da Saúde no que diz respeito a compreensão de como se dá o processo saúde-doença, conforme saliente Peiter (2005):

As relações entre espaço e saúde veem sendo sistematicamente estudadas em diversas disciplinas dos campos da Saúde (principalmente na Epidemiologia) e na Geografia, e sua história testemunha a grande contribuição destes estudos para o entendimento dos processos saúde-doença. Esta história não foi feita apenas de sucessos, haja visto que em diversos momentos as ciências da saúde (em particular a medicina) voltaram as costas para a Geografia, desprezando seu poder explicativo sobre a saúde humana. Entretanto, nos últimos anos a situação voltou a ser favorável para o conhecimento geográfico no campo da saúde e cada vez mais geógrafos são chamados à colaborar em estudos interdisciplinares de saúde (PEITER, 2005, p. 1).

No tocante a Geografia da Saúde, estudos neste campo surgiram no Brasil, aproximadamente na década de 1950 com a Geografia Médica. É a partir da década de 1950 que as pesquisas se concentraram nas doenças presentes nas áreas em que havia o movimento de interiorização e integração do território brasileiro e, em meio a este contexto é que a Geografia da Saúde no Brasil começa seus primeiros estudos, não antes sem empreender algumas mudanças fundamentais no que tange ao arcabouço teórico-metodológico em que se apoiava (ANDRADE *et al.*, 2010).

Isto posto, em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum (WHO, 2020).

Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoV) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória



aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020 recebeu o nome de SARS-CoV-2) (WHO, 2020).

Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença Covid-19. A OMS tem trabalhado com autoridades chinesas e especialistas globais desde o dia em que foi informada, para aprender mais sobre o vírus, como ele afeta as pessoas que estão doentes, como podem ser tratadas e o que os países podem fazer para responder. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) tem prestado apoio técnico aos países das Américas e é recomendado manter o sistema de vigilância alerta, preparado para detectar, isolar e cuidar precocemente de pacientes infectados com o novo coronavírus (WHO, 2020).

A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca, entre as suas variantes existentes. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves (WHO, 2020).

A maioria das pessoas (cerca de 80% se recuperam da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas por COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar. As pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes. No entanto, qualquer pessoa pode contrair a Covid-19 e ficar gravemente doente ou até mesmo ir a óbito (OPAS, 2021).

Desta forma, evidencia-se a importância da Geografia da Saúde em atuar na explicação da disseminação de doenças como o novo coronavírus - Covid-19, aliada ao que tange a implantação de medidas de mitigação. Contribui de forma significativa para o crescimento e desenvolvimento, atuando como nova corrente de pensamento geográfico não só no Brasil, mas no mundo como um todo, uma vez que, é através do estudo das relações espaciais do homem com o meio em que ele está inserido que pudesse compreender com maior precisão como se dará o processo saúde-doença em um determinado lugar ou território.

Cabe ressaltar que a geografia e a epidemiologia sempre tiveram estreitas relações, fazendo parte do núcleo central de conhecimentos sobre saúde, portanto, considera-se desde sua origem, forte influência positivista, postulando como critério de verdade a neutralidade

científica e a busca da descrição dos fatos em si e a compressão do espaço físico para contribuir com os diversos dilemas científicos (GUIMARÃES; PICKENHAYN, 2014).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A referida pesquisa bibliográfica resultou em 1.640 artigos publicados em língua portuguesa, entre os anos de 2019 e 2020. Após adotar os critérios de exclusão estabelecidos anteriormente, foram obtidos 10 documentos, sendo 06 trabalhos de autoria do gênero feminino e 04 de autoria do gênero masculino, perpassando por publicações em diversas instituições de ensino tanto em âmbito nacional quanto internacional, conforme elencado no quadro abaixo.

**Quadro 1:** Informações sobre os dez artigos com maior número de citações com base nos termos “Coronavírus” e “Imigração”.

Nº de Citações	Título	Autores	Instituição dos autores	Referência
30	Impactos no comportamento e na saúde mental de grupos vulneráveis em época de enfrentamento da infecção COVID-19: revisão narrativa.	Sonia Oliveira Lima <i>et al.</i>	Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju-SE.	LIMA, Sonia Oliveira <i>et al.</i> Impactos no comportamento e na saúde mental de grupos vulneráveis em época de enfrentamento da infecção COVID-19: revisão narrativa. <b>Revista Eletrônica Acervo Saúde</b> , n. 46, p. e4006-e4006, 2020.
9	O mundo do trabalho e a pandemia de Covid-19: um olhar sobre o setor informal.	Pedro Henrique Isaac Silva.	Membro fundador do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq Diálogos em Sociologia Clínica e correspondente internacional da Rede Internacional de Sociologia Clínica, sediada em Paris.	SILVA, Pedro Henrique Isaac. O mundo do trabalho e a pandemia de Covid-19: um olhar sobre o setor informal. <b>Caderno de Administração</b> , [s.l.], v. 28, p. 66-70, 2020.
7	Contenção, mitigação e supressão no combate à pandemia do Covid-19: levantamento e análise.	Miriam Viviane Baron <i>et al.</i>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, Brasil.	BARON, Miriam Viviane <i>et al.</i> Contenção, mitigação e supressão no combate à pandemia do COVID-19: levantamento e análise. <b>Saúde Coletiva (Barueri)</b> , [s.l.], v. 10, n. 54, p. 2653-2660, 2020.
6	A geopolítica do coronavírus em tempos de incertezas.	Roberto Rodolfo Georg Uebel.	Escola Superior de Propaganda e Marketing.	UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. A geopolítica do coronavírus em tempos de incertezas. <b>Diálogos internacionais</b> , [s.l.], v. 7, n. 70, p., 2020.
4	Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no	Duval Fernandes <i>et al.</i>	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.	FERNANDES, Duval <i>et al.</i> Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil: resultados de pesquisa. Campinas, SP: <b>Núcleo de Estudos</b>

	Brasil: resultados de pesquisa.			<b>de População—Elza Berquóll Nepo/Unicamp, 2020.</b>
4	Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil.	Igor de Assis Rodrigues, João Roberto Cavalcante, Eduardo Faerstein.	Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, Brasil.	RODRIGUES, Igor de Assis; CAVALCANTE, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. <i>Physis: Revista de Saúde Coletiva</i> , São Paulo, v. 30, p. 1-14, 2020.
3	A oleada venezuelana: acolhimento de migrantes e pandemia em Manaus	VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins Almeida	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins Almeida. A oleada venezuelana: acolhimento de migrantes e pandemia em Manaus. <b>Cadernos de Campo</b> , São Paulo, v. 29, p. 94-104, 2020.
2	Palestinos migrantes e refugiados e o fechamento de fronteiras na pandemia COVID-19.	Babara Caramuru Teles.	Universidade Federal de Santa Catarina	TELES, Barbara Caramuru. Palestinos migrantes e refugiados e o fechamento de fronteiras na pandemia COVID-19. <b>Cadernos De Campo (São Paulo 1991)</b> , São Paulo, v. 29, n. supl, p. 278-288, 2020.
2	Efeitos da pandemia da Covid-19 nas migrações internacionais para o Mercosul e a União Europeia: aspectos normativos e cenários políticos.	Eveline Vieira Brígido e Roberto Rodolfo Georg Uebel.	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	BRÍGIDO, Eveline Vieira; UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Efeitos da pandemia da Covid-19 nas migrações internacionais para o Mercosul e a União Europeia: aspectos normativos e cenários políticos. <b>Boletim de Economia e Política Internacional</b> . p. 37-53., il.,2020.
2	Coronavírus e interdição da mobilidade em tempos de crise: impactos da COVID-19 para os projetos migratórios de haitianos no Brasil.	Roziane da Silva Jordão, Sidney Antonio da Silva.	Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.	JORDÃO, Roziane da Silva; SILVA, Sidney Antonio da. Coronavírus e interdição da mobilidade em tempos de crise: impactos da Covid-19 para os projetos migratórios de haitianos no Brasil. <b>Cadernos de Campo</b> , v. 29, p. 75-84, 2020.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Após análise dos artigos supracitados, verificou-se alguns impasses ocasionados pelo coronavírus na vida dos migrantes, principalmente quando foi decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a pandemia do novo coronavírus o (SARSCoV-2), em fevereiro de 2020. A partir disso iniciou-se a implementação do distanciamento social, quarentena e o isolamento entre as populações a nível mundial para controlar a transmissão (BARON *et al.*, 2020; RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020).

Por meio da aplicação destas medidas de saúde pública, foram realizadas contenção, mitigação e supressão entre os países para conter os indivíduos. Além disso, levou a vigilância

dos portos, aeroportos e fronteiras. O intuito está em conter a disseminação do vírus, quebrando sua cadeia de transmissão, buscando também evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde e o aumento de casos (BARON *et al.*, 2020; RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020).

Através da pandemia houve movimentos de populações de maneira forçada, podendo citar o impacto negativo da migração à saúde desses cidadãos se expondo a diversas doenças, em especial, infecciosas entre refugiados. Cita-se o estado brasileiro, Roraima, como exemplo, nos entraves para prover assistência devido um sistema de saúde deficiente. Desta forma, evidencia-se como esse cenário traz à tona várias preocupações em saúde, notificando a necessidade de incluir os refugiados e imigrantes na agenda da saúde global (RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020).

O processo de imigração pode levar a condições de precariedade e superlotação nos locais de abrigos, falta de saneamento básico e de assistência à saúde, além da ausência de distanciamento social. Fora dos abrigos notou-se também o declínio de renda, às dificuldades ao acesso à saúde de forma adequada, a insegurança que perpassou os indivíduos acerca do fluxo migratório (RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020).

Associado a esses fatores houve intensificação dos desafios sanitários e políticos, contexto desfavorável que não revelou perspectivas de melhoras de imediato (RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020). Em pesquisas realizadas com imigrantes, eles relataram sobre o impacto negativo da Covid-19 em seu serviço laboral, devido não estarem podendo trabalhar onde eles ocupavam cargos de serviços; de vendedores; de ambulantes entre outros (FERNANDES *et al.*, 2020). Acrescenta-se que, alguns imigrantes ainda são vítimas de rejeição social, discriminação e xenofobia, podendo causar passíveis a danos à saúde mental, devido ao pânico e preocupações que a pandemia promoveu (LIMA *et al.*, 2020).

Entende-se que a crise de saúde pública causada pela pandemia da Covid-19 causou impactos na chegada; mobilidade e instalação de imigrantes e refugiados. Percebeu-se problemas quanto ao acesso aos auxílios financeiros, cuidados à saúde e perda de empregos, no entanto, muitos impactos só podem ser analisados pós pandemia (CAVALCANTI; DE OLIVEIRA; TONHATI, 2020).

Segundo Oliveira e Jannuzzi (2016), dentre as ocorrências de migrações para o Brasil, destaca-se porcentagens em indivíduos da faixa etária de 45 a 49 anos em busca de trabalho, além de busca por moradia entre 60 a 64 anos. Ainda, há predomínio do sexo masculino por

motivos de trabalho e moradia. Dados referente aos anos de 2000 até 2014 inferem que boa parte dos imigrantes estrangeiros do país são provenientes da Bolívia, Estados Unidos, Argentina, China e Portugal (LIMA; REZENDE; FERNANDES, 2017). Ainda, nota-se crescente processo migratório de haitianos para o território brasileiro nos últimos seis anos (GOMES, 2017).

## 5. CONCLUSÃO

Os estudos evidenciaram impactos significativos da pandemia aos indivíduos imigrantes, desde os bloqueios em seus fluxos de movimentação em portos, aeroportos e fronteiras, o que acarretou numa superlotação em abrigos; perpassando pelas dificuldades de acesso e assistência à saúde além dos agravos em seus meios de trabalho, levando ao enfrentamento de problemas financeiros.

É imprescindível implementação de políticas e intervenções públicas a nível de saúde global no enfrentamento da pandemia da Covid-19 com enfoque nos imigrantes e refugiados. Garantindo acesso a saúde de maior abrangência e de forma adequada a estes cidadãos. Acrescenta-se a importância de maior assistência trabalhista e financeira através do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas.

Outrossim, para melhor compreensão dos impactos da Covid-19 no processo de imigração, deve-se promover maiores estudos em saúde global, realizando mapeamento das consequências pós pandemia. Dessa forma, será possível ter ações mais precisas acerca dos direitos à saúde e garantia de espaço para esses indivíduos.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. S. R. de; CÂMARA, J. F. A.; NETO, M. D. A.; AMORELLI, O. S. A geografia da saúde no Brasil: Análise do saneamento público nos casos de dengue. **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra**, 2010. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ananda>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

BARON, Miriam Viviane *et al.* Contenção, mitigação e supressão no combate à pandemia do COVID-19: levantamento e análise. **Saúde Coletiva** (Barueri), v. 10, n. 54, p. 2653-2660, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2020v10i54p2653-2660>.

BELLE, Nayara; MATOS, Karina; GURGEL, Helen da Costa. Migração e saúde: um estudo exploratório a partir dos registros administrativos no Brasil. **In: Simpósio Nacional De**

**Geografia Da Saúde**, Blumenau – SC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36969>. Acesso em 18 de dezembro de 2021.

BRÍGIDO, Eveline Vieira; UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Efeitos da pandemia da Covid-19 nas migrações internacionais para o Mercosul e a União Europeia: aspectos normativos e cenários políticos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10205>. Acesso em 18 de dezembro de 2021.

BUSS, Paulo Marchiori. Globalização, pobreza e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11612, n. 6, p. 1575-1589, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600019>.

CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tânia. A pandemia da covid-19 e as migrações internacionais: impactos e desafios. **Migrações Internacionais e a Pandemia da Covid-19**, p. 373, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner Faria de. Os efeitos da pandemia de COVID19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 11–34, 2020. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/35907](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35907). Acesso em 18 de dezembro de 2021.

DUTRA, D. **Geografia da saúde no Brasil: arcabouço teórico-epistemológicos, temáticas e desafios**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). PPGGEO UFPR. Curitiba: Paraná, 2011.

FERNANDES, D. M. *et al.* **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil: resultados de pesquisa**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População—Elza Berquóll–Nepe/Unicamp, 2020. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/\\_impactospandemia.php](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_impactospandemia.php). Acesso em 18 de dezembro de 2021.

FERNANDES, Valcler Rangel *et al.* **Desnaturalizar as “endemias” de estimação: mobilização em contextos das arboviroses no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 1-20. 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26222>. Acesso em 29 de outubro de 2021.

Folha informativa sobre COVID-19. **OPAS**, 2021. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. **Editora Atlas SA**, 2008. GUIMARÃES, R. B.; PICKENHAYN, J. A.; LIMA, S. C. Geografia e saúde: sem fronteiras. In: **Geografia e saúde sem fronteiras**. Uberlândia: Assis, 2014.

GOMES, Marcela Andrade. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia e saúde coletiva no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 25, p. 869-879, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016167769>.

JORDÃO, Roziane da Silva; SILVA, Sidney Antônio da. Coronavírus e interdição da mobilidade em tempos de crise: impactos da Covid-19 para os projetos migratórios de haitianos no Brasil. **Cadernos de Campo**, v. 29, p. 75-84, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp75-84>.

LIMA, Sonia Oliveira *et al.* Impactos no comportamento e na saúde mental de grupos vulneráveis em época de enfrentamento da infecção COVID-19: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 46, p. e4006-e4006, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e4006.2020>.

LIMA, Cássio Francisco; FERNANDES, Duval Magalhães; SILVA, Filipe Rezende. Imigrantes africanos no Brasil, origem e destino: notas preliminares. **Anais**, p. 1-18, 2017

MARTIN, D.; GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 27, n. 1, p. 26-36, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170870>

MENDONÇA, Francisco; DE ARAÚJO, Wiviany Mattozo; FOGAÇA, Thiago Kich. A geografia da saúde no Brasil: Estado da arte e alguns desafios. **Investigaciones Geográficas**, n. 48, p. 41-52, 2014.

MOHER, David; STEWART, Lesley; SHEKELLE, Paul. All in the family: systematic reviews, rapid reviews, scoping reviews, realist reviews, and more. 2015. **Systematic Reviews**, vol. 4, no. 168.

NIWA, Luciana Mitsue Sakano *et al.* Contexto dos imigrantes na pandemia e suas implicações para a pessoa idosa: Brasil e México. **Enfermagem gerontológica no cuidado do idoso em tempos da COVID 19**. Brasília, DF: Editora ABen; 2021. 171 p. (Serie Enfermagem e Pandemias, 5). DOI: <https://doi.org/10.51234/aben.21.e05.c13>.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estud. av.** v. 20, n. 57. São Paulo. 2006.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino. **Anais**, p. 1-13, 2016.

PEITER, Paulo Cesar. **A geografia da saúde na faixa de fronteira continental do Brasil na passagem do milênio**. Tese (Doutorado em Geografia). IGEO/PPGG UFRJ. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

RODRIGUES, Igor de Assis; CAVALCANTE, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300306>

SILVA, Pedro Henrique Isaac. O mundo do trabalho e a pandemia de covid-19: um olhar sobre o setor informal. **Caderno de Administração**, v. 28, p. 66-70, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53586> . Acesso em 19 de dezembro de 2021.

SOUZA, Jeane Barros de *et al.* Pandemia e imigração: famílias haitianas no enfrentamento da COVID-19 no Brasil. **Escola Anna Nery**, v. 24, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0242\\_](https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0242_).

TELES, Barbara Caramuru. Palestinos migrantes e refugiados e o fechamento de fronteiras na pandemia COVID-19. **Cadernos De Campo** (São Paulo 1991), v. 29, n. supl, p. 278-288, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp278-288> .

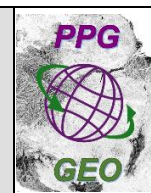
UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. A geopolítica do coronavírus em tempos de incertezas. **Revista Diálogos Internacionais**, v. 7, n. 70, 2020.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins Almeida. A oleada venezuelana: acolhimento de migrantes e pandemia em Manaus. **Cadernos de Campo**, v. 29, p. 94-104, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp94-104>.

WHO, World Health Organization. **Health of Migrants - Resetting the Agenda**. Report of the 2nd Global Consultation. Colombo - Sri Lanka, 2017. Disponível em: <https://migrationhealthresearch.iom.int/health-migrants-resetting-agenda-report-2nd-global-consultation-colombo-sri-lanka-21-23-february-13>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

WHO, World Health Organization. Naming the coronavirus disease (COVID-19) and the virus that causes it. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 2, n. 3, 2020. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/173>. Acesso em 18 de dezembro de 2021.





## OS IMPACTOS DO TRABALHO NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA

Markfran Silva de Gouveia<sup>1</sup>; Karina Furini da Ponte<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8046-4256>; <https://orcid.org/0000-0002-5780-6449>

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre, Acre, Brasil; <sup>2</sup> Professora dos cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre Rio Branco, Acre, Brasil.

\* [markfran.gouveia@ufac.br](mailto:markfran.gouveia@ufac.br)

Recebido em: 18/08/2022; Aceito em: 25/10/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-6>

### RESUMO

Este artigo objetiva discutir, de forma crítica, os impactos do trabalho na formação dos espaços geográficos, considerando a macroestrutura do sistema capitalista. A escolha se justifica no entendimento que o homem desde o início de sua história socializada buscou adaptar o espaço às suas necessidades através das relações de trabalho, as quais ora se deram de modo comunal, ora de modo escravocrata e outras tantas de modo assalariado. Partindo desses pressupostos, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, por meio de uma revisão de literatura, que findou na seleção de livros, artigos, monografias, dissertações e teses envolvendo a temática. Concluiu-se que é por vias do trabalho que ocorre a humanização do homem e a modificação da natureza, mas que, na era globalizada, sob a égide do capital financeiro, esse pilar estruturante da sociedade adquiriu característica contemporâneas específicas, tornando-se condição indispensável para a acumulação de capital, mediante a expropriação dos direitos sociais da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Espaço geográfico; Trabalho; Capitalismo.

### *THE IMPACT OF WORK ON THE CONSTITUTION OF SOCIAL SPACE IN A CAPITALIST SOCIETY*

### ABSTRACT

This study aims to critically discuss the impacts of changes in the way work is constituted in the formation of social spaces, considering the macro structure of the capitalist system. The choice is justified in the understanding that man from the beginning of his socialized history sought to adapt the space to his needs through work relationships, which sometimes took place in a communal way, sometimes in a slave-like way and others in a salaried way. Based on these assumptions, a dialectical, bibliographical, qualitative research was developed, through a literature review, which ended in the selection of books, articles, monographs, dissertations and theses involving the theme. It was concluded that it is through work that the humanization of man and the modification of nature occur, but that, in recent years, under the aegis of capital, this structuring pillar of society has acquired specific modern characteristics, becoming an indispensable condition for the accumulation of capital, through the expropriation of the social rights of the working class.

**Keywords:** Social Space; Job; Production system.

## ***EL IMPACTO DEL TRABAJO EN LA CONSTITUCIÓN DEL ESPACIO SOCIAL EN UNA SOCIEDAD CAPITALISTA***

### ***RESUMEN***

Este estudio tiene como objetivo discutir críticamente los impactos de los cambios en la forma en que se constituye el trabajo en la formación de espacios sociales, considerando la macroestructura del sistema capitalista. La elección se justifica en el entendido de que el hombre desde el inicio de su historia socializada buscó adecuar el espacio a sus necesidades a través de relaciones de trabajo, que unas veces se daban de forma comunal, otras de forma esclava y otras de forma asalariada. Con base en estos presupuestos, se desarrolló una investigación dialéctica, bibliográfica, cualitativa, a través de una revisión bibliográfica, que terminó en la selección de libros, artículos, monografías, disertaciones y tesis que involucran el tema. Se concluyó que es a través del trabajo que ocurre la humanización del hombre y la modificación de la naturaleza, pero que, en los últimos años, bajo la égida del capital, este pilar estructurante de la sociedad ha adquirido características modernas específicas, convirtiéndose en una condición indispensable para la acumulación de capital, mediante la expropiación de los derechos sociales de la clase obrera.

**Palabras clave:** Espacio Social; Trabajo; Sistema de producción.

### **1. INTRODUÇÃO**

O artigo que se apresenta tem a finalidade de discutir, sob um viés crítico, os impactos das relações de trabalho, ao longo da história, na transformação do espaço das sociedades. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica com fito a explorar os aspectos inerentes a (re)produção do espaço mediado pelo trabalho, ou seja, o trabalho a partir de sua forma ontológica de mediação sociedade/natureza e, posteriormente, concreta com o trabalho assalariado, abstrato e assim, alheio ao sujeito e criador de valor de troca.

A percepção do espaço geográfico enquanto social ocorreu de forma intencional neste trabalho, pois partimos do pressuposto que ambos se fundam e se complementam no estudo das relações humana no contexto de uma sociedade capitalista. Todavia, essa reunião conceitual não é aleatória, dar-se-á ancorada em referenciais que possibilitam esse movimento, dos quais destacamos Santos (1988, 2007, 2008), Lefebvre (2006), Carlos e Rosini (1983) e Camacho (2010).

O alinhamento da geografia com o marxismo pode ser traduzido na análise de três grandes categorias: o natureza, o trabalho e o homem (MOREIRA, 2004). Assim, ancorado no referencial marxista adotado, o espaço pode ser abertamente definido como a transformação da natureza pela ação e produção do homem, através do trabalho, de objetos materiais e não materiais.

Especificamente, para conceituar o espaço geográfico, adotou-se, primeiramente, o entendimento de Oliveira *et al.* (1994) e, na sequência, Santos (1988, 2007, 2008). Assim, é

possível compreender o espaço como a totalidade que envolve a sociedade e a natureza, portanto, é naturalmente social. Para Santos (1988), na verdade, espaço é um conglomerado de objetos e de relações. As relações existem devido a esses objetos e os objetos, por sua vez, concretizam essas relações.

Oliveira *et al.* (1994) afirma que o estudo que busca a interpretação da produção do espaço em uma sociedade capitalista deve considerar primordialmente as categorias desse modelo de produção, quais sejam: as desigualdades sociais; as contradições; a luta de classes e a precarização do trabalho.

As categorias ditas por Oliveira *et al.* (1994) no que tange ao espaço geográfico são inerentes às sociedades capitalistas periféricas, como a sociedade brasileira. No caso do Brasil, especificamente, o modo de produção capitalista se fortalece nas cisões entre as classes, na perpetuação das mazelas sociais enraizadas desde a colonização e na manutenção de exército de reserva para subjugar o trabalhador a uma condição de alienação e precarização da sua força de trabalho (ANTUNES, 2015).

O trabalho, nesse contexto, pode ser considerado como uma categoria central tanto para a produção de bens de consumo necessários à existência humana, quanto para a acumulação de capital. Através dessa dinâmica o homem se humaniza e transforma a natureza na medida que extrai dela os materiais indispensáveis à sua sobrevivência (SAVIANI, 2007). Em outros termos, o trabalho é o elemento responsável por produzir todas as riquezas existentes nas sociedades, mediante um processo de criação e atribuição de valor às mercadorias desenvolvidas a partir da transformação da natureza.

Correlacionado ao exposto, tem-se no cerne das relações de trabalho a produção do espaço geográfico. Isso porque é por meio dessas relações de produção que as sociedades e, conseqüentemente, os espaços foram formados. Por isso, é válido destacar que esse entrelace entre a história dos homens e a história da natureza se perpetua desde os primeiros registros da humanidade na Terra (MOREIRA, 1985).

Portanto, considerando os aspectos supracitados, é possível afirmar que o trabalho assume o conceito chave e um papel relevante nas pesquisas que buscam analisar, de forma crítica, o espaço geográfico. Sobretudo, nos estudos que objetivam explorar as nuances do processo de constituição do espaço geográfico a partir da apreciação das relações de produção em uma sociedade capitalista.

Assim sendo, primeiramente, são apresentados os materiais e métodos empregados. Na sequência, o estudo se dedica a aprofundar os conceitos de espaço, de modo a viabilizar a aglutinação dos conceitos na seção de resultados e discussões. Na sequência, desenvolve-se a percepção do trabalho como conceito chave na construção dos espaços e, por fim, temos uma seção voltada à análise das implicações da precarização do trabalho na constituição desses espaços.

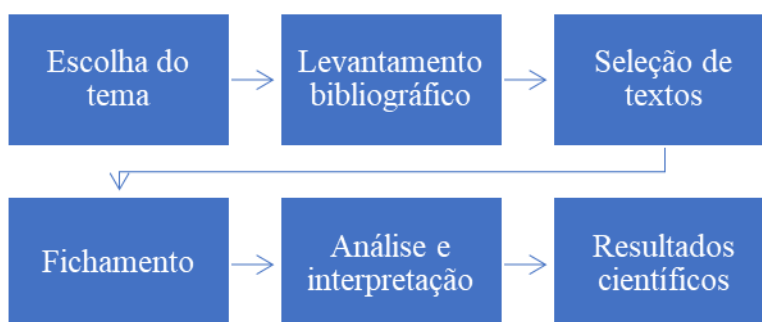
## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização desta análise foi adotado o método dialético, com abordagem qualitativa a partir das concepções de Minayo (2014) e Marconi e Lakatos (2021). Justifica-se a escolha metodológica no entendimento que essa vertente possibilita uma melhor compreensão acerca das contradições presentes nas relações sociais e, por conseguinte, no modo de produção da existência humana. Além disso, a pesquisa científica, por esse viés, é concebida enquanto um instrumento de conhecimento da realidade em todas as suas dimensões, mediante um processo dinâmico e dialético.

Quanto às técnicas de coleta e interpretação de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, ancorada em Fernandes; Freitas e Lobão (2021). Os autores ressaltam a importância da análise bibliográfica para a produção científica, uma vez que os estudos já publicados fornecem subsídios fundamentais para o direcionamento de um novo viés científico, sendo o ponto de partida inerente a qualquer pesquisa.

Assim sendo, apresentamos o desenho metodológico da coleta e interpretação de dados, elaborado a partir dos ensinamentos de Fernandes; Freitas e Lobão (2021):

**Figura 1** – Etapas da pesquisa bibliográfica



**Fonte:** Adaptado de Fernandes; Freitas e Lobão (2021).

Seguindo o referencial, a coleta de dados foi iniciada com a escolha do tema e o delineamento dos assuntos que seriam abordados na pesquisa. Em seguida, foi realizada a seleção dos materiais – etapa que os autores denominam de Levantamento bibliográfico. Nesse momento, foi utilizado o buscador Google Acadêmico para as fontes contemporâneas, ao passo que os autores e referenciais clássicos foram obtidos por via de coleta direta.

Cumpridas as duas etapas anteriores, passou-se à seleção dos textos – momento em que foram escolhidas as obras que farão parte do referencial teórico e metodológico do trabalho. Essa seleção levou em consideração o ano de publicação, a proximidade temática do texto com o referencial adotado neste artigo e a metodologia utilizada na sua construção. De posse das obras selecionadas, iniciou-se o fichamento do material.

Por fim, na última etapa ocorreu a análise e interpretação dos dados, mediante uma abordagem crítica de todo material bibliográfico selecionado, visto que havia a necessidade de compreender e extrair as ideias centrais de cada obra, com fito ao desenvolvimento da produção escrita.

### **3. BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ESPAÇO**

Adotou-se, como introdutoriamente apresentado Santos (1988, 2007, 2008), Lefebvre (2006), Carlos e Rosini (1983) e Camacho (2010). A partir desse referencial, o espaço geográfico pode ser compreendido como um conjunto de sistemas de ações e de objetos indissociáveis. Esse, portanto, funda-se mediante a apropriação, pelo homem, dos elementos da natureza, através do trabalho e das relações contraditórias e desiguais estabelecidas cotidianamente. Em Santos (1988, p. 25, grifo nosso)

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. **O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.**

Esses objetos e relações se dão na forma de sistemas, o sistema de objetos e o de ação. Veja que para ele, diferente de outros autores como, esses sistemas complementam-se e são simultaneamente importantes para a concepção do espaço geográfico:

As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há,

em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado. Admitir a "existência" do espaço não é ser "geodeterminista", como na crítica de Werlen (p. 6). Pois o valor do espaço não é independente das ações que ele é susceptível de acolher. (SANTOS, 2008, p. 56)

Assim, o autor define o espaço como:

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

A dinamicidade se faz extremamente presente no pensamento de Santos (2008) em razão dos seus estudos debruçarem-se sobre o espaço na sua vertente globalizada. Inclusive, nesse novo contexto social, diz haver os espaços de comando e os espaços de obediência. Nas suas palavras, “[...] os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer. O espaço global é oriundo de todos os objetos e fluxos” (SANTOS, 2008, p. 101).

Nesse contexto, o espaço geográfico expressa-se como um produto do processo histórico-social, pois o homem ocupa e transforma a natureza para construir sua moradia, por meio do desenvolvimento de técnicas de produção melhoradas ao longo dos tempos (ABRÃO, 2010). Nessa medida, a partir da abordagem da autora, é possível inferir que o espaço social é criado através da modificação e intervenção no espaço geográfico primário.

Esse espaço social, segundo Santos (2007), é intimamente semelhante ao mercado, já que ambos são produtos do trabalho humano.

O espaço tem muito de parecido com o mercado. Ambos, por meio do trabalho de todos, contribuem para a construção de uma contrafinalidade que a todos contém funcionalmente e, malgrado eles, os define. Mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualadoras, na medida em que são, ambos, criadores de raridade. E como "o mercado é cego", para os fins intrínsecos das coisas, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens. Daí a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e o espaço. (SANTOS, 2007, p. 80).

Frente aos fatos descritos, pode-se considerar que o homem é o principal agente transformador do espaço natural, visto que os demais seres, mesmo utilizando a natureza como

fonte de recursos para sua sobrevivência, fazem-no mediante um processo de adaptação natural (SAVIANI, 1994; SANTOS, 2007, 2008). Partindo desse entendimento, é possível dizer que o modo como o homem produz sua existência determina como será o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, do espaço geográfico e social.

Para a conceituação do espaço social, é válido, ainda, trazermos o dito por Lefebvre (2006). Por esse referencial, é possível perceber o espaço social enquanto um produto das relações sociais em um contexto social determinado e específico. Então, sua existência não pode ser considerada universal, haja vista que, por ser um produto socialmente produzido, somente pode ser compreendido se consideradas as especificidades da sociedade na qual está (ou foi) constituído.

Mendes e Donato (2003) o complementam, dado que também defendem a ideia de que o espaço é formado a partir de um processo histórico, em decorrência das ações humanas. Para as autoras, o espaço não pode ser considerado pronto ou estático, pois, ao mesmo tempo resulta da dinâmica social e a tem como condição indispensável para sua ocorrência.

É sob essas perspectivas de espaço como produto da relação sociedade/natureza mediado pelo trabalho através de uma ação dinâmica ao longo dos tempos que este estudo se ancora. Não obstante, antes de passarmos a abordar as questões relacionadas à dinâmica dos processos de produção e, por conseguinte, as prerrogativas inerentes à vida em sociedade, dentre as quais, tem-se como exemplo macro os desdobramentos das relações de trabalho; é imprescindível delinear os materiais e métodos.

#### **4. O TRABALHO COMO CONCEITO CHAVE NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS GEOGRÁFICO E SOCIAL**

Como já fora abordado anteriormente, desde os primórdios das civilizações, os homens, para sobreviver, retiram da natureza os materiais necessários à sua subsistência e nesse processo vão paulatinamente modificando o ambiente natural de acordo com as relações e os sistemas que regulam a sociedade vigente e a vida cotidiana. A esse ato de retirar da natureza os recursos para a sobrevivência, ancorados em Saviani (1994), dá-se o nome de trabalho.

Para a corrente marxista, essa natureza que viabiliza o trabalho e a construção do espaço, é, antes de qualquer outra característica, ontológica e adquire o seu sentido econômico traduzido na figura do valor-de-uso e valor-de-troca (MOREIRA, 2004). Coadunando este conceito ao geográfico, tem-se que:

A natureza é vista como fonte de riqueza seja na geografia e seja no marxismo corrente. A geografia se limita a este horizonte. O marxismo, entretanto, transborda o sentido econômico para o ontológico, e não só do homem. A riqueza pode ser concebida como tudo quanto satisfaça às necessidades e desejos de constituição da vida dos homens em sociedade. Tem um sentido de mundanidade, de um ser-estar-da-natureza-no-mundo enquanto uma infinidade de valores-de-uso que substancializa o metabolismo do trabalho personificado na presença do homem. Vista no plano restrito da vida prática do "oikos", a natureza é assim o pressuposto da conversão dos valores-de-uso em valores-de-troca na economia de mercado. É essa fronteira da natureza e da riqueza com o valor-de-uso com que o homem prático a vê, a origem da transliteração da natureza para o sentido econômico mais puro de um arsenal-de-recursos-naturais, que a geografia vai retirar da economia vulgar. E uma certa vulgarização econômica do marxismo a acompanha. Já a leitura pura e simples da riqueza e da natureza como valor de sentido mercantil é de extração recente na história, fruto do nascimento da economia política que acompanha o nascimento da economia de mercado moderna, como analisada por Foucault (FOUCAULT, 1985 e 1986). Vê-se, num e noutro caso, que riqueza é um conceito histórico, sendo uma coisa nas sociedades centradas na economia do mercado e outra nas sociedades que incluem as trocas em seus movimentos, mas sem concentração de suas estruturas e movimentos nela (CORDEIRO, 1995). No que a acompanha o conceito de natureza. É este sentido comum o que segue a geografia e compartilha o marxismo economicizado de extração recente. (MOREIRA, 2004, p. 24)

O trabalho é a gênese da utilização desta natureza-riqueza. Isso porque, “no marxismo a natureza converte-se em valor no momento do metabolismo do trabalho. De modo que diante do trabalho, encontram-se as duas fontes do valor-de-uso: a natural e a social” (MOREIRA, 2004, p. 24).

Há, então, na organização geográfica das sociedades, duas formas de metabolismo: o metabolismo do trabalho realizado no sentido do valor-de-uso e o metabolismo do trabalho realizado no sentido do valor-de-troca. A primeira tem o caráter geral das realidades abstratas. A segunda, do real-concreto. Na primeira o metabolismo explicita-se como uma relação de realização do homem como homem através do trabalho. Na segunda, como de alienação do homem pelo homem através da alienação do trabalho. Ambas se organizam em paisagem e espaço. (MOREIRA, 2004, p. 26)

Portanto, é o trabalho que estabelece as relações do homem com a natureza, com o espaço e com a sociedade, sendo o elemento central na promoção da sua humanidade, “[...] ou seja, o ser humano ao sentir fome, sede e frio passa a intervir na natureza a fim de suprir essas necessidades” (CAMACHO, 2010 p. 79). E, ao fazer isso, o homem intervém nas cadeias naturais, em geral, desalinhando os espaços e os recursos naturais. Assim, o espaço vai se (re)produzindo mediado pelo trabalho dos homens e mulheres a fim de satisfazer suas necessidades básicas através dos diferentes momentos históricos da humanidade.



Nas primeiras civilizações, as chamadas pré-históricas, os seres humanos tinham formas de intervir na natureza diferente do homem contemporâneo, principalmente porque eram nômades. Eles praticavam o que hoje é conhecido como comunismo primitivo e tinham a terra como fonte de e para a produção de riquezas (SAVIANI, 1994). Leontiev (1978) esclarece que nas comunidades primitivas o processo de produção não distinguia os homens, pois se dava de forma coletiva, colocando-os na mesma posição social, isto é, era uma forma social comunal, a qual é percebido, segundo Engels (2019), como um comunismo primitivo – em suas exatas palavras, comunidades domésticas comunistas.

Ademais, no modelo de comunismo primitivo, o resultado do processo de produção adquiria um sentido social, haja vista que “[...] o que resultava da produção era refletido nos planos individual e coletivo [...]” (GONÇALVES; JIMENEZ, 2013, p. 7). Primeiramente, porque naquela relação não havia exploração do homem pelo próprio homem e, segundo, porque os bens produzidos eram compartilhados por todos de maneira paritária (ENGELS, 2019).

Esse comunismo primitivo foi, aos poucos, conforme as sociedades seguiam o fluxo histórico conhecido, decompondo-se. Engels (2019) destaca como fator determinante para a modificação do regime visto outrora o início da domesticação de animais, que substituiu a caça pela criação.

Desse primeiro marco de domesticação, desenvolveram-se os demais ramos de produção e de percepção da natureza, o que deu origem à uma divisão do trabalho, o qual, por sua vez, é a base da primeira grande divisão social. Segundo o autor:

O aumento da produção em todos os ramos – pecuária, agricultura, manufatura doméstica – conferiu à força de trabalho humana a capacidade de gerar uma produção maior do que o exigido para o seu sustento. Ao mesmo tempo, ela aumentou a quantidade diária de trabalho que cabia a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família individual. A inclusão de novas forças de trabalho se tornou desejável. A guerra as forneceu: os prisioneiros de guerra eram convertidos em escravos. A primeira grande divisão social do trabalho que ocorreu com o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, da riqueza e com a ampliação do campo de produção, levou obrigatoriamente à escravidão, nas condições históricas globais dadas. Da primeira grande divisão social do trabalho originou-se a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, espoliadores e espoliados (ENGELS, 2019, p. 218).

Isto é, o trabalho, o espaço e as classe sociais são indissociáveis entre si. A partir do momento em que se altera um, altera-se também os demais meios. Essa nova sociedade escravagista é a gênese do trabalho em sua forma precarizada, pois a sociedade se desenvolverá

a partir da exploração da mão-de-obra humana da maneira tão barata quanto possível aos moldes da sociedade vigente, condicionando o acúmulo exacerbado de capital de uns ao sofrimento de outros tantos.

Neste período, chegamos à era chamada de Antiguidade. Nesta, segundo Engels (2019), a cidade dominava o campo. Podemos citar como exemplo de grandes cidades antigas, a Palestina, Esparta, Atenas, a própria Grécia e Roma. Beer (1944), no entanto, destaca que já nessas sociedades havia lutas de classes no intento de desconstituir, principalmente, o regime escravagista.

Posteriormente, seguindo a linha do tempo da humanidade, chega-se à Idade Média e com ela o modelo de produção feudal. Nesse período histórico persiste a concepção da terra como principal meio de geração de renda, uma vez que a agricultura passou a ser a forma econômica dominante e a terra comunal a base de sustentação deste período. (SAVIANI, 1994).

Cabe destacar que, embora houvesse pequenos núcleos urbanos formados – normalmente, nos burgos –, esses eram subordinados às grandes potências agrárias (SAVIANI, 1994). Engels (2019), destaca que a economia feudal foi uma inversão do movimento visto anteriormente, passando o campo a dominar a cidade. Nessas cidades medievais, o meio econômico que predominava era o artesanato, praticado, em sua maioria, por grupos familiares. Esses grupos, outrossim, deram início a noção de industrialização, pois montavam pequenas fábricas rudimentares para produzir instrumentos artesanais destinados às necessidades agrícolas (VIEIRA, 2009).

Algum tempo mais tarde, essas fábricas de artesanato rudimentares se transformaram em pequenas corporações de ofícios, que, com o modelo de produção feudal, passaram a desenvolver atividades mercantis concentradas nos modestos núcleos urbanos. Esses, por sua vez, foram se desenvolvendo e fortaleceram as cidades, dando origem a um novo grupo social que se consolidou por meio das atividades ligadas ao comércio de mercadorias (SAVIANI, 1994).

Esse fortalecimento da economia das cidades originou, então, uma terceira classe de trabalho. Segundo Engel (2019, p. 225):

A civilização consolida e intensifica todas essas divisões do trabalho, principalmente pela exacerbação do antagonismo entre cidade e campo [...] e acrescenta uma terceira divisão do trabalho, bem própria dela, de importância decisiva: ela gera uma classe que não se ocupa mais da produção, mas só da troca dos produtos – os comerciantes. Todas as iniciativas anteriores de formação de classes ainda estavam relacionadas exclusivamente com a

produção; essas dividiam as pessoas que participavam da produção em líderes e executores ou então em produtores em grande escala e produtores em pequena escala.

Temos, então, na Idade Média, duas organizações espaciais – o campo e a cidade. As cidades, na Idade Média, chamadas por Sposito (1988) de “aglomerados”, podem ser divididas em duas principais: as episcopais e os burgos. As primeiras eram o núcleo de administração eclesiástica, com papel economicamente quase nulo, nas palavras da autora e, por isso, no contexto deste artigo, não será aprofundado. As segundas eram habitadas pelos comerciantes – por isso, ficaram conhecidos como burgueses.

Sposito (1988, p. 28) assim caracteriza os burgos:

Os burgos, pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, eram construídos sob as ordens dos senhores ou príncipes feudais, com o objetivo de servir de refúgio a eles e seus servos, e armazenamento de animais e alimentos, em caso de perigo. Abrigavam também, geralmente, uma igreja. [...]. As ‘cidades’ medievais, de acordo com Mumford, tendiam à forma arredondada, eram limitadas, concreta e psicologicamente pela muralha, marcadas por planos irregulares, cujas vias principais apontadas para o núcleo central, dificilmente chegavam até ele. O núcleo central onde se encontravam as praças abertas (usadas para os mercados eventuais) e as construções religiosas e públicas era alcançado por caminhos estreitos e tortuosos. Esta caracterização das “cidades” medievais é própria do período de nítida predominância do modo de produção feudal.

Essa fortificação decorre do caráter da memória de guerras iniciadas na Antiguidade narrada por Engels (2019). Portanto, as guerras não só subsidiaram a aquisição de novas terras e de mão-de-obra escrava, implicou numa modificação das estruturas do espaço.

Aos poucos, então, os burgueses se tornaram a elite dominante, pois passaram a investir na produção de determinados bens de consumo e, com isso, tornaram-se os proprietários dos meios de produção de produtos indispensáveis à vida cotidiana, o que viabilizou o acúmulo de capital. Conseqüentemente, com a riqueza passando a se concentrar nos núcleos urbanos, iniciou-se um processo de deslocamento da agricultura para o comércio como principal fonte patrimonial e depois para a indústria (SAVIANI, 1994). Nesse sentido, pertinente é a afirmação seguinte:

Surge, então, pela primeira vez, uma classe que, sem ter qualquer participação na produção, conquista a liderança da produção como um todo e em grande escala e submete economicamente os produtores; que faz de si mesma a mediadora incontornável entre dois produtores e espolia a ambos. Pretextando aliviar o produtor do esforço e do risco da troca, expandir a venda de seus produtos para mercados distantes e, desse modo, tornar-se a classe mais útil a população, toma forma uma classe de parasitas sociais, autênticos animais vivendo à custa de outros, que, como recompensa por trabalhos de fato pouco

expressivos, ficam com o filé da produção nacional e estrangeira, acumulando rapidamente enormes riquezas e a correspondente influência social e, justamente por isso, durante o período da civilização, recebendo honrarias sempre renovadas e dominando cada vez mais a produção, até que ela mesma, por fim, traz à tona seu próprio produto – as crises comerciais periódicas (ENGELS, 2019, p. 225).

Portanto, por Engels (2019) e Saviani (1994), é certo afirmar que esse movimento foi determinante para o surgimento do capitalismo como modelo de produção e acumulação de capital, bem como inaugurou uma nova ordem social – a Idade Moderna. Por conseguinte, o fortalecimento do capitalismo corroborou para uma inversão nas relações sociais em comparação à Idade Média. Sobre esse ponto, assim se expressa o segundo autor:

Neste sentido, diferentemente da Idade Média onde era a cidade que se subordinava ao campo, a indústria à agricultura, na época moderna, inverte-se a relação e é o campo que se subordina à cidade; é a agricultura que se subordina à indústria. Por isso, na sociedade capitalista, a agricultura tende a assumir cada vez mais a forma da indústria, tende a se mecanizar e adotar formas industriais e a se desenvolver segundo determinados insumos, insumos esses que são produzidos segundo a forma industrial. De outro lado, dado que a indústria é a base do desenvolvimento das cidades, a sociedade moderna vai se caracterizar pela subordinação do campo à cidade ou, dizendo de outra maneira, por uma crescente urbanização do campo. O próprio campo passa a ser regido por relações do tipo urbano. (SAVIANI, 1994, p. 154).

Outrossim, se o modo de produção da existência humana é correlato ao ato de produção do espaço, faz-se necessário analisar esses processos no sentido histórico e social, considerando as relações que determinam a superestrutura do modo de produção em questão. No caso das sociedades pós capitalismo, para compreender os desdobramentos desses aspectos na constituição dos espaços, é preciso refletir acerca dos aspectos políticos, ideológicos, jurídicos e religiosos que determinam a formação da sociedade a qual esse modo de produção pertence.

Moreira (2004, p. 26-27) explica que:

Pode-se, assim, também fazer uma distinção processual do metabolismo do trabalho em um metabolismo ambiental e um metabolismo espacial, numa concepção em que podem mostrar-se uma só unidade ou uma dualidade dicotômica, a depender do caráter social da sociedade. Numa sociedade técnica ambientalmente ambientada, são elas duas faces de um só metabolismo do trabalho, que se expressam então num mesmo visual da paisagem; mas nas sociedades técnicas ambientalmente desambientadas, viram dois movimentos que se mostram dicotômicos, dando na duplicidade histórica das paisagens naturais e paisagens humanizadas dos geógrafos de ontem, ou na paisagem da primeira natureza e paisagem da segunda natureza, ou paisagens naturais e paisagens socialmente produzidas, dos ensaios da renovação dos anos setenta, de certo modo igualmente dicotômicas quanto ao metabolismo dinâmico do trabalho.

Além disso, é essencial refletir sobre o modo como a população produtora da força de trabalho passa a produzir os bens de consumo da sociedade e como esse trabalho é organizado. Ressalta-se, sobretudo, que a mesma população produtora é também consumidora dos bens produzidos. Todavia esse processo ocorre de maneira desigual, haja vista que a produção é coletiva, mas o consumo é privado, mostrando-se essa como uma das mais duras facetadas da mais-valia marxista (CARLOS; ROSSINI, 1983).

Segundo as autoras, essa contradição provoca um desequilíbrio na ocupação dos espaços geográficos, que pode ser facilmente percebida nas paisagens urbanas – de um lado se visualiza a construção de prédios luxuosos e de outro aglomerado de favelas. Esse fenômeno é provocado pela alienação no processo de produção, pois o trabalhador usufrui de forma desigual dos bens oriundos do seu trabalho, isto é, da apropriação dos espaços, como também dos produtos/mercadorias.

Santos (2007) defende, ainda, que a ocupação e modificações dos espaços em decorrência do trabalho é uma característica tanto de quem vende quanto de quem compra a força de trabalho.

Indivíduos que disponham de uma soma de capital, formação cultural e capacidade física equivalente, ocupados num mesmo tipo de atividade - para não falar senão dessas qualidades comuns - são, sem embargo, dotados de possibilidades efetivas sensivelmente desiguais, conforme os diferentes pontos do espaço em que se localizem. Isto se aplica tanto aos que vivem da venda de sua força de trabalho como aos que comprem esse trabalho, vale dizer, os empresários. Se a cidade grande, sob inúmeros aspectos, é muito mais atraente, para muitos é preferível instalar-se no campo, e não na cidade, ou então numa cidade média, em vez de numa cidade grande. A escolha pode ser de natureza extra-econômica, como no caso de escritores e artistas em busca de inspiração. (SANTOS, 2007, p. 108).

Salienta, na sequência, que isso também se aplica aos subempregos e trabalhos temporários, que, ainda que com ânimo não permanente, ocupam e transformam os espaços:

Tal fenômeno, no entanto, não é exclusivo dos empresários e dos assalariados permanentes. Também os pobres, os subempregados ou os que trabalham ocasionalmente são recompensados em função de sua localização no espaço. O estudo da distribuição da pobreza no espaço supõe que se pesquise a razão pela qual indivíduos dotados das mesmas virtualidades, das mesmas capacidades potenciais, têm "valor" diferente segundo o lugar em que se encontram. (SANTOS, 2007, p. 109)

Noutro diapasão, Carlos (2015, p. 25) defende que “o espaço ganha, hoje, um sentido diverso dos momentos anteriores da história de sua produção [...]”, salientando que ele passa a

ter um novo papel diante da acumulação do capital em virtude do advento da relação global/local, isto é, da globalização, e da figura das metrópoles.

[...] a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo ‘um novo espaço’ sob a forma de ‘produto imobiliário’ que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora. Nesse sentido, estabelece-se um movimento de passagem da predominância/presença do capital industrial – produtor de mercadorias destinadas ao consumo individual (ou produtivo) – à preponderância do capital financeiro – que produz o espaço como mercadoria, como condição de sua realização. Nesse momento, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação (prioridade) das aplicações financeiras: da realização do ciclo industrial da mercadoria à produção do imobiliário (CARLOS, 2015, p. 26).

No capitalismo globalizado, a alienação excede o processo de produção e alcança a etapa do consumo. No capitalismo globalizado, o proletariado é quem mais é estimulado a consumir, surgindo aí a figura contemporânea do consumismo. Consumismo é consumir movida pela alienação. Nesse sentido, explica Santos:

A ideologia do consumo, mediante suas múltiplas aparências, está fortemente impregnada na população. Uma boa parcela do conteúdo dos movimentos sociais urbanos defende mais o consumidor que, mesmo, o cidadão. O direito à moradia se confunde com o direito de ser proprietário. Este termina imposto ideologicamente como o certo, como se fosse um objetivo do cidadão. A verdade, porém, é que ser dono de um terreno ou de uma casa nem mesmo assegura moradia estável. Os pobres que lutam desesperadamente para conquistar o direito à propriedade estão freqüentemente mudando, dentro da cidade; são verdadeiros migrantes intra-urbanos. Ser proprietário é um elemento essencial na ideologia do consumidor (SANTOS, 2007, p. 154).

O consumismo, por fim, é capaz de modificar as relações de trabalho. Basta observar a profissão mais contemporânea de todas – a de influenciar os outros a consumir. Portanto, por tudo o que aqui já fora exposto, também o é de alterar o espaço. As sociedades produzem cada vez mais todas as formas de lixo, o mercado varejista tem se expandido cada vez mais, uma rua com gigantescos telões com propagandas é entendida como um ponto turístico etc.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição realizada denota que o homem enquanto ser social é ontologicamente determinado pelas relações de produção de sua existência que promove em um determinado espaço e tempo. Tais relações constroem a essência humana ao passo que transformam o ambiente natural de acordo com as condições materiais dessa satisfação de suas necessidades.

O trabalho, nesse contexto, assume duas categorias centrais, quais sejam: a primeira, como elemento central da transformação do espaço geográfico, através da sua apropriação para produção de materiais de consumo (valor de uso); a segunda como trabalho abstrato em que predomina a produção de mercadorias (valor de troca).

É possível inferir que, historicamente, o homem para garantir sua sobrevivência se agrupou de diferentes formas, sempre se apropriando dos recursos naturais de forma desigual e por meio de relações de produção. Essencialmente a partir da Idade Média, essas relações provocaram dois grandes impactos: por um lado, divide a sociedade em duas macros classes: os donos dos meios de produção e os donos da força de trabalho; por outro promove um desequilíbrio na composição e apropriação dos espaços geográficos.

Em síntese, conclui-se que, embora os modelos de produção tenham se modificado, a organização estrutural da sociedade se manteve até os dias atuais. Isto é, o processo de produção do espaço é na verdade um processo de trabalho, no qual a divisão do trabalho cria e transforma uma diversidade de espaços. Esses, por sua vez, surgem com intensidade desigual provocando o estabelecimento de uma sociedade fragmentada, em virtude do controle exercido pelo capital.

Ainda, é possível arrematar, a partir dos fatos descritos, que o resultado desse modelo de produção capitalista reflete, principalmente, na exploração e precarização do trabalho; na expropriação da população, que só dispõem da sua força de trabalho para sobreviver; e na apropriação desproporcional dos espaços e dos produtos, desencadeada pela desigualdade econômica dele oriunda.

Assim sendo, é certo que o sentido originário do trabalho humano tem se tornado cada vez mais alienado e fragilizado frente a precarização da produção, imposta, de modo arbitrário, nos modelos de acumulação flexível presente nas sociedades capitalistas da atualidade. Esse modelo, desde o seu início com a industrialização, segrega os produtores daquilo que produzem, consolidando o que, nesta pesquisa, foi denominado como exploração do homem pelo próprio homem.

Dito de outra forma, por fim, as novas facetas do sistema capitalista têm intensificado a precariedade das condições de trabalho da classe produtora e demasiadamente estimulado o consumo. Este fato corrobora para uma exploração exacerbada da natureza, bem como deixa impresso no espaço as mazelas do capitalismo. E o espaço geográfico, enquanto inerente a esses processos, têm se transformado e se readaptado a nova realidade de maneira, ousa-se dizer, insustentável a longo prazo, pois está se (re)produzindo de forma desigual.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. Concepções de espaço geográfico e território. **Sociedade e Território**, [s.l.], v. 22, n. 01, p. 46-64, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3490>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264586001/552264586001.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BEER, Max. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. Rio de Janeiro: Calvino, 1944.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Revista Entre-Lugar**, Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 73-98, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/613>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ROSSINI, Rosa Ester. População e processo de estruturação do espaço geográfico. **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 7-18, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/47074/50795>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. **Crise urbana**, São Paulo, v. 1, p. 25-36, 2015. Disponível em: [http://img.travessa.com.br/capitulo/CONTEXTO/CRISE\\_URBANA-9788572448802.pdf](http://img.travessa.com.br/capitulo/CONTEXTO/CRISE_URBANA-9788572448802.pdf). Acesso em: 05 ago. 2022.

DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo *et al.* Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** 4. ed. São Paulo: Pinski, 1994. p. 135-144.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, Boitempo, 2019.

FERNANDES, Irismar; Freitas, Renata; Lobão Mario Sérgio. **Integração da Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos**: desafios, possibilidades e



vivências no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, Rio Branco, Acre, 2021. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11253593](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11253593). Acesso em: 15 jul. 2022.

FORDISMO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fordismo/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GONÇALVES, Ruth Maria de Paula; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Relações antagônicas entre sentido e significado do trabalho no capital: uma análise na perspectiva ontológica. **Psicologia & Sociedade**, Fortaleza, v. 25, p. 685-694, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4Vtg4gMNkSmvB9YHpTKfs8k/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2022.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. Disponível em: [https://www.academia.edu/22546933/O\\_developmento\\_do\\_psiquismo\\_Leontiev\\_Alexis](https://www.academia.edu/22546933/O_developmento_do_psiquismo_Leontiev_Alexis). Acesso em: 25 jul. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Disponível em: [https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri\\_lefevre-a-producao-do-espaco.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefevre-a-producao-do-espaco.pdf). Acesso em: 18 ago. 2022.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho em cooperativas de produção industrial. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MENDES, Rosilda; DONATO, Ausônia Favorito. Território: espaço social de construção de identidades e de políticas. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v. 4, n. 1, 2003. Disponível em: <http://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/114>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Ruy. Do espaço da mais valia absoluta ao espaço da mais valia relativa: os ordenamentos da geografia operária no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 45-68, 2011. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/425/402>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia: a Geograficidade e o diálogo das Ontologias. **GEOgraphia**, Fluminense, v. 6, n. 11, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13466/8666/52814>. Acesso em: 28 set. 2022.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. Organização nascente, pré-capitalismo e manufatura. **Revista Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 19-30, out./dez., 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/NfYpS8fn3gjBnxyN4RvzCbf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PIALARISSI, Renata. Precarização do trabalho. **Revista de Administração em Saúde**, São Paulo, v. 17, n. 66, 2017. Disponível em: <https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/11>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton; DE SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: SAVIANI, Dermeval et al. (orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

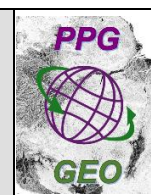
SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, Caxambu, v. 12, p. 152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SOARES, Marcos Antonio Tavares. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. São Paulo: UESB, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Geografia Contexto, 1988.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2022.



## A ÓTICA DA QUESTÃO AGRÁRIA SOB A PERSPECTIVA MUNDIAL E DO BRASIL

· lic. Marissanta Rodrigues da Silva  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2972-6123>

Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.  
[marissanta.Silva@sou.ufac.br](mailto:marissanta.Silva@sou.ufac.br)

Recebido em: 27/07/2022; Aceito em: 25/10/2022; Publicado em: 22/12/2022  
DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-7>

### RESUMO

O presente artigo apresenta os aspectos relacionados a ótica da questão agrária mundial e do Brasil. Além disso, apresenta a questão agrária na visão de José de Souza Martins, escritor e sociólogo brasileiro, graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1964), mestrado (1966) e doutorado (1970) em Sociologia pela Universidade de São Paulo. A metodologia aplicada foi por leituras e análises dos estudos de vários autores, com destaque para a visão de Martins sobre a questão agrária, bem como, apoiado nas aulas da disciplina de Agricultura e Capitalismo no Brasil, oferecida pela Universidade Federal do Acre, ministrada pelo professor doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ao qual fez referências e análises do processo agrário mundial e brasileiro. No contexto, observou-se a trajetória e a maneira como a questão agrária vem sendo formulada e reformulada de maneiras diferentes em diversas regiões mundiais, bem como vem ocorrendo na teoria e na prática as ações socioeconômicas envoltentes do mundo capitalista excludente. **Palavras-Chave:** A questão agrária no mundo; A questão agrária no Brasil; Visão de José de Souza Martins sobre a questão agrária.

### *THE VIEWPOINT OF THE AGRARIAN QUESTION FROM A WORLD AND BRAZILIAN PERSPECTIVE*

#### ABSTRACT

This article presents aspects related to the perspective of the world and Brazilian agrarian question. In addition, it presents the agrarian question from the point of view of José de Souza Martins, Brazilian writer and sociologist, graduated in Social Sciences from the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo (1964), master's degree (1966) and doctorate (1970) in Sociology from the University of São Paulo. The methodology applied was based on readings and analysis of studies by several authors, with emphasis on Martins' view on the agrarian issue, as well as supported by the classes of the discipline of Agriculture and Capitalism in Brazil, offered by the Federal University of Acre, taught by the Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, to whom he made references and analyzes of the world and Brazilian agrarian process. In the context, it was observed the trajectory and the way in which the agrarian question has been formulated and reformulated in different ways in different world

regions, as well as the socio-economic actions involving the excluding capitalist world have been occurring in theory and in practice.

**Keywords:** The Agrarian question in the world; The Agrarian Question in the Brazil; José de Souza Martins' view on the Agrarian question.

## ***EL PUNTO DE VISTA DE LA CUESTIÓN AGRÍCOLA DESDE UNA PERSPECTIVA MUNDIAL Y BRASILEÑA***

### ***RESUMEN***

Este artículo presenta aspectos relacionados con la perspectiva de la cuestión agraria mundial, la perspectiva de la cuestión agraria em Brasil, y finalmente presenta una visión de José de Souza Martins, Escritor y sociólogo brasileño, licenciado em Ciencias Sociales por la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo (1964), maestría (1966) y doctorado (1970) em Sociología por la Universidad de São Paulo, sobre la pregunta. La metodología aplicada de basó em lecturas y análisis de estudios de vários autores, com énfasis em la visión de Martins sobre la cuestión agraria, así como apoyada em las clases de la disciplina de Agricultura y Capitalismo em Brasil, ofrecida por la Universidad Federal de Acre, impartido por el profesor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a quien hizo referencias y análisis del mundo y del proceso agrário brasileño. En el contexto, observamos la trayectoria y como la cuestión agraria se ha formulado y reformulado de manera diferente em varias regiones del mundo, así como las acciones socioeconómicas que involucran a este mundo capitalista excluyentes e hanvenido sucedendo em la teoría y e em La práctica.

**Palabras clave:** La cuestión agraria em el mundo; La cuestión agrária em el Brasil; Visión de José de Souza Martins sobre la cuestión agraria.

## **1. INTRODUÇÃO**

Acerca das questões agrárias no mundo, iniciamos este artigo, realizando uma reflexão, a saber, de como a questão agrária se fez presente em vários países no mundo, e que ao longo dos tempos tem se intensificado em alguns países, incluindo o Brasil, com as lutas e contendas as quais tem permitido resultados negativos, onde vem ocorrendo conflitos de grandes dimensões, estes arrolados precisamente dentro do processo de reforma agrária, devido principalmente as causas geradoras das desigualdades sociais, acentuando-se as relações de exclusão e expropriação de terras.

O objetivo principal é propor uma compreensão, bem como, levantar questionamentos de como a questão agrária de maneira geral, tem sua fundamentação e desenvolvimento apoiado na expansão do modo capitalista de produção no campo que tem alavancado inúmeras questões socioeconômicas. Ainda nesse contexto, compreender a situação do camponês, homem simples e trabalhador, que realiza sua produção para a própria subsistência e de sua família.

Como metodologia, esse artigo foi apropriado através de leituras e análises dos estudos de alguns autores que buscam contextualizar a problemática do processo agrário mundial e no Brasil, com maior ênfase a visão do escritor e sociólogo Jose de Souza Martins e do Professor

doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, conforme aplicação e discussão em sala de aula na disciplina ministrada “Agricultura e Capitalismo na Amazônia” pela Universidade Federal do Acre.

No tocante a temática da questão agrária mundial, contextualizou-se a condição de serem camponeses, esses que busca organizar-se frente às inúmeras dificuldades junto a sua família num processo contínuo e sem perspectivas próprias de crescimento, por serem sufocados pelo poderio e dominação da expansão capitalista no campo.

E a saber, pelo termo camponês, Martins entende todo trabalhador não assalariado, que produz fundamentalmente para a subsistência própria e de membros da sua família, de cuja unidade de trabalho se vale para isso. Compreende diferentes categorias sociais, que vão desde pequenos proprietários e pequenos arrendatários até parceiros, colonos e posseiros, a maioria não possui terra suficiente para trabalhar. Produto da expansão capitalista, o camponês está à margem dela, e só se conecta a ela via mercado, por meio do escoamento do excedente do trabalho, momento em que é extorquido e, logo, condenado à pobreza. A luta pela terra é ao mesmo tempo, uma luta contra o capital, de resistência ao seu avanço no campo. Condena-se desta forma, a propriedade capitalista da terra por ser a responsável pela injustiça social no campo. Como alguém pode possuir mais terra do que a necessária ao seu trabalho? (BERTERO, 2007, p.99-112).

Considerando que este artigo enfatiza a primeira parte sobre a questão agrária mundial, a segunda parte direciona-se ao Brasil e por fim, conclui-se com a visão do sociólogo José de Souza Martins.

## **2. A QUESTÃO AGRÁRIA MUNDIAL**

Dentro da conjuntura mundial sobre a temática questão agrária, Tavares dos Santos é quem, através do seu livro “Colonos do vinho, 1978”, apresenta um conjunto articulado dos nove elementos estruturais da produção camponesa:

- a) a força de trabalho familiar - é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo;
- b) a ajuda mútua entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função

de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados;

- c) a parceria - é outro elemento da produção camponesa, decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e, conseqüentemente, aumentar suas rendas;
- d) o trabalho acessório - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa;
- e) a jornada de trabalho assalariada - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada, na unidade camponesa, pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada;
- f) a socialização do camponês - é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos;
- g) a propriedade da terra - é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar tem-se a propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador; é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser camponês proprietário, ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser camponês-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra);

- h) a propriedade dos meios de produção - exceto a terra, na maioria dos casos, os meios de produção são, em parte, adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas;
- i) a jornada de trabalho - é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois, nesse caso, não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando, muitas vezes, nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho). (OLIVEIRA, 2007, p.41).

No capitalismo, a terra é transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho "gratuito" do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la. Da mesma maneira, porém revelando o sentido oposto, a posse é o ato de quem não quer pagar à renda ou não aceita a condição de que para produzir tenha que pagá-la. (OLIVEIRA, 2007, p.66).

Para Borges (1975, p.3-12) “a Reforma Agrária deve ser um processo maciço, rápido e drástico, onde exista uma mobilização das forças políticas e entidades representativas da massa rural, incentivando-se o surgimento de sindicatos rurais”.

Acerca das questões agrárias, no âmbito internacional, de acordo com Rocha (2013, p.440) “ao longo do século XX, vários países do mundo implementaram uma diversidade de processos de reformas agrárias. Na Europa, o caso mais relevante ocorreu na Rússia, onde tivemos dois processos distintos de reforma agrária”. Ainda segundo este autor “a primeira foi

realizada nos tempos do final do século XIX, na época do Czar, e a segunda foi precedida pela revolução socialista comandada pelos bolcheviques”. (ROCHA, 2013, p.440).

Em sintonia, destaca Sanz-Pastor (1988, p.20) que “em 1861, nos tempos do Czar Alexandre II, a servidão foi abolida, ao mesmo tempo em que se implantou uma importante Reforma Agrária [...] Para isso se estabeleceu um compromisso, mediante o qual o camponês devia pagar pelo fim de sua condição de servo e ao mesmo tempo recebia um pedaço de terra”.

Segundo Rocha (2013, p.440) “este processo, mesmo considerado avançado para a época, culminou com endividamento dos antigos servos. O Estado financiava 80% do valor da terra e os servos eram obrigados, com investimentos próprios, a custear o restante”.

Sanz-Pastor (1988, p.21) complementa que “o resultado desta reforma foi o mesmo que armar uma bomba relógio, que cedo ou tarde teria que explodir, já que não há coisa pior que empreender uma reforma, iludindo as pessoas, e então deixar esta reforma a meio caminho”.

Para Coutinho Cavalcanti (1959, p.52) a “reforma agrária é o ajustamento das normas jurídicos-sociais e econômico-financeiras que regem a estrutura agrária do país, visando à valorização do trabalhador do campo e ao incremento da produção, mediante a distribuição, utilização e exploração sociais e racionais da propriedade agrícola à melhor organização e extensão do crédito agrícola e ao melhoramento das condições de vida da população rural”.

As condições fundamentais para a realização da reforma agrária, baseando-se em parte na concepção de (As condições fundamentais para a realização da reforma agrária, baseando-se em parte na concepção de (ACCIOLY BORGES, 1984) são:

a Reforma Agrária deve ser um processo amplo, geral e massivo de redistribuição dos direitos sobre as terras e as águas; deve ser amplo para poder atingir com suas metas em um curto prazo (no máximo dez anos) toda uma região ou todo o país; precisa também ser geral para poder eliminar a estrutura latifundiária e desenvolver em seu lugar um plano de democratização de acesso à terra e à água, tendo por base a produção camponesa; e ser massivo para poder beneficiar a totalidade dos camponeses sem terra, dos que possuem pouca terra e dos demais trabalhadores que desejarem ter acesso a ela;

- 1) a Reforma Agrária deve ser parte de um programa de desenvolvimento agrário e de um plano geral de desenvolvimento econômico e social, nos quais tenha previamente assegurada sua cota-parte no total dos investimentos programados;
- 2) a Reforma Agrária deve ser planejada, coordenada e executada, em todos os seus aspectos, por um órgão ou entidade pública com poderes, prestígio político e dotada de



recursos financeiros e humanos suficientes, com uma estratégia de execução participativa e descentralizada;

- 3) a Reforma Agrária deve mobilizar todas as forças políticas existentes – movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, instituições, entidades e organizações populares - que representam a massa dos camponeses e demais trabalhadores interessados, para participarem direta e intensamente da elaboração, implantação e gestão dos seus planos, programas e projetos;
- 4) a Reforma Agrária deve ser executada em cada área prioritária (território reformado) tendo como princípio fundamental os fatores sociais, políticos, econômicos, técnicos e institucionais específicos; garantindo-se a ação integrada de todos os órgãos e entidades públicas na área reformada;
- 5) a Reforma Agrária deve incidir preferencialmente sobre as grandes propriedades que não cumprem a função social da terra e nas quais existem condições favoráveis de exploração;
- 6) a Reforma Agrária deve limitar ao mínimo o pagamento das indenizações pela desapropriação da terra, através de uma nova conceituação do que seja o ‘justo valor’; deve fixar de forma progressiva, prazos mais longos para o resgate dos títulos da dívida agrária, quanto mais baixos os índices de produtividade; e suprimir a cláusula de garantia contra eventual desvalorização da moeda;
- 7) a Reforma Agrária deve criar uma nova estrutura da propriedade fundiária, apoiada, exclusivamente, (I) na pequena propriedade familiar camponesa, integrada ou não em cooperativa ou outra forma associativa de produção agrícola; e (II) em unidades de produção de camponeses, baseadas no direito real de uso da terra de propriedade da União; face à existência da empresa agrícola capitalista (pequena, média ou grande) assim qualificada segundo o grau de utilização dos recursos da terra, o uso da tecnologia moderna, o capital investido por unidade de área, e do emprego de mão-de-obra assalariada;
- 8) a Reforma Agrária deve modificar as relações de trabalho existentes no campo, de sorte a assegurar (I) mais justa distribuição de renda agrícola; (II) cumprimento integral da legislação pertinente; e (III) defesa dos direitos e garantias do trabalhador assalariado;
- 9) a Reforma Agrária deve adotar um sistema econômico de investimento que priorize a utilização dos camponeses e demais trabalhadores beneficiários da mesma;

10) a Reforma Agrária deve conservar e ampliar as áreas de proteção ambiental, bem como desenvolver uma agricultura saudável que não comprometa o uso sustentável dos recursos naturais. (ACCIOLY BORGES, 1984, p.25).

As famílias possuíam em regime de propriedade privada um lote pequeno; a área restante era distribuída pelo conselho comunitário de acordo com o tamanho, capacidade de trabalho e a necessidade das famílias (ABRAMOVAY, 1990, p. 48). Segundo Sanz Pastor:

O Governo, ao se dar conta disto, procurou destruir a estrutura comunal, dando direito aos camponeses de adquirir, em propriedade plena e com uma única parcela, as terras das comunas que estivessem explorando. Com isto buscou-se criar uma forte classe média conservadora, constituída de agricultores. Cerca de 900.000 mil camponeses adquiriram o título de suas terras, venderam-nas e depois abandonaram a aldeia, enquanto os mais prósperos ou empreendedores aumentaram o tamanho de suas explorações. [...] Com isto pode-se notar como a colocação à venda de terras, que estejam em mãos mortas (Igreja, Estado, Comunas), costuma ser prejudicial. Talvez a forma mais aconselhável fosse o arrendamento aos agricultores, mas conservando a terra nas mãos do Estado ou da comuna, de tal maneira que não criassem estruturas de difícil evolução ou que se chegasse com o correr dos anos a uma nova concentração fundiária. [...] O fermento e a base da Revolução Russa, como de quase todas as revoluções, foi o proletariado intelectual [...]. Foram eles que dirigiram a revolução, empurrando e dominando o proletariado industrial e trazendo a reboque os camponeses por meio do apoio tático e suas demandas pequeno-burguesas por terras. A revolução prometeu aos camponeses a eliminação do controle oficial sobre a vida camponesa, o fim dos pagamentos de resgate e de servidão, menores impostos e distribuição da terra (SANZ-PASTOR, 1988, p. 21-22).

Segundo Rocha (2013, p.441) “a vontade dos revolucionários comunistas era a de nacionalizar todas as terras, posição contrária à dos camponeses que objetivavam o controle sobre seu território e os meios de produção”. Nesse compasso Oliveira (2007, p.74) destaca que:

Iniciou-se assim, um processo de revoltas dos camponeses, que passaram a oporem-se aos novos métodos adotados pelo poder centralsoviético e que duraram até 1929. Deste ano em diante, foi feita a coletivização forçada dos camponeses que provocou a morte de mais de 12 milhões deles. Pela força o Estado soviético liderado por Stalin, dominou e passou a planificar sua agricultura. Os camponeses foram sendo convertidos em uma engrenagem a mais da vontade política do Estado soviético (OLIVEIRA, 2007, p.74).

Segundo Sanz-Pastor (1988, p.25), na China, a revolução liderada por Mao Tsé-Tung “deu-se conta de que era necessário adotar uma nova tática. Esta consistiu em considerar que o problema central da Revolução Chinesa era o camponês, iniciando, por isso, os confiscos e a distribuição de terra”. Ainda segundo este autor, “o objetivo era criar uma nova classe média rural, que servisse como base de sustentação do processo revolucionário, os latifundiários e os

camponeses ricos também receberam terras e um imposto progressivo sobre a terra foi criado para inibir o avanço da concentração da terra e do poder pelos camponeses ricos”. (SANZ-PASTOR, 1988, p.25).

No Japão, pós Segunda Guerra Mundial, a Reforma Agrária foi conduzida pelo governo norte-americano. A reforma determinava que o governo japonês deveria apresentar um programa que garantisse a transferência das propriedades agrárias dos grandes proprietários para os rendeiros e proteção aos novos proprietários para que estes não voltassem à situação de rendeiros. A aquisição das terras (pelos rendeiros e agricultores sem-terra) era feita a partir da compra. Antes da reforma apenas 29% dos agricultores possuíam a terra que cultivavam. Após a reforma, 70% dos agricultores se tornaram donos de suas terras. (ROCHA, 2013, p.442).

Na África, a questão agrária está centrada na concentração fundiária. Grande parte das terras agricultáveis do continente estavam e estão sob o controle de proprietários, em sua maioria de origem europeia. Com o fim do colonialismo europeu, alguns países mantiveram a estrutura agrária herdada do colonialismo e outros países se dispuseram a combater a questão fundiária, implementando a Reforma Agrária. Dos países que apostaram na Reforma Agrária destacamos os casos de Moçambique e Zimbábue. (ROCHA, 2013, p.442).

Em Moçambique, Oliveira (2007, p.91) ressalta que “a ideia era investir na formação de agroindústrias baseada nas pequenas propriedades. Após o processo de independência e da guerra civil o presidente Samora Machel, que tinha orientações socialistas, estatizou bancos e empresas transnacionais e serviços básicos como educação e assistência médica”. Ainda segundo este autor, “a partir de 1986, assume a presidência Joaquim Alberto Chissano, nomeado após a morte de Samora Machel. Chissano interrompe o processo político que vinha sendo implantado e passa a implementar no país uma série de políticas neoliberais, "Em 1989, o governo abandonou as orientações ideológicas marxistas leninistas e o caminho do socialismo, restituindo plenamente o capitalismo”. (OLIVEIRA, 2007 p.91).

No Zimbábue, a Reforma Agrária de caráter mais conservador, tem início ainda na década de 1980, sob a tutela do presidente Robert Mugabe. Até o início da Reforma Agrária no país, as melhores terras estavam concentradas nas mãos de proprietários europeus, na sua maioria ingleses, e as terras menos férteis eram destinadas à população negra zimbabuana. Ainda segundo Rocha, “[...] durante a década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais, a Reforma Agrária, iniciada anteriormente, já não respondia aos anseios e necessidades dos

camponeses que iniciaram um processo de ocupações de terras em todo o país, legitimado por Mugabe”. (ROCHA, 2013, p.443). Em corolário, Oliveira ensina que:

Estas ocupações de terras passaram a aflorar a contradição básica do país herdada do passado colonial e racista: apenas quatro mil e quinhentas famílias brancas controlavam 75% das terras aráveis mais férteis e com chuvas mais regulares; enquanto isso, mais de sete milhões de camponeses negros ficavam com o restante [...] Mugabe passou a confiscar as fazendas dos brancos para assentar camponeses sem terra, mesmo contra as decisões da Suprema Corte que as julgava ilegais, ordenando suas remoções. O governo não voltou atrás e fez aumentar os recursos financeiros para continuar os assentamentos (OLIVEIRA, 2007, p. 93).

No México, assim como na Rússia, a Reforma Agrária foi precedida da Revolução Mexicana do início do século XX. A principais reivindicações dos revolucionários, comandados por Emiliano Zapata, Pancho Villa e Pascual Orozco, era a realização da Reforma Agrária que garantisse a reestruturação das terras comunais, conhecidas como ejidos, pertencentes às comunidades indígenas. Entre 1915 e 1934, foram distribuídos pouco mais de 7 milhões de hectares. Os líderes revolucionários Zapata e Orozco, se rebelaram contra o governo de Madero e foram assassinados em 1915. Pancho Villa foi assassinado em 1923. A maior transformação agrária vivenciada pelos mexicanos ocorreu após a ascensão ao poder, em 1934, do General Cárdenas, que distribuiu, em apenas 6 anos, mais de 16 milhões de hectares. A maior parte dessas terras foram destinadas aos ejidos. (ROCHA, 2013, p.444).

A Reforma Agrária cubana, como em todos os regimes socialistas marxistas, teve duas fases: na primeira uns 59% da propriedade ficou em mãos de particulares (repartindo um mínimo vital de terras aos pequenos agricultores), uns 12% em cooperativas e uns 29% em granjas do povo [...]. Na segunda fase da Reforma, a agricultura estatal cresceu e as cooperativas por se constituírem de terras de alguns poucos, foram levadas a decrescer (SANZ-PASTOR, 1988, p. 33).

No Chile, a Reforma Agrária foi impulsionada pelo governo conservador do presidente Jorge Alessandri (1958-1964), apoiado pelos Estados Unidos que queriam evitar os avanços dos ideais comunistas da revolução cubana. Entre 1964 e 1970, durante o governo do presidente Eduardo Frei Montalva, pouco mais de 3,4 milhões de hectares foram desapropriados e destinados à implantação de assentamentos rurais. (ROCHA, 2013, p.444-445).

Para traçar outros processos relacionados à questão agrária em âmbito mundial, colaciona-se uma tabela baseada nos estudos de Carli (1985), Bornstein (1982) Sanz-Pastor (1988).

**Quadro 1:** Reforma Agrária pelo mundo no século XX

Ano	País	Características
1939	Colômbia	Lei 200/1939, que estabelecia uma espécie de usucapião sobre a propriedade privada. A terra pertenceria às pessoas que trabalhassem por um período de 5 anos contínuos.
1940	Índia	Reforma Agrária realizada, majoritariamente, pela redistribuição das terras dos zamindari, propriedades estabelecidas em fins do século XIX, quando a Companhia das Índias Orientais converteu o direito dos coletores de impostos em direitos de propriedade agrária. As terras desapropriadas eram indenizadas pelo Estado. As indenizações eram calculadas de acordo com a renda líquida dos antigos proprietários.
1941	Porto Rico	Foi estabelecida a lei que criou a sociedade pública "Land Authority" que tinha como objetivo explorar grandes extensões de terras e repartir uma parte dos lucros entre os trabalhadores, disseminando, com isso, o conceito de propriedade comunal. A Reforma Agrária de Porto Rico concebia a terra como fonte de vida, de dignidade e de liberdade econômica, para os homens e mulheres que nela trabalham, cada pessoa que trabalhe à terra deve ser a dona da terra que a sustenta.
1941	Turquia	Tinha como objetivo proporcionar terras aos camponeses turcos, ajudar-lhes a adquirir equipamentos essenciais e garantir a exploração contínua dos recursos agrários do país. A Reforma Agrária turca tinha outras preocupações, além da distribuição de terras aos camponeses sem-terra, como, por exemplo, a fertilidade do solo que dependia da organização do regime da propriedade e dos tipos de lavouras implementadas.
1951	Bolívia	Decreto de lei que teve como objetivo restituir terras às coletividades das aldeias, fornecendo-as aos camponeses, com a condição de que as cultivassem, e expropriando os grandes domínios territoriais.
1952	Egito	Legislação que estabelecia o limite máximo das terras agrícolas em 84 hectares. Algumas exceções foram permitidas para que sociedade e associações, particulares (que se dispusessem a beneficiar terras não irrigáveis e não passíveis de desapropriação) e sociedades industriais, agrícolas, científicas e de beneficência possuíssem mais de 84 hectares.
1952	Guatemala	Em 1952, foi aprovada a lei de Reforma Agrária, que visava eliminar os resquícios de feudalismo; eliminar as formas de servitude; promover a emancipação econômica da população pobre; promover a distribuição de crédito e de assistência técnica pública aos agricultores assentados.
1954	Vietnã	Em 1954, os vietnamitas derrotaram os colonizadores franceses que dominavam o país desde 1850. Após o fim do processo revolucionário, o Vietnã foi dividido em duas partes: o Norte (controlado pelos comunistas vitoriosos) e o Sul (onde predominava um regime anticomunista amparado pelos Estados Unidos). No Norte, com a derrota dos franceses, as terras dos latifundiários foram tomadas e distribuídas entre os camponeses pobres.

1956	Argélia	O resultado das revoltas de 1956 fez com que a França entregasse o controle político da Argélia aos insurretos. Apesar de ter saído vitoriosa, a metrópole francesa se cansou de sustentar os colonos e os militares que viviam em território argelino. O governo, que triunfou depois da revolução, introduziu uma espécie de socialismo moderado nacionalista, que admitia a propriedade privada da terra.
1979	Nicarágua	Reforma agrária baseada da desapropriação das terras que estavam concentradas, principalmente, nas mãos das famílias Somoza, deposta pela revolução Sandinista. A Reforma agrária, num primeiro momento, desapropriou propriedades inteiras modernas e bastante tecnificadas e capitalizadas que foram transformadas em empresas estatais chamadas Áreas de Propriedade do Povo -APP's.

**Fonte:** Rocha, 2013, p.446.

Conforme estudos, discussão e compreensão na disciplina “Agricultura e Capitalismo na Amazônia– 2021” do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, ministrada pelo professor Doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, sobre as revoluções agrárias no mundo, trataremos aqui brevemente sobre: O processo de Reforma Agrária, a Concentração de Terras, e as Revoluções Agrárias.

Destacamos que o processo de concentração de terras, sob o modo capitalista de produção, difere do processo de concentração do capital. A evolução das reformas agrárias, no mundo, tenderá rumo às estratégias da expansão do capitalismo no campo. A Reforma Agrária aparece, simultaneamente, às lutas, revoltas e revoluções camponesas.

Ficou evidente a transição do período do feudalismo à expansão do domínio capitalista por todo o mundo e as transformações que ocorreram ao longo dos anos e sob diferentes domínios de poder e territórios, principalmente no campo econômico voltados à questão agrária. De maneira geral, ocorreu na Rússia pela Servidão por dívida, onde o camponês era obrigado a dar a terra em troca de empréstimos, da concessão de uma área de terra ou outro tipo de auxílio. Ao Mir (Comuna) formado por antigos servos e seus descendentes radicados numa única aldeia. Demais países do oeste europeu seguiam, após a segunda Guerra Mundial, dois domínios: Influência do bloco capitalista, liderado pelos EUA e do bloco socialista, liderado pela União Soviética. Mas boa parte dos países eram agrários, concentrados nos campos destruídos pelo SGM. A Bulgária mantinha equipes permanentes de produção no setor agrário. A Ex-República democrática alemã tinha três tipos de cooperativas I, II e III. Nesse, a Reforma Agrária aconteceu somente entre 1949 -1953. Isso, para efeitos de confisco de terras, de gado de tração, de equipamentos agrícolas, entre outros. Na Inglaterra, durante os séculos XVI e XVII os cercamentos praticamente varreram os camponeses dos campos de cultivos e surgiram os

arrendatários capitalistas e um proletariado rural. A França sempre foi vista como um país que compartilhava o ideal do camponês livre. Para tanto, na Inglaterra e na França, aconteceram o fortalecimento dos senhores feudais, no século XVII. Na Europa Mediterrânea, na Itália a monetarização da economia foi mais precoce. Na Polônia, aconteceu a estrutura agrária sob o socialismo, tripartida. Na República Tcheca e na Eslováquia desde o final da Primeira Guerra Mundial, ocorreu o intenso movimento camponês pela posse da terra. Na Hungria depois da Segunda Guerra, a terra também foi entregue aos camponeses. Na Romênia depois de 1946, aconteceram as cooperativas de produção agrícola.

Na China aconteceu a Revolução Chinesa de 1949 que se iniciou pelo confisco e distribuição de terra que se deu em três etapas: A primeira em 1949 reduziu-se aos arrendatários, a segunda aconteceu com a venda das terras públicas e a terceira com regime de arrendamento.

Em Cuba aconteceu a força da Revolução Cubana em 1959, mas com forte dependência dos EUA; de certa forma os norte-americanos controlaram a economia cubana, onde surgiram três tipos de Unidades Agrária: As granjas do povo, a propriedade familiar camponesa (cooperativas) e as propriedades individuais.

Na Ásia, no Japão até meados da Segunda Guerra Mundial as terras eram fragmentadas e as famílias tinham apenas meio por cento das terras.

Na Índia existiam duas formas de domínio das terras: os “ryotwarl” e os “Zamindari” eram os verdadeiros agricultores.

Na África a situação é bem complicada com a forte crise no setor agrário onde reina a fome em massa. Grande parte da população vive da agricultura onde a produção de alimentos constitui-se na principal atividade.

Na América do Sul a Reforma Agrária aconteceu em vários países: No Peru, foi uma reforma agrária profunda pois foram criadas mais de mil empresas associativas, expropriaram-se quase seis milhões de hectares e assentaram-se mais de um milhão de camponeses.

Na Bolívia aconteceu a chamada revolução boliviana em 1952 com o movimento pela Reforma Agrária.

Na Venezuela a Reforma Agrária limitou-se à expropriação das terras; as propriedades acima de 150 hectares nas melhores terras e a 5.000, nas piores.

No Paraguai e em outros países da América Latina, a Reforma Agrária sempre caminhou em lentidão.

No Uruguai praticamente a Reforma Agrária não existe.

Aqui no Brasil iniciou-se por volta de 1945, por decisão do Partido Comunista e aconteceu a aliança dos operários camponeses.

Postas essas premissas acerca da questão agrária em âmbito internacional, tratar-se-á, no tópico seguinte acerca da questão agrária no Brasil.

### **3. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Segundo Mesquita (2010, p.10) a “[...] questão agrária no sentido mais amplo, que vai além da própria reforma agrária, que no dizer de José de Souza Martins, seria a solução da questão daquela que diz respeito às políticas agrícolas e agrárias e até mesmo ambientais que acabam por privilegiar o latifúndio”.

Acerca da questão agrária no Brasil, Delgado (2005, p.1) aponta que “concentra-se basicamente no pós-guerra quando se constrói o discurso teórico e político a favor da Reforma Agrária. A reação contrária por sua vez, elabora o discurso da modernização técnica da agropecuária que terminará prevalecendo depois do golpe militar de 1964”. Ainda segundo este autor:

Com o fim do regime militar e a crise da “modernização conservadora” da agricultura, o debate da Reforma Agrária é retomado no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado com a chegada da Nova República, em 1985. Mas à mudança do ciclo político (fim do Regime Militar e Constituição de 1988) é contraposto um ciclo econômico neo-liberal – privatista e desregulamentador dos anos 1990. Por diversas vias, este ciclo obsta o papel que o estado precisaria exercer para cumprir os direitos sociais agrários inscritos na Constituição, que prescreve a função social da propriedade fundiária. (DELGADO, 2005, p.1).

Segundo De Mattos Neto (2006, p.98) a “questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, ou seja, como produzir, de que forma produzir, quanto produzir. Tal equação econômica aponta para indicadores como a maneira que se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.”.

A história da bibliografia brasileira sobre a questão agrária é muito recente. A rigor, o primeiro grande debate de ideias e teses que interpretavam de maneira diferente as origens e as características da posse, da propriedade e do uso da terra no Brasil, somente aconteceram na década de 1960. E aconteceu não pelo desenvolvimento da ciência nas universidades, nas academias - embora as universidades tenham também sido envolvidas por esse debate, mas, sim, pela necessidade política e sociológica dos partidos políticos. (STEDILE, 2005, p.15-31).



Para efeito do estudo da questão agrária no primeiro período, sabe-se que esses povos viviam no modo de produção do comunismo primitivo. Organizavam-se em agrupamentos sociais de 100 a 500 famílias, unidos por algum laço de parentesco, de unidade idiomática, étnica ou cultural. Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território - terra, águas, rios, fauna, flora - eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo. (STEDILE, 2005, p.15-31).

Para Stedile (2005, p.15-31), o segundo período foi quando “os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa”.

Ainda segundo este autor, o terceiro período foi quando “em 1850, a Coroa, sofrendo pressões inglesas para substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, com a conseqüente e inevitável abolição da escravidão, e para impedir que com a futura abolição, os então trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, promulga em 1850, a primeira lei de terras do país”.

O quarto período, segundo Stedile (2005, p.15-31), foi o ano de 1930, que marca uma nova fase da história econômica brasileira, com influências na questão agrária. Com a crise do modelo agroexportador, há uma crise política e institucional no país, sendo que as elites abastadas, as classes dominantes amplamente hegemônicas - já que a maioria da população vivia em condições de escravidão e uma outra parte estava isolada nos confins dos sertões - eram as únicas que tinham presença político-institucional. Segundo o autor “do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria”. Neste compasso, Stedile ressalta que:

As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não mais detêm o poder político. As elites políticas - a burguesia industrial, agora no poder - fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente. (STEDILE, 2005, p.15-31).

Para Martins as classes sociais no capitalismo estão assim divididas: Os proprietários do capital: a burguesia, os proprietários da força de trabalho: proletariado, os proprietários da terra: latifundiários e os proprietários da terra: os camponeses. (MARTINS, 2000, p. 99).

Alguns autores destacam que a questão agrária adquiriu novos elementos que perpassam a concentração fundiária, processos como a estrangeirização e o avanço dos agrocombustíveis que colocam em cheque nossa soberania territorial e segurança alimentar (FERNANDES, WELCH E GONÇALVES, 2012) a legalização da grilagem (OLIVEIRA, 2011) e o avanço predatório socioambiental do agronegócio (CUBAS, 2012; BOMBARDI, 2012) são elementos atuais da questão agrária que fazem da reforma agrária reformulada, dentro deste novo contexto, uma demanda atual com novos desafios e enfrentamentos. Segundo Sampaio (2012, p.9-10).

É preciso esclarecer que a resistência à democratização da terra não se atém aos interesses estritamente ligados ao latifúndio improdutivo. O latifúndio produtivo – a grande empresa agrícola moderna – também depende de uma estrutura fundiária concentrada, que bloqueia o acesso do homem sobre a terra, e, em consequência, de um regime legal, que assegure a total disponibilidade das terras aos imperativos da exploração do capital agrário. O problema relaciona-se com o fato de que o caráter itinerante da agricultura subordinada ao agronegócio supõe a presença de grandes reservas de terras, seja para repor as terras degradadas, seja para abrir novas fronteiras de expansão dos negócios, seja ainda como simples reserva de valor (SAMPAIO, 2012, p. 9-10).

Por fim, ensina Martins (2000, p.109) que:

A reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número de assentamentos em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não. O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que, em parte, essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram (MARTINS, 2000, p. 109).

Fernandes ressalta que não devemos "desconsiderar que a realização da Reforma Agrária, necessariamente deva desconcentrar a estrutura fundiária, já que um de seus objetivos é democratizar o acesso à terra por meio da distribuição territorial" (FERNANDES, 2012, p. 4).

A Reforma Agrária, portanto, deve ser pensada e realizada a partir do território. Esta reforma deve ter como premissa o desenvolvimento territorial, território do campesinato em contraposição à hegemonia do capital. E é justamente essa hegemonia política, econômica e até

mesmo cultural - tendo em vista o que ocorreu no carnaval de 2013 no Brasil, onde uma das maiores empresas do agronegócio mundial, a BASF, patrocinou a escola de samba campeã que retratou a vida simples do homem do campo - a raiz da questão agrária no Brasil. (ROCHA, 2013, p.459-460).

Conforme as aulas na disciplina: “Agricultura e Capitalismo no Brasil”, ministrada pelo professor doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, iniciamos falando que a agricultura brasileira tem seus desígnios para aqueles que trabalham diretamente com a terra. E que o termo camponês existe em denominação apropriada para cada região. Caipira, caiçara, caboclo, tabaréu, matuto, as quais revertem ao homem simples, que vem de longe e que são palavras depreciativas. Na realidade, resulta de um homem que ocupa um lugar geográfico e de grande importância para a sobrevivência.

Em uma visão geral, no espaço brasileiro, podemos dizer que existe a criação e recriação do campesinato e do latifúndio. Que há uma compreensão de que o processo de desenvolvimento do Capitalismo é contraditório e combinado.

Quando falamos das evoluções no campo brasileiro, vale ressaltar a grande importância da economia do setor Agrário. Nesse contexto, mencionamos a força do capitalismo com o poder de dominação desde a formação do território brasileiro com as sesmarias, a renda da terra como fonte de economia que no capitalismo é, na medida que resulta da concorrência, monopólio e renda da terra absoluta. Renda camponesa da terra - renda em trabalho, renda em produto, renda em dinheiro. Nessa perspectiva, encontram-se pautados os relatórios, rendeiros e rentistas. Sendo que no direito agrário do Brasil, o domínio está separado da posse, por isso ele é superior à posse.

No Brasil existe a chamada grilagem de terras, que resulta da falsificação de documentos para, ilegalmente, algumas pessoas tomarem posse de terras devolutas ou ainda de terceiros. Assim, é favorável acontecer várias irregularidades na obtenção de terras.

Na atualidade da agricultura brasileira, o desenvolvimento está marcado pela industrialização da agricultura, onde acontece a apropriação da renda capitalista da terra, a intensificação da concentração fundiária e territorialização do capital. Com a internacionalização da economia, alavancou-se a grande dívida externa e com grande exportação de matéria-prima, que vem passando por crises constantes no processo de exportação e baixa nos produtos. Nesse processo, destacam-se: a soja, o milho e a cana de açúcar, de forma que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil acontece de maneira desigual

e também contraditória. Na tendência monopolizadora do território, há uma grande subordinação da agricultura aos interesses da indústria. O agronegócio representa um sistema integrado de produção de alimentos, também como as fibras e as biomassas.

Em suma, o território capitalista brasileiro está em disputa: a força para a tomada das terras indígenas e também dos afrodescendentes quilombolas, a luta pela terra dos camponeses e a apropriação privada da terra pelos capitalistas.

#### **4. VISÃO DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA**

Na obra “O Cativo da Terra” (1979) de José de Souza Martins, dividida em duas partes, o autor tem como objetivo abordar acerca dos contornos da propagação do capitalismo no Brasil, rebatendo a asserção que o conflito do trabalho escravo se transformou no que veio a ser chamado de trabalho assalariado.

O autor relata sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Ele diz que se o trabalho for escravo, a terra pode ser livre, com o regime de sesmaria que terminou em 1822, mais formalmente continuou vigente até 1850. Normalmente o sujeito ocupava a terra, pois sabia que não tinha ninguém que tivesse se apossado dela e daí então, depois de ocupá-la economicamente, procurava e requiria posse de sesmaria, documento legal daquela terra. Com a lei de terras, isso muda e a tese é essa, “se o trabalho for escravo, a terra pode ser livre, porém se o trabalho for livre a terra é que tem que ser escrava”. Daí a essência do cativo da terra. Segundo o autor, ele utiliza em seu livro uma abordagem explicativa através do método dialético, isso para se entender que se produz a coisa e ao contrário da coisa, ao mesmo tempo.

Inicialmente, o autor deixa explícito de forma detalhada, a natureza das relações de produção que representam no Brasil, a forma de trabalho que veio a ser conhecido como regime de colonato. O autor analisou este regime em diversos graus, tais como, social, ideológico, político e econômico, apresentando dados e momentos relevantes.

Ademais, o autor preocupou-se em compreender particularidades capitalistas na produção do café, entendendo a discrepância entre o capitalismo do fazendeiro e as relações trabalhistas na produção cafeeira e também faz referência à política da industrialização.

Segundo o autor, o colonato caracterizou-se pela combinação de três elementos: um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal; um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo traz como fundamentação a Questão Agrária, que trouxe como proposta de análise, discussão e compreensão acerca de uma das tendências e perspectivas das atividades mundiais que busca o desenvolvimento, bem como a ênfase e a expansão do modo capitalista de produção no campo que constituiu e alavancou inúmeras questões. Uma delas envolve diretamente o camponês, que nesse bojo, é compreendido como todo trabalhador não assalariado, que produz basicamente para a sua subsistência e da sua família. Assim, o camponês se apresenta como sendo um dos mais prejudicados na questão agrária, ficando à margem da expansão capitalista, que devido a sua pequena produção, e ao trabalho exaustivo e sem rendimentos considerados, ele está limitado à condição de pobre.

Diante às questões agrárias no mundo e no Brasil, está inserido diretamente o processo de Reforma Agrária, a Concentração de Terras e as Revoluções Agrárias. Mencionamos que a concentração de terras, próprias do modo capitalista de produção tem se expandido, e com isso, alargaram a expansão do capitalismo no campo. Dessa forma, se clama por uma Reforma Agrária que, no entanto, tem deixado a desejar e, com isso, as lutas, as revoltas e as revoluções camponesas são constantes.

O Brasil não é diferente de alguns países que lutam para implantar a Reforma Agrária, a luta pela questão da terra, tem tomado dimensões alarmantes e de maneira muito desigual com o desenvolvimento do capitalismo. É notória a monopolização das terras e a agricultura voltada ao setor industrial se concretizando com a expansão do agronegócio, principalmente a produção de alimentos para a exportação que, de certa forma, tem dilacerado a pequena produção e a vida do homem do campo.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **De Camponeses a Agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Tese.UNICAMP. Campinas. 376, p. 1990.

BERTERO, José Flávio. Uma Crítica a Sociologia de José de Souza Martins. **Lutas sociais**.n.17/18, p.99-112, 19, jun.2007.

BOMBARDI, Larissa M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: **Direitos humanos no Brasil 2012**. Organização: MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria L. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

BORNSTEIN, Claudio Thomás. A Reforma Agrária na Nicarágua. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BORGES, Pompeu Accioly. Novos rumos para a reforma agrária brasileira. **Revista Reforma Agrária**. Brasília, jan./fev. 1975, a. V, nº 1-2.

BORGES, Pompeu Accioly. Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária. **CODECRI/IBASE, Rio de Janeiro**, 1984.

CARLI, Gileno de. **História da Reforma Agrária. Brasília**: Gráfica Brasileira, 1985.

CAVALCANTI, Coutinho. **Um Projeto de Reforma Agrária**. Rio, 1ª edição, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1959, p.52.

CUBAS, Tiago E. A. São Paulo agrário: representações da disputa Territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. Presidente Prudente: **Dissertação de Mestrado**. UNESP/FCT/PPGG, 2012.

DE MATTOS NETO, Antonio José. A questão agrária no Brasil: aspecto sócio-jurídico. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 33, n. 1, 2006.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA**, p. 51-90, 2005.

FERNANDES, Bernardo M., WELCH, Clifford A. e GONÇALVES, Elienai C. **Políticas Fundiárias no Brasil**. Uma análise géo-histórica da governança da terra no Brasil. Roma: Framingthe Debate Series, 2012, nº 2.

FERNANDES, Bernardo. M. Reforma Agrária e educação do campo no governo Lula. **Revista Campo Território**, agosto de 2012, vol. 7, nº 14, p. 1-23.

MARTINS, J. S. **O Cativoiro da Terra**, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MARTINS, José de S. Reforma Agrária, o impossível diálogo sobre a História possível. São Paulo: **Revista Tempo Social**, 2000, vol. 11, nº 2, p. 97-128.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: USP/FFLCH, 2007.

ROCHA, Herivelto Fernandes. Disputa territorial, conceitualização e atualidade da Reforma Agrária no Brasil. **GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 4, n. 50, p. 433-462, 2013.

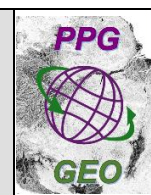
SAMPAIO, Plínio de A. Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária -ABRA**, 2005, vol. 32, nº 1.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho: **estudo sobre a subordinação do**

**trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANZ-PASTOR, Fernando. **A Urgência da Reforma Agrária.** Um Enfoque Histórico [tradução Antonio José de Almeida Meirelles]. São Paulo: Nerman, 1988.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960.** São Paulo: **Expressão popular**, 2005. pp. 15-31



## **TOPOFILIA E TOPOFOBIA EM “ACREANIDADE: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA”**

Markfran Silva de Gouveia<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8046-4256>

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Feral do Acre, Acre, Brasil.

\* [markfran.gouveia@ufac.br](mailto:markfran.gouveia@ufac.br)

Recebido em: 17/08/2022; Aceito em: 09/11/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-8>

### **RESUMO**

A topofilia e a topofobia são conceitos centrais da Geografia Humanística. Eles traduzem, respectivamente, os sentimentos de afeição e aversão às características naturais de determinado lugar. No contexto do Acre, ante a limitações executacionais, decidiu-se investigar a relação acreano-Acre a partir da visão histórica presente num dos livros da Dra. Maria de Jesus Morais. Portanto, neste artigo, objetiva-se analisar, sob o crivo da Geografia Humanística e ancorado no método da análise do discurso, bem como nos conceitos de topofobia e topofilia, a visão traçada pela autora acerca da relação entre determinados grupos históricos de acreanos (o “brasileiro do Acre”, o autonomista, o seringueiro e o indígena) e o Acre, no livro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, fundada no método da análise do discurso, segundo Pêcheux (1975) e Orlandi (2012), cuja coleta de dados se deu por uma revisão bibliográfica. Concluiu-se que no trabalho de Morais (2016) é possível perceber essencialmente traços de topofilia. Os brasileiros do Acre e os autonomistas desenvolveram o sentimento a partir, principalmente, de relações binárias e do patriotismo – o segundo numa forma análoga, vinculado não a uma nação, mas a um Estado. Os seringueiros desenvolveram o sentimento de topofilia de maneira mais aguçada que os demais migrantes, pois mantiveram maior contato com o ambiente. Os indígenas, enquanto povo originário, sempre perceberam o ambiente natural acreano como seu lar. Essa topofilia dos dois últimos grupos resultou, atrelado a questões políticas, na criação de zonas de preservação extrativista e demarcação de terras indígenas.

**Palavras-chave:** Geografia humanística; Acreano-Acre; Topofilia; Topofobia; Acreanidade.

### ***TOPOPHILIA AND TOPOPHOBIA IN “ACREANITY: INVENTION AND REINVENTION OF ACREAN IDENTITY”***

#### ***ABSTRACT***

Topophilia and topophobia are central concepts of Humanistic Geography. They translate, respectively, feelings of affection and aversion to the natural characteristics of a given place. In the context of Acre, faced with executional limitations, it was decided to investigate the relationship between Acre and Acre from the historical perspective present in one of the books by Dr. Maria de Jesus Morais. Therefore, in this article, the objective is to analyze, under the scrutiny of Humanistic Geography and anchored in the method of discourse analysis, as well as in the concepts of topophobia and topophilia, the vision traced by the author about the relationship between certain historical groups of Acreans (the “Brazilian from



Acre”, the autonomist, the rubber tapper and the indigenous) and Acre, in the book “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”. Therefore, qualitative research was developed, based on the method of discourse analysis, according to Pêcheux (1975) and Orlandi (2012), whose data collection was carried out through a literature review. It was concluded that in the work of Morais (2016) it is possible to perceive essentially traces of topophilia. The Brazilians from Acre and the autonomists developed the feeling from, mainly, binary relations and patriotism – the latter in an analogous way, linked not to a nation, but to a State. The rubber tappers developed the feeling of topophilia more acutely than the other migrants, as they maintained greater contact with the environment. The indigenous people, as a native people, have always perceived the natural environment of Acre as their home. This topophilia of the last two groups resulted, linked to political issues, in the creation of extractive and indigenous preservation zones.

**Keywords:** Humanistic geography; Acrean-Acre; Topophilia; Topophobia; Acreanity.

## **TOPOPHILIA Y TOPOFOBIA EN “ACREANITY: INVENCION Y REINVENCIÓN DE LA IDENTIDAD ACREAN”**

### **RESUMEN**

La topofilia y la topofobia son conceptos centrales de la Geografía Humanística. Traducen, respectivamente, sentimientos de afecto y aversión a las características naturales de un lugar determinado. En el contexto de Acre, ante las limitaciones ejecutorias, se decidió investigar la relación entre Acre y Acre desde la perspectiva histórica presente en uno de los libros de la Dra. María de Jesús Morais. Por tanto, en este artículo, el objetivo es analizar, bajo el escrutinio de la Geografía Humanista y anclado en el método de análisis del discurso, así como en los conceptos de topofobia y topofilia, la visión trazada por el autor sobre la relación entre ciertos grupos de Acreans (el “brasileño de Acre”, el autonomista, el cauchero y el indígena) y Acre, en el libro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”. Por lo tanto, se desarrolló una investigación cualitativa, basada en el método de análisis del discurso, según Pêcheux (1975) y Orlandi (2012), cuya recolección de datos se realizó a través de una revisión de la literatura. Se concluyó que en el trabajo de Morais (2016) es posible percibir esencialmente huellas de topofilia. Los brasileños de Acre y los autonomistas desarrollaron el sentimiento a partir, principalmente, de las relaciones binarias y del patriotismo, este último de manera análoga, vinculado no a una nación, sino a un Estado. Los caucheros desarrollaron el sentimiento de topofilia de manera más aguda que los demás migrantes, ya que mantuvieron un mayor contacto con el medio ambiente. Los indígenas, como pueblo originario, siempre han percibido el entorno natural de Acre como su hogar. Esta topofilia de los dos últimos grupos resultó, ligada a cuestiones políticas, en la creación de zonas extractivas y de preservación indígena.

**Palabras clave:** Geografía humanística; Acrean-Acre; Topofilia; Topofobia; acreanidad

## **1. INTRODUÇÃO**

A Geografia, enquanto a ciência corológica da superfície terrestre, assim como as demais ciências, é ramificada em áreas de estudo. No contexto macro, a Geografia pode ser dividida em dois grandes ramos, são eles a Geografia Humana e a Geografia Física (HETTNER, 2012). Neste estudo, dedicar-se-á à Geografia Humana, especificamente à corrente da Geografia Humanística.

A Geografia, etimologicamente, pode ser definida como “descrição da Terra”. Para Sorre (1967, p. IX), é consenso geral, que é o estudo “[...] *de la Tierra con todo lo que contiene y de lo que es inseparable, de todo lo que vive em su superficie y la anima, de la humanidad*

*que la transforma y enriquece con rasgos nuevos*”. É no contexto do estudo desta última que se situa a Geografia Humana. Assim, nas palavras de Sorre (1967, p. IX), a Geografia Humana “*es la descripción del ecúmene*”, em português, a descrição do ecúmeno<sup>1</sup>.

A Geografia Humana, sendo uma grande área também se segmenta. Dentre suas especialidades, destaca-se a de estudo nesta pesquisa: a Geografia Humanística. Para entender a intencionalidade desta área é preciso se ater ao fato de que o homem objeto de estudo da Geografia é “[...] o homem das conexões e dos conjuntos. Conexões próximas entre os elementos das combinações locais (relevo, clima, vegetação, obras do homem) [e] conexões remotas entre fatos de toda classe [...]” (SORRE, 1967, p. X, tradução nossa).

Nessas primeiras conexões, as com o lugar emergem-se o cerne da Geografia Humanística, o estudo da interação humana com o local, o ambiente físico. Tuan (1985, p. 143) enuncia que a área “[...] procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar”. Isto é, intenta destrinchar as percepções humanas sobre os lugares.

Um dos teóricos referenciais da Geografia Humanística é Tuan. Este, ao longo de suas pesquisas, introduziu os conceitos de topofilia e de topofobia ao segmento. A primeira, em apertadíssima síntese, traduz-se nos elos de pertencimento a um lugar; ao passo que a segunda é a sua recíproca (TUAN, 1980). Todo estudo sobre a percepção ambiental humana de determinado lugar tende a nos levar a um desses conceitos, pois, senão pela indiferença, a relação homem-lugar, tende a atender a ser binária – gosto, não gosto; pertença, não pertença; tenho vínculos; não os tenho; agrada-me esteticamente, não me agrada etc.

Pode-se dizer, como comprovar-se-á nesta pesquisa, que o Acre é um lugar. Portanto, é possível que se desenvolvam estudos sobre este lugar internos à Geografia Humanística. Contudo, não se conseguiu localizar qualquer pesquisa que se dedicasse a analisar a percepção de determinado grupo humano com relação à supra localidade. Então, é válido concluir que a questão é, senão uma lacuna científica, ao menos uma penumbra; e, por isso, torna-se tema de pertinência temática para o desenvolvimento de trabalhos.

Todavia, responder à pergunta “Quais são os sentimentos com relação ao Acre desenvolvidos pelos grupos de pessoas que vivem nessa localidade?” pareceu-nos uma utopia.

---

<sup>1</sup> A partir de Sorre (1967), ecúmeno pode ser caracteriza como a área geográfica terrestre habitada e/ou explorada pelo homem.

O desenvolvimento de sentimento é individual, podendo (ou não) coincidir com outros. Para resolver efetivamente à problemática, por se tratar de sentimentos individuais, seria necessária a oitiva das mais de 900mil pessoas que englobam o espaço amostral delineado, pois, se assim não fosse, apenas chegaríamos a uma tendência baseada num extrato e não a uma resposta.

A partir dessa constatação, optou-se por pesquisar não a perspectiva de indivíduos e seus sentimentos, mas sim por delinear a percepção ambiental de determinados grupos a partir da visão de uma pesquisadora, acreana, que discute, justamente, questões identitárias e de pertencimento acerca da localidade. Nessa medida, reelaboramos a questão central deste estudo: Como a doutora pesquisadora acreana Maria de Jesus Morais, no livro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”, descreve os sentimentos de grupos sociais acreanos para com o Acre?

Frisa-se que o livro escolhido trabalha a dita “Acreanidade” a partir de um viés geohistórico, portanto, não foi analisado o acreano contemporâneo, mas sim o histórico. Existem diversos grupos sociais acreanos históricos, por isso, urge delinear os que serão abordados essencialmente quatro: o “brasileiro do Acre”, o autonomista, o seringueiro e o indígena. Nessa medida, objetiva-se, com esta pesquisa, analisar, sob o crivo da Geografia Humanística e ancorado no método da análise do discurso, bem como nos conceitos de topofobia e topofilia, a visão traçada pela autora acerca da relação entre desses grupos históricos de acreanos e o Acre, no livro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”.

## **2. A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ÂMAGO DA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA**

Introdutoriamente, foi trazido o conceito de Geografia Humanística, a partir dos ensinamentos de Sorre (1967) e Tuan (1982). Complementar ao enunciado, Amorim Filho (1999, p. 139) defende que, dentre os mais caros interesses dos geógrafos humanísticos, está no centro “[...] o que se convencionou chamar de ‘percepção ambiental’”. Explica o autor que, ao estudar a percepção ambiental:

O que está em questão são os sentimentos de indiferença, de afeição ou de aversão do homem pelos lugares com os quais tem alguma forma de contato. Sentimentos e valores que, seguramente, têm um papel importante (em muitos casos, decisivo) na formação de juízos de valor, de atitudes e, em última análise, de ações sobre esses lugares e paisagens. (AMORIM FILHO, 1999, p. 141).

Para Tuan (1980, p. 14):

A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo. Os órgãos dos sentidos [visão, olfato, audição, paladar e tato] são pouco eficazes quando não são ativamente usados. [...] Embora todos os seres humanos tenham órgãos dos sentidos similares, o modo como as suas capacidades são usadas e desenvolvidas começa a divergir numa idade bem precoce. Como resultado, não somente as atitudes para com o meio ambiente diferem, mas difere a capacidade real dos sentidos.

Na mesma linha, sustenta Oliveira (2012, p. 56), ao dispor que:

As noções básicas sobre percepção/cognição implicam as de sensação, atividade perceptiva, imagem mental e a própria conduta humana relacionada com a afetividade e a representação. Além disso, a percepção ambiental diz respeito ao urbano, ao rural e às regiões selvagens. As perspectivas para uma percepção ambiental não devem se restringir, apenas pelas belezas exóticas e únicas, mas, sim envolver uma tomada de consciência, priorizando atitudes éticas e afetivas em relação ao meio ambiente.

Esses sentimentos de indiferença, de afeição ou de aversão, narrados por Amorim Filho (1999), traduzem-se na topofobia e na topofilia, segundo os conceitos de Tuan (1982). As ações sobre esses lugares e paisagens são de infinitas possibilidades, mas exemplificamos com os fenômenos de topocídio e de topo-reabilitação – este último é também exemplo das atitudes éticas e afetivas de Oliveira (2012). Todavia, antes de adentrarmos propriamente nesses conceitos, é necessário entender o que é o lugar, haja vista ser a partir dele que todos os demais se fundam.

O conceito de lugar é fundamental a qualquer estudo em Geografia – na geografia clássica, por quase 50 anos, foi, inclusive, relacionado à objetividade da própria disciplina, haja vista a afamada frase de La Blache (1985, p. 47): “A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”. Assim, pelo aqui narrado e também pela própria objetividade da área, na Geografia Humanística, o conceito de lugar ganha singular importância.

Primeiramente, insta salientar que o lugar difere da noção de espaço, pois lugar é o espaço com valor para o indivíduo. Para Tuan (1983, 2018), o conceito está intimamente vinculado às experiências e às significações do espaço.

**O lugar é um centro de significado construído pela experiência.** É conhecido não apenas através dos olhos e da mente, mas também através dos modos de experiência mais passivos e diretos, os quais resistem à objetificação. Conhecer o lugar plenamente significa tanto entendê-lo de um modo abstrato quanto conhecê-lo como uma pessoa conhece outra. Num nível altamente teórico, os lugares são pontos no sistema espacial. Num extremo oposto, são sentimentos altamente viscerais. Os lugares são raramente conhecidos em um ou outro extremo: o primeiro é muito distante da experiência sensorial para ser real e o segundo pressupõe enraizamento numa localidade e comprometimento emocional que são altamente raros. **Para a maioria das pessoas no mundo moderno, os lugares situam-se em alguma**

**parte na extensão intermediária da experiência** (TUAN, 2018, p. 5-6, grifo nosso).

O espaço, por outro lado, nas palavras de Santos (2014, p. 15), “[...] deve ser considerado como uma totalidade”. Este se funda, exclusivamente, no meio ecológico, na natureza, mas sim como o resultado da união intercambiável e independentes de 4 elementos: “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (SANTOS, 2014, p. 16). Argumenta, ainda, que esse espaço é um sistema de estruturas e, por isso, ao analisá-lo, deve-se ultrapassar o estudo isolado de seus elementos, alinhando-os aos vetores externos, sob pena de não ultrapassar o domínio da abstração.

A partir da definição de espaço, Santos (2014) finda corroborando com a conceituação de lugar. Afirma que:

[...] **cada lugar constitui na verdade uma fração do espaço total**, pois só esse espaço total é o objeto da totalidade das relações exercidas dentro de uma sociedade, em um dado momento. Cada lugar é objeto de apenas algumas dessas relações “atuais” de uma dada sociedade e, através dos seus movimentos próprios, apenas participa de uma fração do movimento social total (SANTOS, 2014, p. 30, grifo nosso).

Tuan (2018) esclarece que essas frações do espaço podem ter tamanhos extensões variadas, sendo que quanto maior e mais dispersa mais difícil se torna conhecê-lo. Para ele, dentro de um lar, existem vários lugares. Por exemplo, uma sala de jantar, dentro do lar, é um lugar. Porém, ainda que assim argumente, apresenta as nações-estado como lugares. Veja-se:

Ainda assim, para seus cidadãos, a nação é certamente um lugar, um centro de significado, um foco de lealdade e apego profundo. A nação, ao contrário da região, é comumente referida como lar, a terra natal. [...] A nação, demasiado ampla para ser conhecida pela maioria de seus cidadãos, é conhecida conceitualmente por sua bandeira, hino nacional, uniforme do exército e desfiles, história etnocêntrica e geografia (TUAN, 2018, p. 11-12).

Portanto, ainda que o Acre não seja uma nação, podemos, analogamente e partir da noção de Estado na Federação, inseri-lo na supra conceituação enquanto um lugar por vias da mesma lógica. É um lugar por ser fonte de apego emocional, enquanto terra natal, como lar. É conhecido pelos seus cidadãos pelos mesmos símbolos atrelados à nação – a bandeira, o hino, a histórica e a geografia. Para Tuan (1985, p. 149-150):

Como um mero espaço se torna um lugar intensamente humano é uma tarefa para o geógrafo humanista; para tanto, ele apela a interesses distintamente humanísticos, como a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar.

Desenvolvendo estudos sobre a temática, Tuan (1980), introduziu no âmbito das percepções ambientais, dois conceitos basilares: a topofilia e a topofobia. Para ele:

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. [...] A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo (TUAN, 1980, p. 107).

Em outro determinado momento da obra chega a tratar a topofilia como sinônimo de amor humano por lugar. Portanto, é possível concluir que a topofilia se perfaz como a relação de sentimentos positivos para com uma determinada localidade – pertencimento, familiaridade, conforto, agrado. A topofobia se mostra como o quadro antagônico da topofilia. Parte dos mesmos fundamentos, conceituações e elementos, mas em vez de apurar os sentimentos positivos, dedica-se aos negativos – a aversão, o desagrado, o não pertencimento, a estranheza.

Quando qualquer desses sentimentos se tornam “irresistíveis” tem-se constituído um símbolo. Como elementos característicos da topofilia e, por conseguinte, da topofobia, Tuan (1980) trabalha a apreciação estética, o contato físico, o bem-estar físico (saúde), a familiaridade, a afeição, o patriotismo e as relações binárias (pertencer, não pertencer, por exemplo). Além disso, apresenta o trinômio urbano-campo-selvageria.

Serão esses os pontos buscados na obra de Morais (2016). Os sentimentos que são por ela percebidos quanto aos grupos de “brasileiros acreanos”, seringueiros, indígenas e autonomistas para com o lugar Acre. A sua análise foi construída, essencialmente, sob um prisma histórico-crítico, porém, a partir do método da análise do discurso, tornou-se possível apreender como ela, no plano de fundo secundário à sua discussão, demonstra os sentimentos de topofilia e a topofobia presentes nesses agrupamentos históricos de acreanos.

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

Tocante ao material selecionado, é preciso traçarmos os critérios utilizados para três escolhas: a da autora; a do livro; a dos capítulos. A escolha do livro e da autora aconteceu em concomitância. Buscava-se por uma obra que externasse em sua escrita, sentimentos de topofilia e de topofobia, ainda que secundária e, talvez, não conscientemente, sobre o Acre. Assim, encontrou-se o livro objeto deste artigo e, numa análise de seu conteúdo e do currículo

de sua autora, percebeu-se que ambos detinham o nível de aprofundamento e criticidade procurado.

Ademais, diante do objetivo geral delineado nesta pesquisa, após atenta leitura e fichamento da obra, percebeu-se que somente os capítulos dois e três – respectivamente intitulados como: Gênese da “Acreanidade”: a revolução acreana; Gênese do acreanismo: o movimento autonomista do acre”; e “A resignificação da identidade acreana: o movimento social de índios e seringueiros como símbolo da ‘defesa da floresta’ e do ‘verdadeiro acreano’” – eram de pertinência na análise.

Isso porque são os capítulos nos quais, ao longo da discussão central, a autora exterioriza a existência de sentimentos de topofilia e topofobia nos grupos estudados para com a localidade objeto, o Acre. Oportunamente, salientamos que a exteriorização de sentimentos é elemento secundário dos capítulos selecionados e não o foco central deles, porém nos demais beira a inexistência.

Esses dois capítulos constituem-se como uma análise crítica aos três acontecimentos históricos chave da constituição e ressignificação da dita “acreanidade”: A Revolução Acreana, enquanto mito fundador; o Movimento Autonomista; e o Movimento Social de índios e Seringueiros. Assim sendo, foram eleitos quatro grupos para análise: o “brasileiro acreano”, o seringueiro, o indígena e o autonomista.

Explica-se que o primeiro capítulo não é objeto de discussão em razão de ser essencialmente teórico; e que os dois últimos não o são porque dedicam-se, em síntese, a ações políticas e, por isso, o caráter do sentimental necessário para o desenvolvimento da análise pretendida torna-se inexistente.

No tocante à análise, selecionou o método da análise do discurso de linha francesa segundo a concepção de Pêcheux (1975) e Orlandi (2012). Segundo Pêcheux (1975), o discurso é inerente ao sujeito que o enuncia e o sujeito é inerente à ideologia. À vista disso, não há como desvencilhar a ideologia do discurso e, por conseguinte, nunca há uma verdade absoluta nos discursos, mas sim um sentido, moldado a partir ideologia de quem o profere.

Soma a isso, o exposto por Orlandi (2012, p. 46) acerca da noção de ideologia dentro do método presente:

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido.

Compreendido o discurso e a ideologia ao qual se refere, passa a ser tangível entender o método selecionado.

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos de domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de resignificação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2012, p. 26).

Então, é possível concluir que o disposto neste artigo não encerra a percepção ambiental do Acre pelos seus moradores de maneira definitiva, sequer externa regras gerais tangentes às percepções de todos os indivíduos que compõe os grupos em debate, limita-se a estudar, através dos métodos da análise do discurso, como a autora, enquanto prolatora deste, percebeu, apoiada em seus estudos e ideologias, os sentimentos desses sujeitos.

Por fim, Orlandi (2012) externa que a análise desses discursos deve se assentar em fatores histórico-sociais, aqueles que circundam a própria produção do discurso e, por conseguinte, fundamentam os sentidos, sejam eles explícitos ou implícitos no objeto de investigação. Logo, os resultados e discussões desta pesquisa, vez que voltados à compreensão dos discursos de Moraes, subsidia-se também em elementos externos ao seu texto, para promover essa contextualização histórico-social, bem como situar os excertos no referencial adotado.

#### **4. A PERCEPÇÃO DO ACRE PELOS GRUPOS ACREANOS HISTÓRICOS, NO LIVRO “ACREANIDADE: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA”**

O livro se dedica a tratar do “ser acreano”, enquanto uma identidade. O subtítulo da obra “Invenção e reinvenção da identidade acreana” remete à transição ocorrida entre o acrenismo e a acreanidade. O primeiro, como a própria autora explica, relaciona-se com o movimento da elite local; ao passo que o segundo “[...] é uma resignificação da identidade acreana e está ancorada na trajetória de índios e seringueiros no Acre, sem, no entanto, negar os signos identitários do acrenismo” (MORAIS, 2016, p. 26-27).



Dentre esses signos não abandonados, destacamos dois acontecimentos históricos: A Revolução Acreana e o Movimento Autonomista. Junto a esses dois, com a acreanidade, surge outro: o Movimento Social de índios e seringueiros. E é com foco nesses três eventos que se externa as relações acreano-Acre que serão objeto de discussão nesta seção.

Na Revolução Acreana, a autora sustenta pela inexistência de um ser “acreano”. Havia os brasileiros do Acre. Esses brasileiros do Acre era um grupo composto por seringueiros e seringalistas que, ainda que com ideários diferentes acerca do movimento armado, guerrilharam na Revolução. Portanto, é sob a égide deste acontecimento, que se externa a topofilia e a topofobia dos “brasileiros do Acre”.

O Movimento Autonomista, na sequência, representou a luta pela autonomia do Acre. Isso porque, após a anexação deste ao Brasil, permaneceu quase 60 anos como Território Federal, cujos líderes do Executivo eram nomeados pelo governo Federal, sendo, normalmente, “fracassados políticos” – aqueles que não ganhavam eleições. O patriotismo aqui se mostra como um dos elementos chave para a compreensão da percepção dos autonomistas.

Os seringueiros, por outro lado, não se vinculam a um só evento. Estão presentes até a atualidade e possuem papel em todos os três movimentos – ainda que seja pela não participação, como ocorre no movimento dos autonomistas, regido, em regra, pelas oligarquias. Assim sendo, não se limitará a um outro acontecimento.

Por fim, os indígenas, enquanto moradores originários, são, de todos os grupos, os menos presentes nos registros históricos, ainda que sejam aqueles cujo sentimento de pertencimento à terra é mais significativo e movido não por anseios econômicos, mas sim pela terra. Isso se dá, em grande parte, em decorrência do construtor da história acreana, homens brancos e aristocratas. Na obra de Moraes, esses são sujeitos presentes nas discussões do Movimento Social dos índios e dos seringueiros e também, em alguns momentos, fala-se sobre a questão do contato com o emigrante e a escravização destes nos seringais.

Cada um desses grupos compõe uma subseção desta seção, exceto pelos dois últimos que, juntos, forma uma só. Os objetivos dessas seções são uníssonos – abordar como o grupo percebe o Acre, na visão da autora. A ordem dessas subseções segue à lógica de disposição dos parágrafos acima.

#### 4.1. Os “brasileiros do Acre”

Os “brasileiros do Acre” são um grupo constituído pelos migrantes, em regra, nordestinos, que aqui se assentaram. Esses brasileiros do Acre, segundo Morais (2016), somente se “transformaram” em acreanos com a própria Revolução Acreana, dando origem também ao acreanismo. Afirma, “[...] no fim da Revolução, os brasileiros do Acre conquistaram o direito de se autodenominarem acreanos” (MORAIS, 2016, p. 63).

Até a data do referido acontecimento, esse grupo de pessoas, segundo se externa de Morais (2016), não se identificava enquanto acreano, tampouco nordestinos, mas sim brasileiro. Não havia um pertencimento, uma familiaridade, afeição ou qualquer outro sentimento com relação ao Acre. A topofilia, até o início dos conflitos pelo território, era manifesta para com as suas terras sertanejas.

É importante frisar que esses brasileiros do Acre estão na região desde 1877, quando começou o movimento migratório com a “[...] frente extrativa da *Hevea brasiliensis*, para os altos rios que hoje formam o Vale do Purus [...]” (MORAIS, 2016, p. 68, *italico no original*). Em 1878, bem antes da Revolução Acreana, já havia, aproximadamente 15 mil migrantes. As relações desses migrantes brasileiros com os bolivianos e peruanos, inicialmente, não foram tão conflituosas, a situação se agravou com o crescimento do mercado internacional da borracha.

Esse fator econômico acirrou os conflitos, corroborou para a consolidação de disputas pelo território e para o desenvolvimento de um sentimento de posse e pertencimento. Nesse cenário, esse sentimento de pertencimento é naturalmente topofílico, como enuncia Tuan (1982), e nasceu, primeiramente, da relação binária “nós” e “eles”<sup>1</sup>. O estrangeiro boliviano e peruano passou a ser o inimigo. O lugar Acre, onde habitavam, precisava, indiscutivelmente, pertencer à pátria desse grupo – o Brasil. E, assim sendo, comporia a nação-Estado Brasil, localidade pela qual esse povo já manifestava pertencimento, através do sentimento patriótico.

Observe o excerto:

O Outro também foi o estrangeiro, no caso, o boliviano e o peruano, principalmente, os primeiros, que em vários momentos “tentaram se apossar” das terras que lhes pertenciam e que haviam sido ocupadas por brasileiros no Acre. Estes guerrearam contra os bolivianos durante seis meses, ocorrendo sete batalhas, com três derrotas e quatro vitórias para os “revolucionários” do Acre (MORAIS, 2016, p. 58).

---

<sup>1</sup> Para Morais (2016), essa dualidade entre nós e outros é um elemento formador da identidade.

Essa topofilia com relação à nação-Estado se externa, dentre outros momentos, neste excerto do Manifesto da Junta Revolucionária, trazido por Morais (2016). No trecho, ainda que os brasileiros do Acre manifestem tristeza para com suposto abandono governamental, deixam claro sua topofilia para com a Pátria:

O Governo do Brasil não respondeu aos nossos patrióticos alarmes; **a Pátria, a nossa estremecida mãe** personificada em grupo de valentes e caritativos irmãos respondeu sem precisar de nosso apelo: a 1º de maio, data que conservaremos gravada em nossos corações. Ilustres e denodados irmãos nos surpreenderam com a patriótica intimação que dirigiram em nome do povo brasileiro às autoridades bolivianas que, faltas de força e de prestígio, nos abandonaram **com a mesma facilidade com que nos conquistaram** (TOCANTINS, 2001, p.327-328 apud MORAIS, 2016, p. 87, grifo nosso).

No mesmo documento, pouco mais à frente, esses brasileiros do Acre, externam sua aversão à Bolívia, o que pode se caracterizar, em certa medida<sup>1</sup>, como topofobia. Veja-se: “É justo, pois, que cidadãos livres não se conformem com o estigma de parias criado pelo governo de sua pátria – nem podem de forma alguma continuar sendo escravos de uma outra nação: a Bolívia.” (TOCANTINS, 2001, p.327-328 apud MORAIS, 2016, p. 87). Isto é, a mesma binaridade “nós” e “eles” que dá início à topofilia com relação ao Acre, finda desenvolvendo certa “topofobia” com relação à Bolívia.

Desse modo, a natureza do lugar Acre, especificamente, pela vegetação e, ainda mais em específico, pela seringa, passou a ser familiar aos brasileiros do Acre. Essa natureza, uma vez que representava a principal fonte de sustento desse grupo, não teria como não lhes ser familiar, agradável. Então, passou a ser necessário – e sabe-se compulsório –, mesmo sem o apoio da própria pátria, brigar pelo lugar, principalmente porque era essa uma exigência dos senhores de terras – os seringalistas, que não renunciariam a sua nova fonte de riquezas.

A Revolução Acreana, enquanto um símbolo histórico, e, nas palavras de Morais (2016), mito fundador da acreanidade, modificou o ser “brasileiro do Acre”. Após a vitória territorial desses guerrilheiros, eles passam a se autodenominar acreanos, abandonando, segundo Morais (2016), a sua natalidade original e, por conseguinte, dando, às terras recém conquistadas, a “honra” de se constituir como seus lugares de afeição.

---

<sup>1</sup> Diz-se “em certa medida” porque o sentimento não se funda, essencialmente, nas questões ambientais da localidade, parte, na verdade, de uma aversão à própria nação. Portanto, não é possível afirmar categoricamente a presença incontestável de topofobia, haja vista ser essa uma reunião de sentimentos derivada da percepção ambiental dos lugares.

Esse povo só passou a ser denominado de acreano após a criação do Território Federal do Acre, em 1904. Antes desta data, os brasileiros do Acre eram identificados pelos rios que habitavam. O acreano (ex-nordestino, ex-cearense, o banido pela seca, o renegado) surgiu na relação com o chão (com o Acre, o rio) e, também, na relação com o outro (o boliviano). (MORAIS, 2016, p. 93).

O trecho acima traduz todo o advogado até aqui. Essa relação com o chão, pelo próprio enredo de Moraes (2016), é facilmente concebida como relação com o ambiente natural, que engloba o rio, a vegetação e suas demais características. Portanto, o acreano, ex brasileiro do Acre, surge, justamente, no âmago do estabelecimento da topofilia com a terra, que, infelizmente, somente surgiu pela sua exploração.

#### **4.2. Os autonomistas**

Os autonomistas, num movimento quase sucessório à Revolução Acreana, são constituídos pelos acreanos que lutavam pela emancipação do Acre. Isso porque o Acre, quando oficialmente anexado ao domínio brasileiro, foi constituído como Território Federal. Argumenta Moraes (2016) que o Movimento Autonomista foi justificado pelos sujeitos envolvidos a partir da Revolução Acreana.

O mito fundador do Acre – a conquista do território dos bolivianos e peruanos – tem sido acionado em diferentes momentos históricos para justificar reivindicações políticas da classe dominante e política do Acre. Um desses momentos foi o do Movimento Autonomista no Acre [...] (MORAIS, 2016, p. 97).

Os membros do Movimento eram essencialmente as oligarquias que “[...] desejavam que o Acre fosse elevado à condição de Estado, a fim de conformarem e exercerem o poder de uma maneira mais autônoma entre seus membros” (MORAIS, 2016, p. 98). Essas oligarquias, numa tentativa de transmutar seus anseios como preocupações gerais e não somente questões econômicas e de poder – como verdadeiramente eram – introduzem os seringueiros no debate:

“tomavam conta de tudo, submetendo o seringueiro a viver à margem da nacionalidade, prejudicado nos seus interesses e sem nada lucrar” (CASTELO BRANCO, 1961, p. 251). Esta é a fala oficial no que diz respeito à insatisfação dos acreanos com a situação criada pelo Governo Federal no Território Federal do Acre.

O movimento, pautava-se principalmente pelo anseio de que o Acre fosse governado por alguém do Acre, pois os “de fora” não o faziam. Assim, temos aqui caracterizada uma continuação daquilo que fora percebido quando da análise da subseção acima, “Brasileiros acreanos”, porém, agora, em vez dos estrangeiros, tem-se brasileiros como sendo os “outros” e

o regionalismo começa a dar, em certa proporção, lugar a um sentimento análogo, mas pelo Acre e não pelo Brasil.

Sobre os autonomistas, as discussões feitas por Morais (2016) findam sendo mais políticas que ligadas às questões do ambiente. O que não causa surpresa, haja vista que o Movimento Autonomista era, essencialmente, político. A topofilia aqui é derivada, de maneira análoga, do “patriotismo”, com base no advogado por Tuan (1982, 1983) sobre os símbolos – agora, territoriais – e nos acontecimentos históricos – com ênfase no mito fundador.

Esse patriotismo análogo é definido por Morais (2016, p. 104) como o acreanismo. Observe: “[...] daí, remonta o ‘sentimento do acreanismo’ que se constituía em um ‘traço psicocultural muito forte da população’ local”. Portanto, o próprio acreanismo se mostra como uma evidência de topofilia. Salienta-se, por fim, que não se percebeu, no texto, traços de topofobia, desse grupo para com esta ou outras localidades.

### **4.3. Os seringueiros e os indígenas**

Nas palavras de Morais (2016, p. 57): “Seringueiros e índios foram inimigos históricos por quase cem anos, questão essa só amenizada no final da década de 1980 com a aliança dos povos da floresta”. E complementa:

Os seringalistas, como se sabe, foram os responsáveis pela matança generalizada de grupos indígenas, pela incorporação destes à empresa seringalista, na qual eram mais explorados que os próprios seringueiros. Mas, com o Governo da Floresta, os índios aparecem ao lado de seus algozes, como se tivessem vivido em harmonia e lutado pelos mesmos ideais (MORAIS, 2016, p. 57).

Os indígenas são os povos originários do Acre e, portanto, desde a sua chegada às terras, ocorrida há aproximadamente 24mil anos, manifestam topofilia para com a localidade, visto ser o próprio ambiente natural não só a moradia desses povos, mas também símbolos e até mesmo a materialização de muitas de suas crenças. (SOUZA, 2019).

Morais (2016) destaca, em diversos momentos, que a convivência entre os migrantes e os indígenas nunca foi harmônica, tampouco pacífica, como se sustenta na construção da identidade dos “verdadeiros acreanos” – os moradores da floresta. Todavia, é somente no terceiro capítulo que efetivamente passa a discutir sobre o grupo, falando sobre a história de contato, bem como tratando de questões de anseio pela preservação das florestas junto aos seringueiros, por volta da década de 80.

Morais (2016) enumera três tempos do contato indígena com os não índios: o tempo das correrias, marcado pelos primeiros contatos, com violentos conflitos e, inclusive, expedições armadas; o tempo de cativo, conceituado como aquele no qual esses sujeitos trabalhavam nos seringais; o tempo de direitos, marcado pela criação da Fundação Nacional do Índio (Funai); e, por fim, o tempo de revitalização cultural, concomitante ao anterior e marcado pelo “resgate” cultural.

Com as frentes extrativas, os índios passam de senhores das terras que ocupavam, a obstáculos à exploração do caucho e da seringa, e são vítimas das expedições armadas com o intuito de “limpar a terra” para os seringueiros trabalharem [...] As correrias são “sinônimos de dizimação, dispersão, escravidão ou submissão dos índios à empresa seringalista” impostos pelos caucheiros e seringalistas (CASTELO BRANCO, 1961). Este tempo é lembrado, pelos índios, como o tempo dos “trabalhos pesados que eram obrigados a fazer no seringal, dos intermináveis dias em caçadas para o patrão, das longas caminhadas carregando bolas de borracha” (VARADOURO, nov./1977b) (MORAIS, 2016, p. 150-151).

Tocante aos seringueiros, Moraes (2016) informa que, inicialmente, tanto o extrator quanto o seringalista pertenciam ao grupo seringueiro e que a sua separação aconteceu em momento posterior. Entretanto, compete salientar que, neste trabalho, o termo seringueiro se refere ao extrator de látex. Esse grupo de sujeitos, de todos os migrantes, foi o que demonstrou o maior desenvolvimento de sentimentos topofílicos com relação à localidade.

Isso deriva, principalmente, do fato de que esses seringueiros eram pessoas humildes, normalmente analfabetas e estavam vindo para o Acre na promessa de melhores condições de vida, desde antes de aqui chegarem manifestavam agrado pelo lugar, baseados nos anseios pessoais e expectativas de ascensão.

Na obra de Moraes (2016), esses sujeitos, assim como os indígenas, entram em debate principalmente quando se vai falar do Movimento social dos seringueiros do Acre e, por isso, decidiu-se abordar ambos de maneira reunida. A autora até o apresenta quando aborda a temática da Revolução Acre, porém, estes não são o destaque deste episódio, pois sequer tinham a faculdade de escolher lutar ou não – eram coagidos pelos seringalistas a tanto. Para além disso, acreditavam na promessa de liquidação de dívidas e de redução nas taxas cobradas.

Assim, sobre esses Movimentos sociais conjuntos, explica que:

Os movimentos sociais que emergiram a partir da década de 1970 no Acre estão relacionados, simultaneamente, à resistência da destruição do modelo anterior (seringal empresa), à contestação do novo (a pecuarização) e à busca de soluções que contemplassem as especificidades do modo de vida de índios e seringueiros (MORAIS, 2016, p. 127).

No que concerne ao Movimento social dos seringueiros, temos novamente figurada a dicotomia “nós” e “eles”. Os outros agora são os paulistas. Narra Moraes (2016, p. 56): [deu-se] com base no confronto com novamente os de ‘fora’, confronto esse que define as identidades específicas de seringueiros e de índios como os acreanos e os de fora como os ‘paulistas’”. E complementa:

Da mesma forma como a categoria paulista englobava todos os “de fora”, independentemente de classe social ou posição política, o termo acreano englobava todos os “de dentro”, seringueiros e seringalistas, patrões e fregueses, aviadores e aviados que fossem contrários à bovinização do Estado (MORAIS, 2016, p. 176).

Para os seringalistas e os membros da alta classe, essa bovinização era ruim porque lhe impedia de auferir os lucros habituais. Para o seringueiro e para o indígena, ultrapassava o fator econômico, os seringais não eram somente a fonte de seu sustento, eram também o seu lar, pois ali tinham criado laços, tido inúmeros contatos físicos com a terra e desenvolvido familiaridade, afeição e, no caso dos indígenas, ancestralidade. Por isso, empenhavam-se para defender, não seu direito de explorar a terra, mas a terra, enquanto ambiente natural, na figura dos seringais:

A oposição entre os acreanos (índios e seringueiros) e os “paulistas” foi construída ao longo do movimento de resistência contra a expropriação da terra, a transformação das colocações-seringais em fazendas e a derrubada de seringueiras e castanheiras para a formação de pastos (MORAIS, 2016, p. 123)

Esses paulistas chegavam aos seringais e às ocupações indígenas, com autorizações judiciais para desmatar, derrubar e, muitas vezes, chegavam até a queimar o lar desses sujeitos, sem que fossem tomadas quaisquer medidas de reparação. A resistência, liderada pelos sindicatos, passou a pleitear e lutar por ações que pudessem conservar tanto os costumes os seringueiros quanto as culturas indígenas.

No que tange às terras indígenas, a sua própria definição remete a um vínculo topofílico:

A definição dos territórios indígenas se fundamenta na ocupação efetiva, e a longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais, muitas vezes ancoradas na memória dos mais antigos e no reconhecimento de seu vínculo territorial e de sua condição de indígena (MORAIS, 2016, p. 154).

Esses grupos têm na floresta a base da sua própria subsistência, com vínculos que extrapolam a esfera do agradável esteticamente, diz respeito à sua cultura, à sua ancestralidade, às suas crenças e à gênese de seu povo. Como resultado desses anseios e lutas derivados, dentre

diversos outros motivos, da topofilia, foram instauradas as reservas extrativistas (para os seringueiros) e as demarcações de terras indígenas (para os povos indígenas).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se analisar, neste artigo, em apertada síntese, qual a visão da autora acerca das relações afetivas entre os grupos “brasileiros do Acre”, autonomistas, seringueiros e indígenas com a localidade Acre. Para isso, anteriormente, foi desenvolvida uma análise conceitual sobre a Geografia Humanística, bem como os conceitos de lugar, topofilia e topofobia. Nessa oportunidade, comprovou-se, oportunamente, que o Acre pode ser percebido como um lugar, um espaço com os qual as pessoas desenvolvem relações e sentimentos de pertença.

No que diz respeito aos agrupamentos de acreanos históricos, objetos de estudo de Morais (2016), constatou-se que os brasileiros do Acre se perfazem como os migrantes vindos para a região, em momento anterior à Revolução Acre, pois é somente após esta que passa a exigir o ser acreano. Estes desenvolveram sentimentos inerentes à topofilia justamente com o avançar dos conflitos pela terra.

Os autonomistas deram origem ao acreanismo que traduz justamente as características topofílicas destes para com o Acre. O sentimento se funda, principalmente, como uma espécie análoga ao patriotismo, restrita ao, à época, Território Federal do Acre. A questão autonomista é essencialmente política, portanto, em raras vezes há falas sobre o ambiente natural.

No tocante aos seringueiros e aos indígenas, estes se perfizeram, por quase um século, como inimigos naturais, cuja convivência era desarmônica e não pacífica. Apesar disso, ambos os grupos foram enganadas e explorados pelos seringalistas e afetados pelos movimentos pecuaristas. Assim, por volta da década de 1980, unem-se em prol da defesa da preservação do ambiente natural acreano.

Percebeu-se que o sentimento de topofilia é inerente ao próprio ser indígena, pois é a partir da percepção da natureza que seus costumes, suas crenças e a sua ancestralidade se manifestam. Quanto aos seringueiros, constata-se em Morais (2016) que foram o grupo migrante que mais desenvolveu a topofilia, visto terem partido das suas terras natais na expectativa de uma vida nova e melhor, portanto chegaram abertos ao novo e aqui criaram raízes e vínculos.



Ademais, quanto à tofobia, não se percebeu traços no texto que efetivamente demonstrassem uma aversão a determinada localidade em razão da percepção ambiental realizada pelos sujeitos sobre ela. Aponta-se, com ressalvas, a questão da aversão ao estrangeiro, quanto se trata dos “brasileiros do Acre”, porém, como apontado no item, não é possível vincular a tese ao conceito propriamente dito.

A pesquisa teve como principais óbices à sua execução o fato de o livro ora analisado se basear na tese da autora, portanto, não foi possível apreender o sentimento desta para com a localidade, somente fazer deduções a partir de falas dedicadas a temáticas distintas daquela que aqui se debate. Por fim, como proposta de continuidade deste trabalho, podem ser desenvolvidas pesquisas fundadas na pesquisa de campo, por vias, por exemplo, de entrevistas narrativas, com membros representantes de cada um desses povos, a fim de colher deles qual era/é a percepção ambiental acerca do Acre.

## 6. REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em MG. *In*: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (orgs). **Percepção Ambiental: A experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

HETTNER, A. Os ramos da geografia e sua relação com as ciências da natureza / Die Zweige der Geographie und ihr Verhältnis mit den Naturwissenschaften. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 138-160, 29 abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13646>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características Próprias da Geografia. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

MORAIS, Maria de Jesus. **Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2016.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção Ambiental. **Revista Geografia e Pesquisa**, v. 6, n. 2, jul/dez., 2012, Ourinhos. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/135>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PÊCHEUX, Michel. **Les Vértiés de la Palice, Maspero**. Tradução Eno Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SORRE, Max. **El Hombre em La Tierra**: Introducción. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

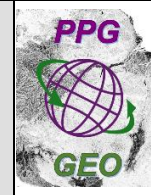
SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. São Paulo: Editora Record, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: Uma perspectiva experiencial. Tradução de Márcia Miguel Feitosa e Renata França Pereira. **Geograficidade**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/27150/pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.



## ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DAS ALTERAÇÕES DE USO E COBERTURA DA TERRA NA BACIA DO IGARAPÉ SÃO FRANCISCO, RIO BRANCO – ACRE – BRASIL (2001 – 2021)

Bel Gerson Bessa de Andrade<sup>1\*</sup>, Dra. Karla da Silva Rocha<sup>2</sup>, Mes. Alexandre Ricardo Hid<sup>3</sup>, Bel. Laura de Souza Moraes Dueti<sup>4</sup>, Mes. Francisca da Silva Reis<sup>5</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0509-5817>; <https://orcid.org/0000-0002-2738-9314>;  
<https://orcid.org/0000-0001-6729-9324>; <https://orcid.org/0000-0002-5879-6473>;  
<https://orcid.org/0000-0002-8627-6045>

<sup>1</sup>Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Acre/UFAC, Pesquisador do Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Acre - LAGEOP/UFAC, Coordenador Técnico do Instituto GeoLAB, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Acre/UFAC, Programas de pós-graduação em Geografia e Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, Coordenadora do Laboratório de Geoprocessamento LAGEOP/UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>3</sup> Docente da Universidade Federal do Acre/UFAC, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>4</sup> Mestranda do Programas de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>5</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Acre - UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil.

[\\*gersonbessa17@gmail.com](mailto:*gersonbessa17@gmail.com)

Recebido em: 05/10/2022; Aceito em: 16/11/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-9>

### RESUMO

A expansão desordenada observada nas cidades devido ao crescente aumento da população e da busca por espaço para produção de alimentos vem gerando impactos na cobertura florestal, e transformando a natureza de forma abrupta. Estas transformações têm cada vez mais sido observadas nas bacias hidrográficas que estão localizadas próximo às cidades. A realização deste trabalho sobre o uso e cobertura da terra na Bacia Hidrográfica do Igarapé São Francisco foi de fundamental importância para identificar as mudanças ocorridas dentro da bacia. Foram utilizadas imagens dos satélites LANDSAT 5/TM e LANDSAT 8/OLI e ferramentas de geoprocessamento com uso do software Qgis 3.22.10 para o mapeamento do uso e cobertura da terra. Foram identificadas 5 classes de cobertura da terra, sendo elas: Floresta, Pastagem, Solo Exposto, Área Urbana e Corpos D'água, tornando possível assim avaliar a dinâmica da paisagem na área de estudo no período temporal de 20 anos entre os anos de 2001 e 2021. Os resultados mostraram que dentre as 5 classes identificadas as que sofreram maiores mudanças foram a classe de Floresta que apresentou perda de aproximadamente 6,3% e Solo Exposto que teve um aumento de 4,2% em toda área da bacia. As classificações geradas foram avaliadas pelo método de índice Kappa e acurácia global, apresentando valores Kappa de 0.87 e 0.80 para classificações de 2001 e 2021 respectivamente, e acurácia global de 92,31% para 2001 e 88,48% para 2021, sendo estes valores considerados como excelentes.

**Palavras-chave:** Dinâmica da Paisagem; Sensoriamento Remoto; Uso e cobertura do solo.

***SPATIO-TEMPORAL ANALYSIS OF LAND USE AND COVERAGE CHANGES IN THE SÃO FRANCISCO IGARAPÉ BASIN, RIO BRANCO – ACRE – BRAZIL (2001 – 2021)***

***ABSTRACT***

The disorderly expansion observed in cities due to the growing population and the search for space for food production has been generating impacts on forest cover, and abruptly transforming nature. These transformations have been increasingly observed in watersheds that are located close to cities. The realization of this work on the use and land cover in the Igarapé São Francisco Watershed was of fundamental importance to identify the changes that occurred within the basin. Images from LANDSAT 5/TM and LANDSAT 8/OLI satellites and geoprocessing tools using Qgis 3.22.10 software were used to map land use and land cover. Five land cover classes were identified, namely: Forest, Pasture, Exposed Soil, Urban Area and Water Bodies, thus making it possible to evaluate the dynamics of the landscape in the study area in the 20-year period between 2001 and 2001. and 2021. The results showed that among the 5 classes identified, the ones that underwent the greatest changes were the Forest class, which showed a loss of approximately 6.3% and Solo Exposed, which had an increase of 4.2% in the entire basin area. The generated classifications were evaluated by the Kappa index method and global accuracy, presenting Kappa values of 0.87 and 0.80 for classifications of 2001 and 2021 respectively, and global accuracy of 92.31% for 2001 and 88.48% for 2021, these values being considered to be excellent.

**Keywords:** Landscape Dynamics; Remote Sensing; Land Use and Cover.

***ANÁLISIS ESPACIAL TEMPORAL DE LOS CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DEL SUELO EN LA CUENCA IGARAPÉ SÃO FRANCISCO, RIO BRANCO – ACRE – BRASIL (2001 – 2021)***

***RESUMEN***

La expansión desordenada que se observa en las ciudades por el crecimiento de la población y la búsqueda de espacios para la producción de alimentos ha venido generando impactos en la cobertura forestal, y transformando abruptamente la naturaleza. Estas transformaciones se han observado cada vez más en las cuencas hidrográficas que se encuentran cerca de las ciudades. La realización de este trabajo sobre el uso y la cobertura del suelo en la Cuenca del Igarapé São Francisco fue de fundamental importancia para identificar los cambios que ocurrieron dentro de la cuenca. Se utilizaron imágenes de los satélites LANDSAT 5/TM y LANDSAT 8/OLI y herramientas de geoprociamiento utilizando el software Qgis 3.22.10 para mapear el uso y la cobertura del suelo. Se identificaron cinco clases de cobertura del suelo, a saber: Bosque, Pastizal, Suelo Expuesto, Área Urbana y Cuerpos de Agua, lo que permitió evaluar la dinámica del paisaje en el área de estudio en el período de 20 años comprendido entre 2001 y 2001 y 2021. Los resultados mostraron que entre las 5 clases identificadas, las que sufrieron mayores cambios fueron la clase Bosque, que presentó una pérdida de aproximadamente 6.3% y Solo Expuesto, que tuvo un aumento de 4.2% en toda el área de la cuenca. Las clasificaciones generadas fueron evaluadas por el método del índice Kappa y precisión global, presentando valores Kappa de 0.87 y 0.80 para clasificaciones de 2001 y 2021 respectivamente, y precisión global de 92.31% para 2001 y 88.48% para 2021, siendo estos valores considerado excelente.

**Palabras clave:** Dinámica del Paisaje; Detección remota; Uso y cobertura del suelo

## **1. INTRODUÇÃO**

O levantamento de uso e cobertura da terra tem se tornado um aspecto de interesse fundamental para a compreensão dos padrões de organização do espaço, levando assim, legisladores e planejadores a buscarem por informações sobre a dinâmica de mudanças

ambientais urbanas e rurais (HID, 2000). Isto porque, os meios naturais tanto urbanos como rurais vêm apresentando contínuas mudanças com o passar dos anos em respostas às ações antrópicas. Segundo o IBGE (2014) atividades voltadas para o mapeamento sistemático do uso da terra tem como objetivo analisar os possíveis impactos e definir indicadores de qualidade ambiental. Através do conhecimento destas mudanças é possível fornecer subsídios para avaliações dos impactos ambientais (SILVA, 2019).

Estudos de uso e ocupação do solo também se constituíram em um fator determinante na identificação de transformações ambientais em bacias hidrográficas. Estas transformações influenciam diretamente na manutenção ou retirada da cobertura de floresta nativa, bem como tem significativas implicações sobre a qualidade do solo, da água e das condições de vida da sociedade que pertencem a este ecossistema. Neste contexto, o Sensoriamento Remoto se constitui em uma ferramenta potencial para a análise da dinâmica de paisagem ocorridas dentro de Bacias Hidrográficas, dando suporte através de suas análises para a tomada de decisões que visem a manutenção e preservação do meio ambiente.

Segundo dados da CPRM (2021) a bacia hidrográfica do Rio Acre compreende uma área de 35.792 Km<sup>2</sup>. Deste total, 6% encontram-se em território Boliviano, 7% em território Peruano e 87% em território brasileiro. Destes 87% a maior parte 79% encontram-se em território Acreano e 8% no Amazonas. No Acre a bacia abrange quase todas as cidades das regionais do Alto Acre e Baixo Acre e por apresentar esta vasta extensão possui algumas sub-bacias dentro de sua área, uma delas, é a bacia hidrográfica do Igarapé São Francisco (BHISF) foco de estudo deste trabalho.

A BHISF apresenta um diferencial por apresentar uma Área de Proteção Ambiental - APA de 30.004,02 há, dentro do seu limite territorial. Esta APA representa mais de 50% da área da bacia. Em Rio Branco o igarapé São Francisco que dá nome a bacia percorre 17 bairros até desaguar no Rio Acre, isto torna a BHISF uma bacia tipicamente urbana. Assim, por se localizar no perímetro urbano a bacia vem sofrendo ao longo do tempo uma grande pressão, principalmente devido ao crescimento da área urbana que ocorre sem um planejamento, gerando assim grandes impactos ao meio ambiente. Um destes impactos, por exemplo, é a perda da cobertura florestal nas áreas de preservação permanente o qual permite que a bacia seja suscetível a enchentes durante os períodos mais chuvosos.

Além disto, a bacia vem sofrendo outros impactos ambientais como por exemplo a canalização de esgotos *in natura* para o canal do igarapé, grande ocorrência de lixo, a perda da

cobertura florestal devido a consideráveis níveis de desmatamento. Isto demonstra a fragilidade que o curso d'água do igarapé enfrenta frente aos processos antrópicos, bem como alterações na dinâmica de espécies animais principalmente da vida aquática diante da poluição do curso do igarapé. Tudo isto, mostra a importância de se analisar a dinâmica espaço temporal do uso e cobertura da terra para subsidiar ações de planejamento que visem minimizar estes impactos dentro da BHISF.

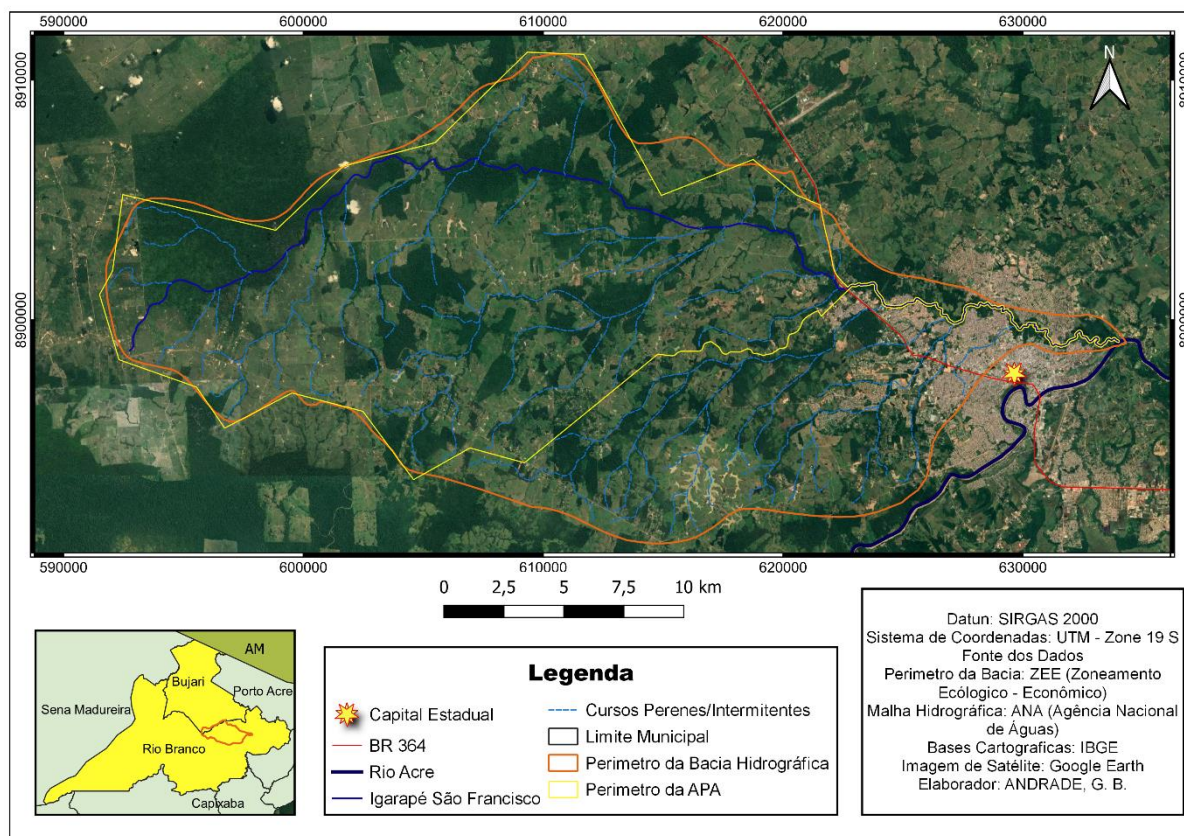
Neste contexto as geotecnologias surgem como ferramentas fundamentais que servem como alicerce para subsidiar o planejamento e o monitoramento das mudanças ocorridas ao longo dos anos. Entre estas geotecnologias está o Sensoriamento Remoto – SeRe, que segundo Florenzano (2007), se constitui em uma tecnologia que permite a obtenção de imagens e outros dados da superfície terrestre por meio de captação e registro de energia refletida ou emitida pela superfície terrestre. A rapidez e a confiabilidade na coleta de informação por sensoriamento remoto, permite uma maior facilidade na aquisição dos dados que são fundamentais para mapeamento de uso e cobertura da terra. O Sensoriamento Remoto sozinho ou integrado ao sistema de informações geográficas e dados de campo, pode ser uma fonte valiosa de dados para elaboração de mapas de uso e cobertura da terra, pois fornece uma representação da superfície da terra que é espacialmente contínua e altamente consistente (ROCHA, 2020). Neste sentido, este trabalho teve por objetivo avaliar a dinâmica de uso e cobertura da terra no perímetro da bacia do igarapé São Francisco nos últimos 20 anos (2001 a 2021) utilizando imagens do satélite LANDSAT.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

### **2.1. Área de Estudo**

A BHSF se localiza entre a divisa dos municípios do Bujari e a cidade de Rio Branco no Estado do Acre, abrangendo uma área de aproximadamente 45.461,6 ha (Figura 1). A bacia recebe o nome do principal canal de drenagem, “Igarapé São Francisco”, tendo sua nascente próximo a região de divisa entre Bujari e Rio branco, desaguardo assim no perímetro urbano da cidade de Rio Branco no Rio Acre, neste percurso, o igarapé passa por 17 bairros da cidade de Rio Branco. O Igarapé São Francisco é o maior afluente urbano com cerca de 20 Km de extensão, sendo responsável por 50% da drenagem da Bacia do Rio Acre (HID, 2000).

**Figura 1** – Mapa de Localização da Bacia Hidrográfica



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

## 2.2 Material e Método

Para a realização deste trabalho seguiu-se quatro etapas:

i) *aquisição das imagens de satélite e banco de dados complementares* – primeiramente foi realizado o download de duas imagens orbitais do satélite LANDSAT, sendo estas imagens escolhidas de acordo com a menor incidência de nuvens sobre a área da bacia. As imagens foram obtidas através do complemento (plugin) SCP do Qgis, que permitiu realizar o download das imagens do satélite LANDSAT 5/TM e LANDSAT 8/OLI através do site da USGS diretamente dentro do software de geoprocessamento. As imagens utilizadas foram de 30/07/2001 e 21/07/2021 e pertencentes a órbita e ponto 002/067.

ii) *composição colorida* – O processamento das imagens consiste no tratamento das imagens obtidas para realização das análises, onde após o download das imagens orbitais dos satélites é possível realizar a composição RGB (R-red), (G-green) e (B-blue) falsa cor, que consiste na junção de três bandas espectrais (Jensen, 2009). Essa composição facilita uma



melhor visualização da imagem, possibilitando uma melhor identificação dos pontos na imagem e consequentemente da identificação das classes de uso do solo da área.

iii) *definição de classes* - Seguiu-se as mesmas definições de classes para os dois períodos temporais analisados (2001 e 2021) sendo: Floresta, Pastagem, Solo Exposto, Área Urbana e Corpos D'água. Para isto, foi realizada uma interpretação das imagens do satélite LANDSAT bem como checagem de precisão com imagens no Google Earth. Após a interpretação das imagens foram realizadas visitas de campo para obtenção de verdade de campo. Vale ressaltar que a definição das classes de uso e cobertura da terra foram definidas com base nos Manuais de Uso da Terra (IBGE, 2020). Sendo assim portanto definidas: *Floresta*, são áreas ocupadas por formações arbóreas com porte superior a 5 m de altura, sendo incluídas as Florestas Ombrófila Densa e Aberta, além da Floresta Ombrófila Mista, sendo incluído outras feições em razão do seu porte superior a 5 m; *Pastagem*, são áreas destinadas ao pastoreio do gado e outros animais, tendo vegetação herbácea cultivada, ou vegetação campestre, sendo que ambas apresentam interferência de alta intensidade de ações antrópicas. *Solo Exposto*, caracterizado não apresentar cobertura vegetal ou por apresentar uma cobertura parcial rala; *Área Urbana*, caracterizada como sendo as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas é as áreas urbanas isoladas. Compreendendo assim as áreas de uso intensivo estruturadas por edificações e sistema viário, e *Corpos D'água* onde são todas as águas interiores, como rios, riachos, canais e outros corpos d'água lineares. Sendo englobados os corpos d'água naturalmente fechados (lagos naturais) e reservatórios artificiais (represamento artificiais de água construídos para irrigação, fornecimento de água e outros).

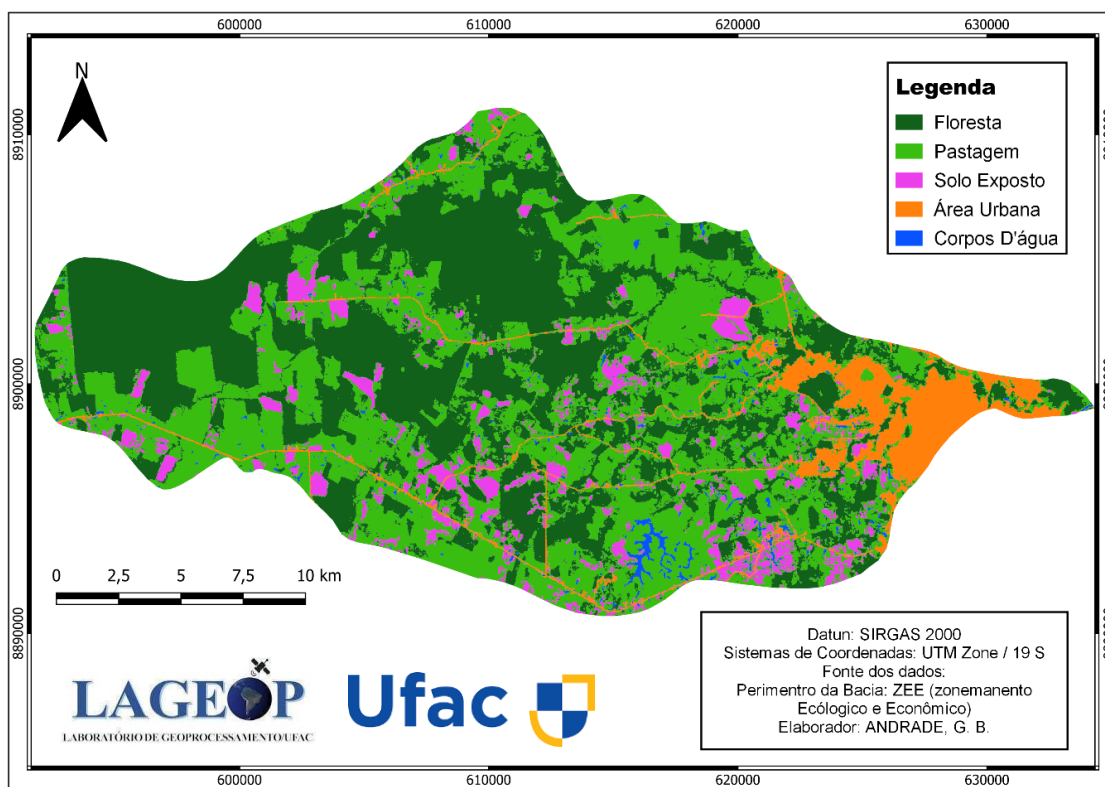
iv) Classificação e quantificação de fragmentos para geração de mapa de uso e cobertura do solo - A Classificação digital de imagens é uma parte do processamento prioritário para o mapeamento temático do uso da ocupação do solo. Assim, para tal foi utilizado o procedimento de classificação supervisionada através do complemento (plugin) Semi-Automatic Plugin (SCP) disponível no Qgis. Este plugin permitiu através da coleta de amostras pré-definidas na imagem a identificação de diferentes classes de uso da cobertura da terra, que foram predefinidas e posteriormente identificadas nas imagens seguindo o algoritmo de Maximum Likelihood (máxima verossimilhança) possibilitando identificar tais classes como: Floresta, Pasto, Solo Exposto, Corpo d'água, como também quantificar a áreas destas classes na Bacia Hidrográfica do Igarapé São Francisco.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

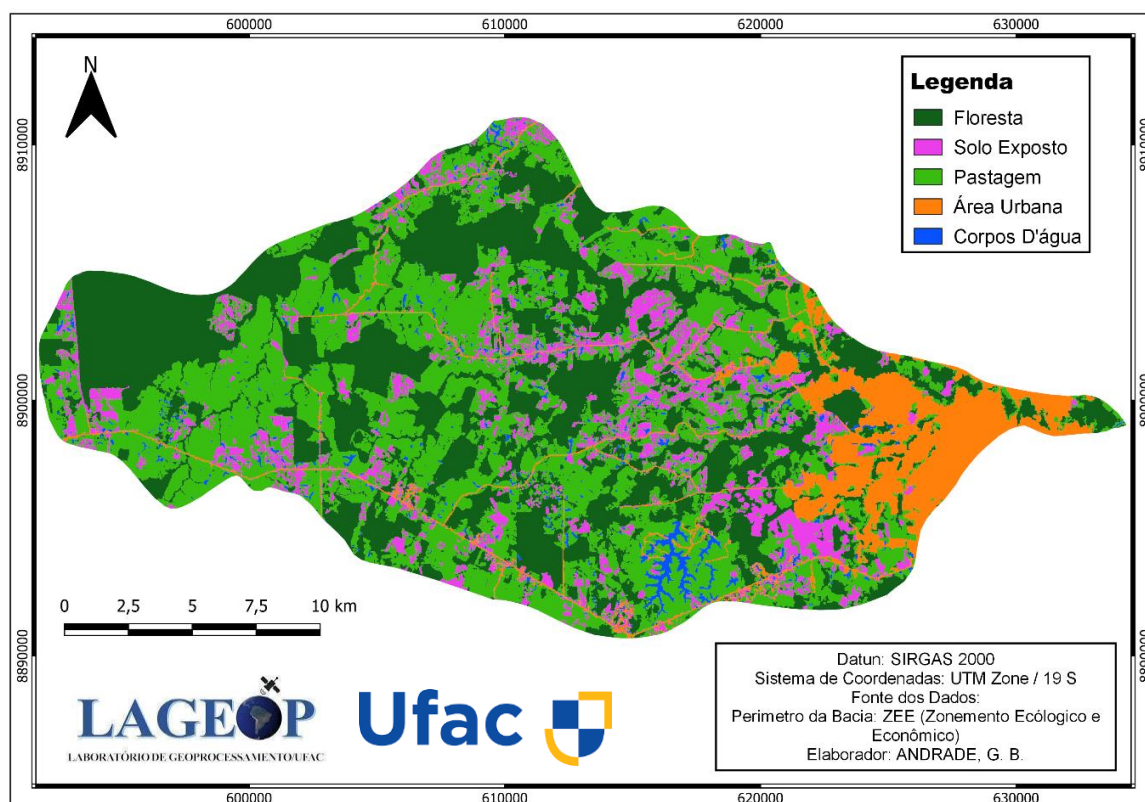
Após processamento das imagens, 6 classes de uso e cobertura da terra foram geradas e mapeadas: Floresta, Pastagem, Solo Exposto, Área Urbana e Corpos D'água. Isto possibilitou quantificar as áreas para cada classe para os anos (2001 e 2021), possibilitando assim identificar e quantificar as áreas que sofreram mudanças em sua paisagem. As figuras 2 e 3 a seguir representam o uso e cobertura do solo da BHSF para os anos de 2001 e 2021 respectivamente.

**Figura 2** – Classificação de Uso e Cobertura do Solo da BHSF em 2001



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

**Figura 3** – Classificação de Uso e Cobertura do Solo da BHSF em 2021



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2022.

A maioria das mudanças ocorridas na Bacia Hidrográfica do Igarapé São Francisco tiveram como agente causador o homem e suas ações frente ao meio ambiente. Foi constatado nas análises que a classe de floresta apresentou uma mudança em sua cobertura, indo de 42,49% de cobertura total (2001) para 36,21(2021) apresentando assim uma redução de aproximadamente 6%, no período de 20 anos de análise. Especialmente, esta transformação foi mais observada na porção de terra referente a área rural. Nestas áreas, as áreas florestais foram sendo transformadas em solo exposto e posteriormente em pastagem. A Tabela 1 a seguir mostra os valores das classes de uso do solo na área da Bacia Hidrográfica.

**Tabela 1** – Classes de Uso e Cobertura da BHSF 2001 e 2021

	<b>Classes</b>	<b>2001/ha</b>	<b>2001/%</b>	<b>2021/ha</b>	<b>2021/%</b>
1	<b>Floresta</b>	19317,3	42,49	16460,8	36,21
2	<b>Pastagem</b>	19219,7	42,28	18688,1	41,11
3	<b>Solo Exposto</b>	3196,9	7,03	5111,4	11,24
4	<b>Área Urbana</b>	3210,5	7,06	4308,9	9,48
5	<b>Corpos D'água</b>	517,2	1,14	892,4	1,96
	<b>Total</b>	45.461,6	100	45.461,6	100

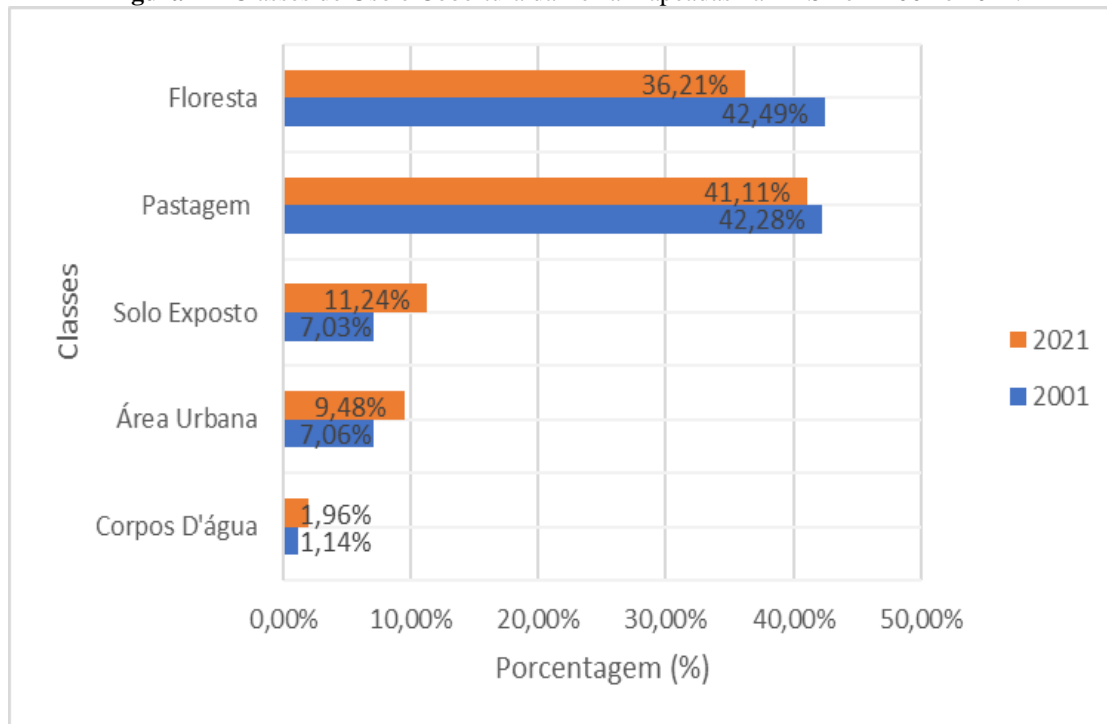
**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2022

Quando analisados os valores resultantes da pastagem observou-se uma diminuição nesta classe, na área da bacia, indo assim de 42,28% (2001), para 41,11% (2021) ou seja, uma variação de 1,17%. Contrapondo-se a esta diminuição da área de pastagem está a classe de solo exposto que apresentou um aumento de 4% indo assim de 7,03% no ano de (2001) para 11,24% em (2021), o que significa um aumento de quase 2 mil ha de solo exposto na Bacia Hidrográfica. Este aumento de solo exposto pode estar associado à data de aquisição da imagem (período de estiagem na região ou verão amazônico). Período este em que a vegetação fica mais seca, algumas das vezes entrando em senescência e conseqüentemente apresentando uma resposta espectral nas imagens similar a solo exposto. vale salientar que as áreas identificadas como sendo áreas de queimadas foram classificadas como solo exposto, tendo sido observado um aumento de áreas de queimadas em relação a número e tamanho da área impactada com essa prática no período analisado.

Em relação aos corpos d'água foi constatado um aumento na cobertura do solo desta classe passando de 1,14% (2001) para 1,96% (2021), vale salientar que como o Igarapé São Francisco apresenta uma largura do canal menor que 15 m não foi possível classificar o Igarapé como sendo um corpo d'água na produção do mapa de classificação, pois a resolução espacial de ambos os satélites LANDSAT 5/TM e LANDSAT 8/OLI são de 30 metros, como também não foi possível classificar a maioria dos corpos d'água provenientes da atividade da piscicultura, atividade que vem sendo bastante desenvolvida a região. Outra classe que demonstrou um aumento foi a área urbana onde em 2001 a classe tinha uma área correspondente a 7,06% em 2001 e passou a cobrir mais de 9,48% a área total da bacia hidrográfica, apresentando assim um aumento de mais de 1.098 ha entre os 20 anos analisados neste trabalho.

A Figura 4 mostra a distribuição em porcentagem das classes de uso e cobertura da terra mapeadas.

**Figura 4** – Classes de Uso e Cobertura da Terra mapeadas na BHSF em 2001 e 2022.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2022

As informações apresentadas na Figura 4 reafirmam as discussões feitas acima e mostram a distribuição das classes de uso do solo nos anos de 2001 e 2021. Estas informações são de grande importância para entender as mudanças que ocorreram na paisagem entre os 20 anos da análise

Buscando compreender como está a situação da área de APP (Área de Preservação Permanente) do igarapé foi feita a análise dos dados das classificações para os anos de 2001 e 2021, para a realização desta análise seguiu-se o Art. 4 da Lei N° 12.651 de 25 de maio de 2012 que considera como sendo APP sejam elas em áreas rurais ou urbanas como sendo, as áreas marginais de qualquer curso d'água natural, perene ou intermitente, excluídos os efêmeros, prevendo uma área de preservação ao longo do curso que varia de acordo com o seu canal fluvial. Assim como o Igarapé São Francisco tem largura de canal fluvial que varia entre 10 e 20 metros, o Inciso I Alínea b da do Art. 4 da lei prevê que para este tipo de curso seja destinada uma área de preservação ao longo de todo o curso do igarapé de 50 m, seja em área urbana ou em área rural. Assim foi feita a delimitação da área para observação das classes ao longo do

canal fluvial do igarapé e se chegaram aos seguintes resultados apresentados a seguir na Tabela 2.

**Tabela 2** – Classes de Uso e Cobertura na APP do Igarapé São Francisco

	Classes	2001 ha	2001 %	2021 ha	2021 %
1	<b>Floresta</b>	592,7	81,28	628,7	86,20
2	<b>Pastagem</b>	97,7	13,39	57,9	7,95
3	<b>Solo Exposto</b>	1,7	0,23	9,1	1,25
4	<b>Área Urbana</b>	36,2	4,96	32,5	4,45
5	<b>Corpos D'água</b>	1,0	0,14	1,1	0,15
	<b>Total</b>	729,3	100,0	729,3	100,0

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2022

A área de APP foi delimitada a partir da malha hidrográfica adquirida pelo CAR (Cadastro Ambiental Rural) apresentando uma área de 729,3 ha. desde sua nascente até desaguar no rio Acre, onde toda essa área deveria ser destinada a preservação da mata ciliar e das florestas naturais. Analisando os dados podemos observar que as áreas de floresta ao longo do igarapé tiveram um aumento de 5% ao longo da área da APP, o que demonstra que ao longo dos 20 anos houve um processo de regeneração florestal considerável na área, um ponto negativo que tem de ser mencionado e o aumento de área de solo exposto que passou de 0,23% para 1,25% de 2001 para 2021, demonstrando que a atividade agropecuária pode apresentar junto a área urbana as maiores influências quanto ao desmatamento da área da APP nos próximos anos.

#### 4. CONCLUSÃO

As técnicas de Sensoriamento Remoto em conjunto com o Geoprocessamento foram de grande relevância para a obtenção dos dados necessários de uso e cobertura da terra da Bacia Hidrográfica do Igarapé São Francisco. A dificuldade em se conseguir imagens no período de chuva em que a vegetação sadia apresenta maior destaque espectral dificultou a checagem de mistura espectral entre solo exposto e pastagem.

Por se tratar de uma bacia urbana, podemos dizer que em 20 anos a bacia teve uma perda na cobertura vegetal pequena, isto provavelmente pode estar relacionado com a criação da APA

dentro da área da bacia. Porém é importante a criação de políticas públicas para monitorar a dinâmica de uso da terra para evitar que a perda da cobertura florestal venha a aumentar.

As técnicas de geoprocessamento e em especial o sensoriamento remoto se destacou como importante ferramenta para monitoramento e fiscalização, não somente para a área de estudo mais para outras áreas, podendo servir como base para a criação e aplicação de políticas ambientais que visem resguardar a natureza, e que possam auxiliar no processo de recuperação de áreas degradadas.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 12.310 de 14 de junho de 2005. **Procuradoria Geral do Estado**, Acre. pág. 102 -103, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº12.651 de 25 de maio de 2012. **Capítulo II Das Áreas de Preservação Permanente, art. 4.** Disponível em: <https://bitly.com/XyrVE>.

CPRM, BACIA DO RIO ACRE - CARACTERÍSTICAS, 2021. Disponível em: <https://bitly.com/2vVLb>. Acesso em: 10 de ago. de 2021

FLORENZANO, T. G. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 3ª ed., Oficina de textos. São Paulo, 2011.

HID, A. R. **Monitoramento da Expansão Urbana e Ocupação Predial as Margens do Igarapé São Francisco em Rio Branco - ACRE**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2000, 182 pag.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **MONITORAMENTO DO USO E COBERTURA DA TERRA 2016 – 2018**. Rio de Janeiro, 2020, 26 pág. Disponível em: <https://bit.ly/3UIffgU>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro, 1999, 130 pág. Disponível em: <https://bit.ly/3DT0Szp>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Uso da Terra**. 3º ed. Rio de Janeiro, 2013, 171 pag. Disponível em: <https://bit.ly/2Y8vLdx>

Jensen, John R., **Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres**. Parêntese Editora, São José dos Campos-SP, 2009.

ROCHA, K. S. **Estimativas de Desmatamento Derivadas de Sensoriamento Remoto e suas Implicações para Pagamento por Serviços Ambientais na Amazônia Brasileira**. In: Pontes, K. F. Moraes, M. J. (Org.). Produção do Espaço e Ambiente nas Fronteiras da Amazônia Sul Ocidental. 1 ed. Curitiba- PR: CRV, 2020, v. 1, pág. 79-103.

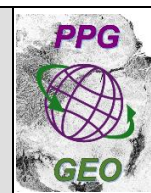
SILVA, J. S. **Utilização de Imagens do Satélite Landsat na Classificação do uso e Cobertura da Terra no Projeto de Assentamento Bonal, Senador Guimard – Acre.** 2019. 33 pág. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas -(CFCH), Universidade Federal do Acre – Acre.

USGS - United States Geological Survey. **Landsat 5**, 2022. Disponível em: <https://bitly.com/EgJfG>. Acesso em: 06 de janeiro de 20202.

USGS - United States Geological Survey. **Landsat 8**, 2022. Disponível em: <https://bitly.com/ysCdK>. Acesso em: 06 de janeiro de 20202.

## **RELATOS DE EXPERIÊNCIAS**





(RELATOS DE EXPERIÊNCIAS)  
**CONHECENDO O EXTRATIVISMO DO AÇAÍ EM ATALAIA DO NORTE – AM**

Dr. Jonas Dias de Souza<sup>1\*</sup>, Dr. Jean Paulo de Jesus Telles<sup>2</sup>; Dr. Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês<sup>2</sup>; <sup>BeI</sup> Marta Patrícia Ramires Lujan<sup>3</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3612-4489>; <https://orcid.org/0000-0001-5097-5082>  
; <https://orcid.org/0000-0002-8204-620X>; <https://orcid.org/0000-0003-4365-6141>

<sup>1</sup>Professor da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, Amazonas Brasil, <sup>2</sup> Doutor, Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, Amazonas Brasil; <sup>3</sup> Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, membro do Núcleo de estudos socioambientais da Amazônia (NESAM).  
[\\*jdsgeo10@yahoo.com](mailto:*jdsgeo10@yahoo.com)

Recebido em: 6/09/2021; Aceito em: 25/10/2022; Publicado em: 22/12/2022  
DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-10>

**RESUMO**

Este texto traz o relato de trabalho de campo realizado numa das áreas de extração de açaí no município de Atalaia do Norte, localizado no extremo oeste do estado do Amazonas, na fronteira com o Peru. O trabalho teve como objetivo realizar entrevistas, fazer registros fotográficos e conhecer as técnicas e práticas da extração do açaí. O texto apresenta o projeto de pesquisa ao qual o trabalho de campo está vinculado, descreve a viagem e, nas considerações finais, realiza um breve cotejo com as discussões sobre o extrativismo na Amazônia brasileira. Reafirma-se a importância do extrativismo para a garantia da segurança e soberania alimentar da população local, bem como o potencial na diversificação do uso da palmeira do açaí, aumentando o uso sustentável da floresta.

**Palavras-chave:** Atalaia do Norte; extrativismo; açaí

***KNOWING AÇAÍ EXTRATIVISM AT ATALAIA DO NORTE – AM***

***ABSTRACT***

This text brings the report of field work carried out in one of the açaí extraction areas in the municipality of Atalaia do Norte, located in the extreme west of the state of Amazonas, on the border with Peru. The work aimed to conduct interviews, take photographic records and learn about the techniques and practices of açaí extraction. The text presents the research project to which the fieldwork is linked, describes the trip and, in the final considerations, makes a brief comparison with the discussions on extractivism in the Brazilian Amazon. The importance of extractivism is reaffirmed to guarantee food security and sovereignty for the local population, as well as the potential for diversifying the use of the açaí palm, increasing the sustainable use of the forest.

**Keywords:** Atalaia do Norte; extractivism; açaí

## **CONOCIENDO LA EXTRACTIVIDAD DE AÇAÍ EN ATALAIA DO NORTE – AM**

### **RESUMEN**

Este texto trae el informe del trabajo de campo realizado en una de las áreas de extracción de açaí en el municipio de Atalaia do Norte, ubicado en el extremo occidental del estado de Amazonas, en la frontera con Perú. El trabajo tuvo como objetivo realizar entrevistas, tomar registros fotográficos y conocer las técnicas y prácticas de extracción de açaí. El texto presenta el proyecto de investigación al que se vincula el trabajo de campo, describe el viaje y, en las consideraciones finales, hace una breve comparación con las discusiones sobre extractivismo en la Amazonía brasileña. Se reafirma la importancia del extractivismo para garantizar la seguridad y soberanía alimentaria de la población local, así como el potencial para diversificar el uso de la palma de açaí, aumentando el uso sostenible del bosque.

**Palabras clave:** Atalaia do Norte; extractivismo; açaí

### **1. INTRODUÇÃO**

Este texto traz o relato do trabalho de campo realizado numa das áreas de extração de açaí no município de Atalaia do Norte, localizado no extremo oeste do estado do Amazonas, na fronteira com o Peru.

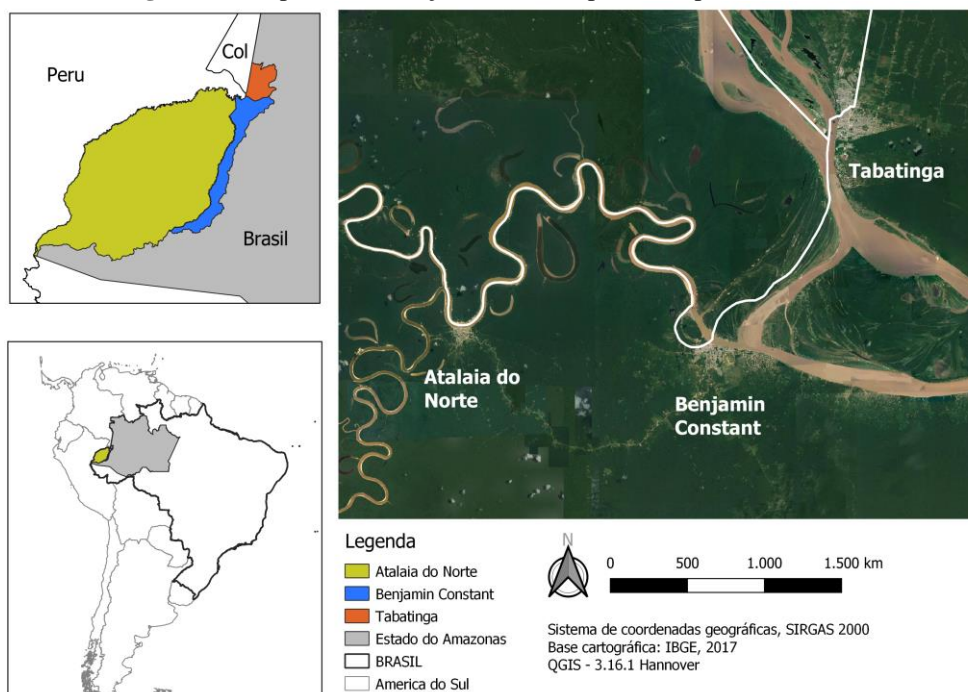
O campo realizado faz parte dos trabalhos do projeto intitulado “‘Sabores sustentáveis’ na tríplice fronteira: redes, soberania e segurança alimentar do açaí e do mapati” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas (NESAM/UEA) em parceria com o Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (INC/UFAM) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia, também da Universidade Federal do Amazonas (NEPECAB/UFAM).

O objetivo do projeto é analisar comparativamente a rede de extração e comercialização do açaí (*Euterpe spp*) e do mapati (*Pourouma cecropiifolia*) em termos de soberania alimentar e sustentabilidade nos municípios da tríplice fronteira amazônica, Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte (mapa 1). A análise é feita a partir das discussões que procuram valorizar o extrativismo na Amazônia (LESCURE, 2000; ALLEGRETTI, 2011; MENEZES, 2011; SAWYER, 2011) e com fundamento em autores que defendem outras racionalidades ambientais (LEFF, 2010) e o pós-extrativismo (DILGER et al., 2016; ACOSTA, 2018), em contraposição a autores que criticam o extrativismo como modelo de desenvolvimento econômico para a Amazônia (LIMA, 1937; BATISTA, 2003; HOMMA, 2018).

A partir destes objetivos e perspectivas, a equipe do projeto organizou a viagem para a coleta de dados, entrevistas e registros fotográficos. O trabalho foi realizado no mês de julho

de 2021 e adotou todos os procedimentos para prevenção da SARS COVID-19, com redução na equipe e uso de máscaras e álcool em gel 70%.

**Figura 1** – Mapa de localização dos municípios da tríplice fronteira



**Elaboração:** autores, 2020.

## 2. TRABALHO DE CAMPO PARA ATALAIA DO NORTE

O trabalho de campo teve início no município de Tabatinga, distante, em linha reta, cerca de 40 km de Atalaia do Norte. O trajeto foi feito navegando os rios Solimões e Javari, cujos meandros, entretanto, aumentam consideravelmente a distância entre os dois municípios para aproximadamente 64 Km (informações fornecidas pelo Suboficial da Marinha Sr. Adail Barbosa de Carvalho Filho). A saída ocorreu logo pela manhã e, para encurtar um pouco o caminho, navegou-se também por entre os furos, termo regional usado para designar um trecho navegável da floresta alagada, formada pelas cheias dos rios, funcionando como espécies de atalho entre dois pontos do canal fluvial. Os furos mudam a cada estação de cheia e, para indicar sua entrada, sacolas, panos, sacolas plásticas ou PVC são amarrados no alto das árvores.

Durante o trajeto, foi possível observar casas isoladas ou pequenas povoações nas margens do rio Solimões ou do Javari, cujas populações sobrevivem da caça, pesca e do comércio de produtos florestais com as cidades mais próximas. Chamou a atenção, a certa altura da viagem, as pilhas de madeira armazenadas em balsas e na beira do rio próximas a Islândia,

cidade no lado peruano da fronteira (figura 1). Segundo Rebeca Steiman (2002), Islândia se aproveitou da migração de madeireiras de Benjamin Constant depois do aumento de controle da extração ilegal no vale do Javari, na década de 1990.

Islândia foi muito beneficiada pelo aumento do controle da atividade madeireira pelas autoridades brasileiras no rio Javari. O controle, iniciado por volta de 1994, e que prejudicou as madeireiras locais de Benjamin Constant, fechou o rio de modo a impedir a extração ilegal de madeira nas áreas indígenas ao longo do Javari. As atividades de beneficiamento da madeira para exportação, que se localizavam sobretudo em Benjamin Constant, migraram para a cidade de Islândia. A procedência da madeira, no entanto, ainda é o município de Benjamin Constant, que se encontra em terra firme, ao contrário do lado peruano do mesmo rio, em que predominam as terras de várzea (STEIMAN, 2002, p. 62).

**Figura 1** – Pilhas de madeira em frente a cidade peruana de Islândia



**Fonte:** autores, 2021

No dia seguinte, os trabalhos começaram a seis horas da manhã na casa do Sr. Francisco (nome fictício), nosso guia até o local de extração. Ele nos recebeu na porta de sua casa arrumando os filhos para a escola e preparando o material para viagem: um facão, uma peconha, sacos de fibra de 40 kg, uma espingarda e gasolina para o motor da canoa. Sr. Francisco é casado, possui três filhos e ensino médio incompleto e, além do extrativismo do açaí, sustenta a casa com pesca e caça. Nunca sai de casa sem uma espingarda, nos explica, devido as chances de encontrar algum perigo no caminho. Costuma-se encontrar muita onça na floresta, nos diz exibindo orgulhoso um crânio do felino morto nas redondezas das áreas usadas para o extrativismo. Curioso anotar a explicação de que a limpeza do crânio da onça, depois de morta, é feita deixando a peça no fundo do rio para que os peixes, localmente conhecidos como mandi (*Pimelodus* sp.), comam o resto da carne presa nos ossos.

Prontos os materiais, partimos para visitar uma das áreas de coleta do fruto. Como meio de transporte, usamos uma canoa com quase 6 metros de comprimento, impulsionada por um motor de 15 HP. Para chegar até o local, percorresse igarapés e igapós que, à primeira vista, parecem intransitáveis, fechados mesmo pela vegetação quase encoberta pela cheia do rio. O Sr. Francisco, porém, navega com a confiança do conhecimento adquirido desde a infância, quando acompanhava parentes e amigos nas andanças e trabalhos pelas redondezas, numa verdadeira geografia vernacular, como discutido por Paul Claval (2014). De fato, Sr. Francisco apresenta aquele conhecimento geográfico que “na vida diária, reúne os saberes-fazeres do bom senso para se dirigir aos lugares, situar-se e tirar proveito deles (...) ninguém pode viver sobre a Terra sem aprender a localizar-se, a reconhecer-se (...)” (CLAVAL, 2014, p. 20).

Depois de cerca de 50 minutos de viagem, a canoa abarranca na margem seca, num terreno um pouco mais elevado. Desembarcados e iniciando a caminhada, Sr. Francisco mostra que conhece não só os rios, mas também é um conhecedor da floresta: com mesma destreza apresentada guiando a canoa, ele nos guia por entre as árvores e a vegetação cerrada abrindo caminho com o facão. Sem trilhas aparentes a percorrer, sabe exatamente a direção a seguir para encontrar as palmeiras de açaí, distribuídas pela floresta. Aquelas palmeiras localizadas na várzea são preferíveis àquelas de terra firme, nos explica, pois os frutos são de melhor qualidade.

O Sr. Francisco costuma fazer o trabalho sozinho, levando algum ajudante quando a colheita é mais farta. Ele nos explica que o trabalho para extração do açaí varia conforme a época do ano: nos tempos de abundância, entre março e abril aproximadamente, é mais fácil encontrar uma palmeira com os cachos de açaí carregados e prontos para colheita, podendo o trabalho de colheita ser feito todo pela parte da manhã. Em outras épocas do ano, porém, é preciso andar mais pela floresta, até duas ou três horas para encontrar o fruto.

Depois de quarenta minutos de caminhada, encontramos as primeiras palmeiras de açaí. Primeiro, antes de subir na palmeira, Sr. Francisco verifica se o açaí está maduro observando os frutos já caídos ao pé da planta: se a quantidade no chão for grande, é sinal de que o fruto está pronto para a colheita. Assim verificado, iniciou-se a subida na palmeira: nosso guia ajeitou a peconha nos pés e abraçou a palmeira de forma a conseguir maior aderência com os finos troncos dos pés de açaí (foto 2A), que podem chegar a mais de 25 metros de altura (SHANLEY, 2005). Depois de chegar no topo, os cachos de açaí foram cortados e levados até o chão para



serem debulhados (os cachos não podem ser jogados até o chão pois a queda ocasionaria a perda de muitos frutos (foto 2B).

**Figura 2 – Colheita do açaí**



Fonte: autores, 2021

Cada cacho de açaí produz de seis a oito quilos do fruto. Para encher o saco de fibra de quarenta quilos, Sr. Francisco precisa colher de cinco a seis cachos do fruto. Em média, em um dia de trabalho, é possível encher de três a quatro sacos de fibra.

O açaí extraído pelo Sr. Francisco, assim como para outros extrativistas da região, é destinado a produção, consumo e venda do vinho do açaí. Este vinho é obtido escaldando o fruto em água quente e batendo-o numa máquina despulpadeira. Segundo nosso guia, é possível obter até 15 litros por cada saco de fibra de quarenta quilos cheio. O vinho é acondicionado em sacos plásticos de um litro, vendidos diretamente pelo Sr. Francisco a um preço de R\$ 5,00, na época de maior abundância, ou distribuído a terceiros para venda e posterior reembolso. Durante a escassez do fruto, Sr. Francisco chega a vender a R\$ 15,00 o litro de açaí, e a existência da polpa se dá pelo armazenamento congelado, colhido durante o período da alta produção.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização do trabalho de campo para acompanhar a extração de açaí em Atalaia do Norte e as conversas informais com Sr. Francisco proporcionaram reflexões entorno dos

debates sobre o extrativismo na Amazônia brasileira. Muito das análises e observações feitas por autores que pesquisam o extrativismo na região, de fato, podem ser pensadas em relação ao extrativismo na tríplice do açaí fronteira.

Uma delas, por exemplo, é a importância que o extrativismo em termos de segurança alimentar e geração de renda para a população local. Quando Lescure (2000, p. 193) destaca a relevância do extrativismo para a aquisição de renda, afirmando que “para muitas famílias da floresta ou de sua periferia, elas são a única fonte de renda, o único acesso aos bens de consumo”, o mesmo pode ser dito em relação a família do Sr. Francisco. Como não gosta de depender da ajuda do governo, como nos revelou em determinado momento, a renda gerada pela comercialização dos produtos provenientes do extrativismo é um importante recurso pra aquisição de bens básicos (arroz, óleo, farinha, sabão, gás – itens mencionados pelo Sr. Francisco).

O potencial para promoção da sustentabilidade no manejo dos recursos florestais é outro ponto que emerge do trabalho realizado em Atalaia do Norte. A diversificação no uso da palmeira do açaí, por exemplo, potencializa a utilização da floresta e tende a garantir mais renda para a população, como ilustram os trabalhos conduzidos por Nagaishi (2007) na ilha do Marajó (PA). Estudando a utilização do caroço do açaí para a geração de renda e energia em comunidades isoladas, assevera que “o uso alternativo dos resíduos de extrativismo de açaí (caroços) garante a geração de renda, emprego e melhoria de vida a população” (NAGAISHI, 2006, p. 105).

A adoção de políticas públicas que promovam e fortaleçam o potencial da atividade extrativa no tríplice fronteiro, portanto, podem ser adotadas como medida para melhorar a renda, a qualidade de vida e a sustentabilidade na região.

#### **4. AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

#### **5. REFERÊNCIAS**

ACOSTA, Alberto; BRAND, BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saída do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018. E-book Kindle.

ALLEGRETTI, Mary. Gestão Comunitária da floresta amazônica. In: **Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011. Disponível em:

[https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/livro\\_extrativismo\\_capa\\_01092011\\_7461.pdf](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/livro_extrativismo_capa_01092011_7461.pdf).

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2ª ed. Rev. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

DILGER, Gerhard, LANG, Miriam, FILHO, Jorge Pereira (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Colhendo da natureza**: o extrativismo vegetal na Amazonia. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LESCURE, Jean Paul. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: **A floreta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Editora científica Laure Emperaire. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

LIMA, Araújo. **Amazônia**: a terra e o homem. Com uma introdução à antropogeografia. Prefácio de Tristão de Athayde. 2ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife. Companhia Editora Nacional, 1937.

NAGAISHI, Thais Yuri Rodrigues. **Açaí (Euterpe oleracea mart)**: extrativismo, características, energia e renda em uma comunidade na Ilha de Marajó/ Pa. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal Rural da Amazônia 2007, Belém-PA, 2007.

SAWYER, Donald. Entraves regulatórios de atividades extrativistas na Amazônia: problemas, enfrentamento e soluções. In: **Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011. Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/livro\\_extrativismo\\_capa\\_01092011\\_7461.pdf](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/livro_extrativismo_capa_01092011_7461.pdf).

SHANLEY, Patricia. MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Ilustrado por Sílvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.